

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA  
REVELINO LEONARDO PIRES DE MATTOS**

**CARTAS ALENCARIANAS: O ENTRE-LUGAR DO AMIGO, DO SÚDITO, DO FIEL  
E DO (IR) REVERENTE**

Juiz de Fora  
2018

**REVELINO LEONARDO PIRES DE MATTOS**

**CARTAS ALENCARIANAS: O ENTRE-LUGAR DO AMIGO, DO SÚDITO, DO FIEL  
E DO (IR) REVERENTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura de Minas: o regional e o universal - enfoques transdisciplinares e transmidiáticos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes

Juiz de Fora  
2018

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca CES/JF – CES/JF**

M444

Mattos, Revelino Leonardo Pires de,  
Cartas alencarianas: o entre-lugar do amigo, do súdito, do fiel  
e do (ir) reverente / Revelino Leonardo Pires de Mattos, orientadora  
Moema Rodrigues Brandão Mendes . – Juiz de Fora : 2018.  
152 p., il. color.

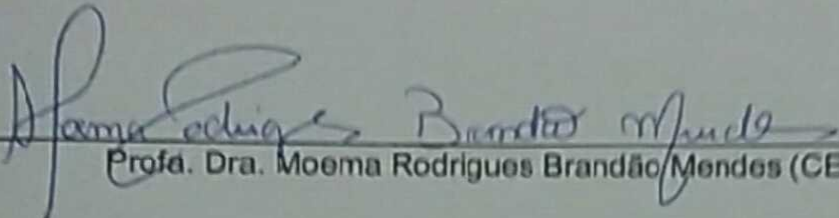
Dissertação (Mestrado – Mestrado em Letras: Literatura  
brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2018.

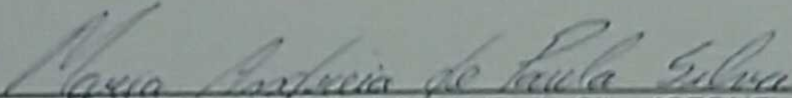
1. José de Alencar. 2. D Pedro II. 3. Literatura. 4. História. 5.  
Epistolografia. I. Mendes, Moema Rodrigues Brandão, orient. II. Título.

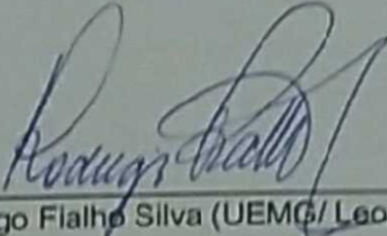
CDD: 928.69

MATTOS, Revelino Leonardo Pires de. **Cartas alencarianas: o entrelugar do amigo, do súdito, do fiel e do (ir) reverente.** Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF. área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos, realizada no 2º semestre de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes (CES/JF).

  
Profa. Dra. Maria Andréia de Paula Silva (CES/JF).

  
Prof. Dr. Rodrigo Fialho Silva (UEMG/ Leopoldina/MG).

Examinado(a) em: 20/08/2018.

Dedico este trabalho, à minha amada e  
companheira de todas as jornadas Mara  
Bontempo Reis.

## AGRADECIMENTO

Aos amados e saudosos Celso de Mattos e Josina Pires de Mattos, pai e mãe que me deram amor, carinho, ternura e livros.

A Professora Dra. Moema Rodrigues Brandão Mendes, pela orientação sempre cuidadosa e exigente verificando com o zelo, que lhe é peculiar, todos os passos dados ao longo da escrita sempre com o intuito de fazer deste trabalho o mais prazeroso possível.

Ao Professor Dr. Rodrigo Fialho Silva, por ter abraçado o projeto em sua incipiente ideia e pela singeleza de acompanhá-lo, na sua fase final.

A Professora Dra. Maria Andréia de Paula Silva, por ter aceitado com felicidade o convite de participar dessa jornada dando suas preciosas contribuições ora nas disciplinas lecionadas, ora como parte da banca examinadora.

Ao corpo docente do Programa do Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, por abraçar cada um de nós em suas respectivas disciplinas, nos momentos de conversas, nos encontros científicos e/ou nos corredores. Encontros sempre úteis para os respectivos projetos e vivências acadêmicas.

Aos colaboradores do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, mais especialmente ao pessoal da secretaria, da manutenção, vigilância e limpeza do Campus *Verbum Divinum* e do *Campus Academia*, pela presteza, atenção e carinho em todas as vezes que foram solicitados.

A Claudia Cristina de Sant'Anna, Elayne Luciana Leite de Mello, Estela Maris Medeiros Jardim, Jennifer da Silva Gramiani Celeste, José Tadeu Júlio da Silva, Juliana Pinto de Oliveira Causim Alves, Letícia Cristina Pereira, Maria Claudia de Oliveira, Paloma Silva Mendes e Silvana de Fátima Costa Ferreira, mais que colegas de turma, conquistas caras em tempos onde parece predominar a falta de alteridade.

Aos amigos Melancias, que me fizeram compreender o sentido pleno da amizade e da ternura. Nas conversas, nas festas e nas tristezas

Aos palhaços Aline Cunha (Lilica), Julio Phênix (Faísca), Mara Bontempo (Maria Pudim) e Marcos Marinho (Zéboléo) e tantos outros. Pessoas que me concedem a honra de compartilhar os aprendizados dessa nobre arte nos ensaios, nos palcos, nas praças e ruas. Uma arte que me faz mais bobo, mais transparente, mais humano e me faz sentir como é o estado da insustentável leveza do ser.

As letras devem ter o mesmo destino que  
a política [...].  
José de Alencar

## RESUMO

MATTOS, Revelino Leonardo Pires de. **Cartas alencarianas**: o entre-lugar do amigo, do súdito, do fiel e do (ir) reverente. 152 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

Esta pesquisa tem por objetivo elaborar uma edição de fontes a partir de um lote de correspondência composto por 32 cartas, escritas por José de Alencar, remetidas ao Imperador Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon - D. Pedro II. Este dossiê epistolográfico registra assuntos e ações que, por meio do cotidiano do Ministério da Justiça Brasileiro, tratava de responsabilidades do Governo Imperial. A citar, eleições, legislações, formação e atuação de cidadãos no processo socioeconômico e dos partidos políticos. Esta correspondência está sob a guarda do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, AHMIP-RJ e o período pesquisado data dos anos de 1868 e 1869, acrescido de 11 cartas sem data, transcritas após as missivas datadas. É possível afirmar, entretanto, que as mesmas foram escritas e expedidas na década de 1860. Esta investigação foi desenvolvida por meio de três olhares: o primeiro revisita biobibliograficamente a dúbia face de José de Alencar enquanto literato e político. O segundo perpassa as teorias intertextuais como fenômeno que sustenta o diálogo entre os estudos literários e os históricos. O terceiro aborda à importância da preservação de documentos em instituições públicas e atém-se à crítica genética utilizando o viés epistolográfico como eixo principal, para além elaborar as fontes consentidas pelas missivas. Esta proposta justifica a transdisciplinaridade temática cujo desenvolvimento da investigação valeu-se da modalidade qualitativa, com apoio metodológico de natureza histórica e descritiva do tema, em bases bibliográfica, exploratória, documental - fontes primárias - e base virtual.

Palavras-chave: José de Alencar. D Pedro II. Literatura. História. Epistolografia.



## **ABSTRACT**

This research aims to elaborate an edition of sources from a batch of correspondence composed of 32 letters written by José de Alencar and sent to the Emperor Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon - D. Pedro II. This epistemological dossier registers subjects and actions that, through the daily routine of the Brazilian Ministry of Justice, dealt with the responsibilities of the Imperial Government. For instance: elections, legislations, shaping and action of citizens in the socioeconomic process and political parties. This correspondence is under the custody of the Historical Archive of the Imperial Museum of Petropolis, AHMIP-RJ and the period searched is dated of 1868 and 1869, in addition to 11 undated letters transcribed after the missives dated. It is possible to affirm, however, that they were written and issued in the 1860s. This research was developed through three eyes: the first revisits biographically the dubious face of José de Alencar as a literary and politician. The second runs through intertextual theories as a phenomenon that sustains the dialogue between literary and historical studies. The third deals with the importance of preserving documents in public institutions and tackles genetic criticism using the epistorphic bias as the main axis, besides elaborating the sources allowed by the missives. This proposal justifies the transdisciplinarity thematic whose research development was based on the qualitative modality, with methodological support of a historical nature and descriptive of the subject, on a bibliographic, exploratory, documentary basis - primary sources - and virtual basis.

Keywords: José de Alencar. D Pedro II. Literature. History. Epistolography.

## LISTA DE SIGLAS

AHMIP-RJ -	Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, AHMIP-RJ.
FBN-BR -	Fundação Biblioteca Nacional.
AMLB/FCRB/RJ-	Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.
ABL-	Academia Brasileira de Letras.
JA -	José de Alencar.
DPII -	Dom Pedro II.
POB -	Pedro de Orleans e Bragança.
MI -	Museu Imperial de Petrópolis.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>DOIS ALENCARES: dois políticos, um literato</b> .....	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>LIBERALISMO E ROMANTISMO: uma questão de complexidade intertextual</b> .....	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>AS EPÍSTOLAS DE JOSÉ DE ALENCAR: gênero e preservação</b> .....	<b>38</b>
4.1	CRITÉRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DO TEXTO.....	40
4.2	AS CARTAS E AS NOTAS.....	42
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>151</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Uma alternativa que reabilite o Alencar,  
que é político porque é escritor e é  
escritor porque é político.  
Antônio Edmilson Martins Rodrigues

A presente pesquisa sob o título de **Cartas alencarianas: o entre-lugar do amigo, do súdito, do fiel e do (ir) reverente** se constitui por uma edição de fontes elaborada a partir de um lote composto por 32 cartas, que se encontram sob a guarda do Museu Imperial de Petrópolis (AHMIP-RJ). As missivas foram remetidas por José de Alencar, enquanto Ministro da Justiça, a um único destinatário, o Imperador D. Pedro II, portanto, trata-se de um registro unilateral.

José Martiniano de Alencar, como um membro da elite letrada, vivenciou todas as possibilidades de ocupação dos espaços públicos para um indivíduo de seu tempo. Como literato seguiu, predominantemente, a estética romântica nos textos que produziu para periódicos e obras literárias. Porém, não deixou de registrar que esta estética necessitava de ser adaptada à realidade brasileira. Foi proprietário do Jornal **Dezesseis de Julho**, em 1869 e, antes, foi cronista do jornal **Correio Mercantil** e redator-chefe do **Diário do Rio de Janeiro**. Ocupou cargos políticos e produziu obras que tratavam desse assunto, porém, com um viés Liberal-Conservador.

Como missivista que se correspondia com o Imperador, Alencar transitou entre o Literato romântico, o Liberal Conservador e o Ministro que precisava dar conta das questões que afligiam o dia-a-dia da sua Pasta, sem que sua imagem de Ministro-publicista fosse atingida de forma negativa.

Contudo, essas cartas são parte de um acervo maior que ultrapassam a um total de duzentas missivas. Os destinatários variavam, e eram pessoas que faziam parte do seu ciclo de convivência como literatos, políticos, estadistas e membros do seu núcleo familiar.

Todas as epístolas se encontram sob a guarda de arquivos e museus. Além do Museu Imperial de Petrópolis, outros lotes estão guardados no acervo da Fundação Biblioteca Nacional (AFBN-BR), no Arquivo Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB-FCRB/RJ), e na Academia Brasileira de Letras (ABL), todas estas instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro.

Cotejar as cartas é mais que lidar com uma escrita autoral, pois o gênero epistolar se torna ímpar em relação a outros gêneros litero-textuais, pelas possibilidades de informações e de estilos encontrados nas missivas. Isso torna as epístolas documentos que propiciam acesso a fatos, pessoas, situações e contextos registrados pela escrita missivista.

Trabalhar as cartas alencarianas foi intentar por um caminho que permitiu desvendar práticas eleitorais, relações interpessoais e acontecimentos sociais diversos. Tudo isso descrito direta ou indiretamente nos assuntos tratados entre o Ministro da Justiça e o Imperador. Ou seja, estas cartas possibilitaram tomar conhecimento das microrrelações que se revelaram aos olhos do historiador, a partir do corpo epistolar e dos outros documentos como, outras cartas, jornais, relatórios oficiais, decretos e leis.

Em sua estrutura, o título da dissertação ilustra a defesa de que uma carta, para além de ser um documento, pode ser uma fonte de criação. Neste caso, o registro titular no que consiste ao trecho, **do amigo, do súdito, do fiel e reverente**, foi uma despedida utilizada recorrentemente pelo remetente, José de Alencar, em 29 das 32 missivas pesquisadas.

A ideia metaforizada no termo **entre-lugar**, presente no título desta dissertação, dialoga como uma das teorias que fundamentaram a análise da investigação; o conceito de **entre-lugar** formulado por Silviano Santiago. No caso, o **entre-lugar** promete indicar o quanto relativo são os espaços físico e temporal que uma missiva traduz. O **entre-lugar** dialoga com a Literatura e com a História. E essa dupla fundamentação tem como cabedal teórico a análise comparativa, que circula entre autores da teoria da Literatura, da crítica Literária, da Historiografia e das análises da Ciência política.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento desta pesquisa foi exploratória e documental, sendo as informações reunidas por meio de levantamento bibliográfico.

O arcabouço estrutural desta investigação ficou assim definido: após a **INTRODUÇÃO**, a seção **DOIS ALENCARES DOIS POLÍTICOS, UM LITERATO**, enveredou pelos aspectos das identidades dos José Martiniano de Alencar, pai e filho. Neste momento foram elaboradas reflexões em torno da formação familiar, curricular e política que envolveram o remetente, concedendo relevância à herança

familiar deixada pelos primeiros Alencares, principalmente, por José Martiniano, o pai, que viveu da política e ocupou cargos importantes, dentre outros, o de Senador do Império.

A partir desse ponto é do filho que a referida seção tratará buscando em algumas concepções basilares argumentos para sustentar a hipótese que percorre todo o trabalho, de que o homem José de Alencar formou-se como literato e político concomitantemente.

Na seção intitulada **LIBERALISMO E ROMANTISMO: uma questão de complexidade intertextual** intentou-se uma busca indiciária do Liberalismo político e do Romantismo na Europa e sua contextualização no Brasil, a partir das elucubrações de alguns cânones que contribuíram para a construção e afirmação desses entendimentos construindo, assim, uma breve história das ideias.

A formação do Liberalismo político europeu é revista pela ótica do filósofo Norbert Bobbio (1909-2004). Ele trata dos aspectos que contribuíram para a afirmação da ideia Liberal, primeiro com o termo ligado à liberdade individual, e, posteriormente, ao sair da esfera particular passa a fazer parte da política, consolidando-se com o Liberalismo político.

Sobre o Romantismo, mereceram destaques algumas formulações basilares dessas ideias desenvolvidas por publicistas europeus para, a *posteriori*, destacar algumas dessas concepções e buscar o entendimento de como essas ideias coexistiram em outros lugares, até chegar ao caso do Romantismo no Brasil.

Na quarta seção, **AS EPÍSTOLAS DE JOSÉ DE ALENCAR: gênero e preservação**, encontra-se o universo das cartas. Nesse ponto destacam-se alguns autores e obras que discutiram o gênero epistolar e a importância da preservação de arquivos para a vida de uma sociedade. Após este cabedal teórico surge o objeto maior que provocou a construção de todo o texto, as 32 cartas e as suas respectivas fontes.

Na **CONCLUSÃO**, ouviu-se a voz do pesquisador sobre as impressões que o objeto e o cabedal teórico propiciaram. Quase como uma despedida, essa parte do trabalho deixa, assim como as cartas, a expectativa de outras respostas. Respostas que poderão ser alcançadas em uma nova investigação. Para a sequência, seguem-se as **REFERÊNCIAS** e os **ANEXOS**.

## **2 DOIS ALENCARES: dois políticos, um literato.**

A presente seção visa a tratar sobre a biobibliografia de um dos cânones da Literatura nacional, que também ocupou cargos políticos importantes no Império brasileiro, José de Alencar. Era filho de José Martiniano, também político que atuou em acontecimentos importantes ao longo do Primeiro Reinado, da Regência e do Segundo Reinado. Tal temática permite enveredar pela narrativa histórica e pela História da Literatura, buscando, na interdisciplinaridade, a confluência dessas áreas do conhecimento.

Segundo Luis Viana Filho, (VIANA FILHO, 2008) José Martiniano de Alencar, mais conhecido como José de Alencar, nasceu em Messejana em 1º de março de 1829 e faleceu em 12 de dezembro no Rio de Janeiro em 1877. Era filho de Ana Josefina (18--) e de José Martiniano de Alencar (1794-1860). Pelo homônimo entre pai e filho foi adotado como critério José de Alencar para o literato e José Martiniano para o pai.

A política parece ter sido uma das poucas heranças que se perpetuou na família Alencar. As atuações dos membros dessa família<sup>1</sup> ocorreram principalmente na região do Ceará, mas outros membros atuaram na Corte e em outras províncias do Império. Nesse sentido, torna-se significativo constatar a atuação política de José Martiniano, pois ele se tornou um dos membros mais importantes do clã no início dos oitocentos.

Orgulhar-se-iam, porém, menos da riqueza do que do renome nas lutas nativistas, nos anos de Independência. Mais do que fortuna, o martírio os tornaria famosos e admirados. Pela porta da Revolução de 1817, eles entraram na história (VIANA FILHO, 2008, p. 14).

Sua inserção em cargos eletivos se deu a partir da atuação como Deputado na Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil, de abril a novembro de 1823.

---

<sup>1</sup> Segundo Luiz Viana Filho (VIANA FILHO, 2008) os primeiros membros da família Alencar chegaram à Bahia no século XVII e participaram das bandeiras de Domingos Jorge Velho e Afonso Domingos Sertão. Leonel (que seria o patriarca da família) rumou para Exu, Pernambuco e depois se estabeleceu na região do Cariri Ceará, lugar que seria o berço dos Alencares. As empreitadas na política por parte desta família eram corriqueiras desde os seus primeiros membros, mas teve maior intervenção no século XIX.

Na legislatura entre 1830-1833 foi eleito para exercer o mandato de Deputado pela Província do Ceará. Tomou posse como Senador em 1832<sup>2</sup> e assumiu a Presidência da Província do Ceará em 1840<sup>3</sup>, todos os mandatos atuando pelo partido Liberal, ou Luzias<sup>4</sup>.

Seu envolvimento com a política não se resumiu aos mandatos eletivos. Ele participou de movimentos políticos e sociais que representavam as bandeiras do Liberalismo da sua época. O primeiro deles foi a Revolução Pernambucana (1817), que inspirada na Independência dos EUA, proclamou a independência daquela Província e instaurou a República Pernambucana<sup>5</sup>. José Martiniano, assim como outros amotinados, foi preso pelas forças do governo de D. João VI<sup>6</sup> e foi absolvido após ser julgado em 1822 (CABRAL, 2007. Não paginado).

A Confederação do Equador (1824), já sob o Reinado de D. Pedro I<sup>7</sup>, ocorreu, dentre outros fatos, por causa da dissolução da Assembleia Constituinte (1823) pelo Imperador D. Pedro I que promulgou a Constituição de 1824 com uma nova composição na Câmara. José Martiniano, como um dos Deputados destituídos atuou ao lado do seu irmão e Presidente da Província do Ceará, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e dos liberais dissidentes. Os ideais liberais e o projeto separatista foram, assim como na Revolução Pernambucana, uma das bandeiras dos Confederados. No entanto, como no movimento de 1817 as forças do Império

<sup>2</sup> A constituição de 1824 criou os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e a figura do poder Moderador, que era exercido pelo Monarca. Para ocupar o cargo de Senador, o candidato deveria participar das eleições indiretas, possuir uma renda mínima de 800 mil contos de réis e após ser eleito, uma lista tríplice era encaminhada para que o Imperador pudesse escolher dentre um dos eleitos. O cargo de Senador era vitalício (NOGUEIRA, 2012).

<sup>3</sup> Câmara dos Deputados. Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose\\_alencar\\_pai.html](http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html)>. Acesso em: 06 out. 2017.

<sup>4</sup> O nome Luzias foi dado ao Partido Liberal e Saquaremas ao Partido Conservador. O nome Luzias surgiu a partir da revolta liberal que ocorreu em 1842. Embora tenha sucedido vários focos dos liberais pelo Brasil o nome foi dado pela derrota infligida aos Liberais, pelo Barão de Caxias, na cidade de Santa Luzia Minas Gerais. Os conservadores, por sua vez, foram denominados por Saquaremas, após 1845 devido aos seus principais líderes serem oriundos e influentes do município fluminense de Saquarema, dentre eles o Visconde de Itaboraay (MATTOS, 1987).

<sup>5</sup> Foi um movimento relativamente curto, durou cerca de 70 dias, mas foi significativo por ter sido o único do período entre o primeiro reinado e as regências no qual houve uma tomada de poder por parte dos revoltosos (ANDRADE, 1995).

<sup>6</sup> O Governo do Monarca D. João VI no Brasil ocorreu entre 1808-1821, com a vinda da família Real e toda a corte que fugiu de Portugal por causa das Guerras Napoleônicas. Com a retomada de Portugal D. João VI retornou a este país e assumiu o Trono em 1821. Nesse período D. João VI elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (O PORTAL DA HISTÓRIA, 20---. Não paginado).

<sup>7</sup> D. Pedro I, o primeiro herdeiro da linha sucessória da Casa dos Boubons Orleans e Bragança, de Portugal, assumiu o trono brasileiro após a partida de D. João VI. Em 1822, com a independência proclamada se consolida como o primeiro Rei do Brasil. Em 1824 Assinou a primeira Carta Constitucional. Com a morte de D. João VI em 1831, voltou para Portugal para defender os interesses familiares e a coroa em Portugal, abdicando do trono brasileiro (D. PEDRO IV, 20---. Não paginado).



prevaleceram sobre os revoltosos, outro julgamento para José Martiniano e mais uma absolvição, desta vez em 1825 (GOUVÊA, 20--. Não paginado).

Outra ação de José Martiniano ocorreu no Clube da Maioridade<sup>8</sup>. Composto pelos membros do Partido Liberal e sob a liderança de Antonio Carlos de Andrada e Silva, o Clube chegou a se reunir na casa do Senador e teve como objetivo articular a maioria de D. Pedro II (VIANA FILHO, 2008).

Em 1842, José Martiniano atuou na Revolução Liberal organizada a partir de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As disputas eleitorais de 1842 deu a vitória para os Luzias. Antes da posse, porém, o Imperador se aliou aos Conservadores fechou a Assembleia, de maioria Liberal, e o Gabinete, que seria dos Luzias foi ocupado pelos Conservadores. Os Luzias se organizaram em tropas para retomar o poder à força, mas saíram enfraquecidos pela derrota imposta pelas tropas Imperiais comandadas pelo Conservador Barão de Caxias. Em 1844 D. Pedro II voltou atrás na sua decisão de 1842. Ele destituiu os Conservadores nomeando, novamente, o Ministério composto pelo Partido Liberal. Todos os amotinados que estavam presos foram anistiados e o movimento foi definitivamente encerrado (MARINHO, 2015).

Da herança familiar passada pelos ancestrais dos Alencares e mantida por José Martiniano, chegamos ao literato José de Alencar. Antes de se tornar escritor ou político José de Alencar foi leitor. Suas leituras iniciadas na infância e mantidas ao longo da vida deram suporte ao escritor que se tornou um dos Cânones da Literatura Nacional e um exímio orador na Tribuna da Câmara (VIANA FILHO, 2008).

Na infância leu romances e novelas para a mãe e as tias (ALENCAR, 1893). Na fase adulta, durante a faculdade, teve contato com autores como Balzac, Dumas, Vigny, Victor Hugo e Chateaubriand; autores que chegaram às suas mãos por intermédio de um colega de curso (VIANA FILHO, 2008). Essas leituras sugerem as influências do Romantismo francês, não apenas nos seus escritos como, também, na produção do Romantismo brasileiro. Questões que são apropriadas para as

---

<sup>8</sup> O clube fazia reuniões, algumas vezes na casa de José Martiniano. O movimento criou condições para a aprovação do Decreto, composto por um único artigo, que declarava o Príncipe de 14 anos maior de idade, e com isso apto a assumir a Coroa. O Decreto foi assinado em 23 de julho de 1840. (VIANA FILHO, 2008).

discussões correntes, tanto para a História da literatura, como para a Crítica literária das quais o próprio José de Alencar se viu envolvido como romancista e crítico<sup>9</sup>.

A articulação entre esses dois argumentos – a necessária relação com a literatura europeia e a necessária diferenciação pela intermediação da imaginação criadora – fora desenvolvida no prefácio a *Sonhos d'ouro* (1872), [...], quando respondia às críticas quanto ao estrangeirismo de *Lucíola*, *Diva* e *A pata da gazela*. [...] Alencar explicitava sua teoria da nacionalidade: a literatura nacional, dizia, é a “alma da pátria, que transmigrou para este solo com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana (...) e cada dia se enriquece ao contato de outros povos” (BOECHAT, 2003, p. 30).

A originalidade da sua produção literária foi uma das contendidas as quais José de Alencar teve que enfrentar. Contudo, essa questão não foi exclusividade dele, mas dos seus contemporâneos e persiste ainda hoje.

Outros autores passaram a fazer parte das leituras de José de Alencar como, Alexis de Tocqueville<sup>10</sup> (1805-1859), John Stuart Mill<sup>11</sup> (1806-1873) os *Federalistas*<sup>12</sup> dentre outros (SANTOS W., 1991). Estes autores canônicos da teoria política, alguns do final do século XIX, influenciaram o pensamento e a escrita do literato e político.

Entre o leitor, o literato e o político, situa-se, de forma significativa, a formação em Direito. Como era comum à época, os jovens das classes abastadas deveriam fazer um curso superior. Dentre as opções locais eram oferecidas a Medicina, a Engenharia ou o Direito (COELHO, 1999). A outros desses jovens havia a opção de frequentar um curso superior no exterior, principalmente em Portugal e na França. No caso de José de Alencar, sua formação ocorreu na Faculdade de Direito em São Paulo, na qual ingressou com 16 anos formando-se, entre idas e vindas de São Paulo a Recife, em 1850 (VIANA FILHO, 2008).

Os anos de 1850 e 1870 foram pujantes na vida e carreiras de José de Alencar. A primeira publicação foi **Cinco minutos** em 1856. “Já trazia um narrador

<sup>9</sup> Outras questões sobre a análise crítica da história da literatura e sobre a influência francesa no Romantismo são tratadas por Maria Cecília Boechat (BOECHAT, 2003).

<sup>10</sup> Aristocrata, Pensador e Deputado durante o Governo de Luis Felipe escreveu, dentre outras, uma das obras clássicas sobre a democracia moderna, **A democracia na América** (TOCQUEVILLE, 2005) (FRAZÃO, 20--?. Não paginado).

<sup>11</sup> Filho do filósofo e historiador James Mill, John Stuart Mill, também filósofo nasceu na Inglaterra do século XVIII e escreveu várias obras sobre teoria política. É um dos expoentes das correntes do pensamento denominadas de Liberalismo e utilitarismo. Uma de suas obras, **Considerations on representative government**, (1851), trata sobre participação das minorias nos governos representativos (FRAZÃO, 20--?. Não paginado).

<sup>12</sup> É um conjunto de escritos políticos composto por vários autores: Alexander Hamilton, James Madison e Jon Jay (HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. 1840).

em primeira pessoa em uma das armaduras do romance epistolar: dotando-se de um destinatário interno, o texto se apresenta como uma carta dirigida pelo autor a uma prima” (BOECHAT, 2003 p. 146). Da primeira publicação a última, **O sertanejo**, que faz parte de uma narrativa mais voltada para o regionalismo, somam-se dezesseis romances com temas variados e estilos diversos.

Outro exemplo de romance epistolar<sup>13</sup> foi **Lucíola**. Nele José de Alencar narra a história de amor entre Paulo e Lúcia, contudo, a narrativa só se concretiza com a carta que Paulo envia a G. M. (ALENCAR, 1988). Encontra-se nessa obra o lugar de importância que a epístola detinha para os escritores oitocentistas, não apenas como uma forma de cativar o leitor pela provocação deste estar adentrando na história, mas deixando que a carta ocupe o lugar de uma personagem ao revelar, por meio dela, toda a história.

No romance **Senhora**, o autor não se valeu do estilo epistolar, porém trouxe uma protagonista feminina, Aurélia, assim como em **Lucíola**, **Diva** e **Iracema**. Aurélia Camargo é uma jovem de personalidade forte como Emília, a heroína de **Diva**, mas ao final, assim como esta, se rende ao amor e à submissão, uma das características das personagens femininas do romance alencariano<sup>14</sup>.

É tempo de concluir o mercado. Dos cem contos de réis, em que o senhor avaliou-se, já recebeu vinte; aqui tem os oitenta que faltavam. Estamos quites, e posso chamá-lo meu; meu marido, pois é este o nome da convenção.

A moça estendeu o papel que sua mão crispada amarrotava compulsivamente. Seixas permaneceu imóvel como uma estátua; [...].

Afinal o papel escapou-se dos dedos trêmulos da moça e caiu sobre o tapete aos pés de Fernando (ALENCAR, 1997, p. 88).

Na saga de Aurélia, além da condição social da mulher, José de Alencar registrou críticas contundentes à sociedade brasileira dos oitocentos, dentre elas, o uso e apropriação do dinheiro como um dos fatores decisivos para o *status* social. Esta questão lhe rendeu desafetos e o término abrupto da publicação da coluna semanal, **O correr da pena** no jornal **O Correio Mercantil** (VIANA FILHO, 2008).

<sup>13</sup> O romance epistolar alcançou seu auge no século XVIII. Dentre os autores de maior relevância cita-se Jean Jacques Rousseau. Esse estilo possui algumas peculiaridades como a da narrativa em primeira pessoa e também a característica de denotar um papel sedutor de janela ao acesso da intimidade do outro (NASCIMENTO, 2012).

<sup>14</sup> Tal temática foi abordada em vários estudos sobre a obra alencariana como o artigo de Marcia André Ramos. **A inserção feminina na sociedade burguesa do século XIX: uma leitura do romance Diva**, de José de Alencar (RAMOS *et al.*, 2013. Não paginado), que trata da inserção feminina na sociedade do século XIX.

De todas as protagonistas não podemos deixar de destacar *Iracema*, do romance indianista homônimo, **Iracema**, pois, além de a obra ocupar o lugar de cânone na literatura brasileira, expôs alguns posicionamentos políticos do autor em relação à política de Conciliação<sup>15</sup> implantada pelo imperador D. Pedro II entre 1853-1856<sup>16</sup> (CAMILO, 2007).

No caso específico de *Iracema*, a hipótese da alegoria política, mais que opção de leitura ou atribuição do intérprete, é, efetivamente, um dado constitutivo do romance. Para corroborar essa tese, creio que valeria insistir mais, como subsídio para sua análise e fundamentação, em um aspecto pouco explorado mesmo por aqueles que a defendem. Refiro-me ao fato de Alencar mostrar-se completamente envolvido no debate político e ter-se pronunciado reiteradas vezes sobre essa fórmula de coligações partidárias e suas consequências em várias crônicas e escritos políticos, assumindo, inclusive, posições distintas que podem contribuir para iluminar certa variação no modo como focalizou a aliança entre brancos e índios nos seus dois principais romances no gênero (CAMILO, 2007, p.182).

Infere-se, a partir deste comentário crítico sobre **Iracema** (ALENCAR, 1991), que José de Alencar já havia absorvido novos elementos para a construção da sua narrativa, dentre eles a sua vivência e conhecimentos sobre a política, elementos constitutivos de sua vida, tendo em vista que, no ano do lançamento do romance indianista, José de Alencar já ocupava cargos políticos, inclusive tendo concluído seu primeiro mandato com Deputado pela Província do Ceará (FARIA, V., 2013).

Voltando à produção, José de Alencar escreveu sete peças para o teatro. Dessas ressalta-se, **Mãe**, encenada em 1857, e obteve grande repercussão de crítica e público (FARIA, J., 1987).

Como cronista iniciou sua trajetória escrevendo para jornais acadêmicos durante a faculdade “No derradeiro ano do curso, publicou ele, na revista *Ensaio Literários*, ‘jornal de uma associação de acadêmicos’, que fundara com outros colegas matriculados em 1846, o ensaio ‘O estilo na literatura brasileira’” (VIANA FILHO, 2008 p. 60, grifo do autor). Profissionalmente em 1854 ingressou como colaborador no jornal **O Correio Mercantil**. Neste periódico, ele era responsável

<sup>15</sup> A política de Conciliação ocorreu oficialmente entre 1853-56, mas na prática durou até 1861. Foi um acordo tácito entre os Partidos Liberal e Conservador para se revezarem no poder, com a anuência do Imperador (FAUSTO, 1999).

<sup>16</sup> O Imperador além de ser o chefe supremo ocupava o poder moderador, conforme regia a Constituição de 1822. Existem vários autores, dentre eles alguns cânones da historiografia que discutem a interferência direta do Monarca na substituição dos Gabinetes ao longo de todo o reinado de D. Pedro II (FERRAZ, 2017). Entretanto, segundo Sérgio Eduardo Ferraz (FERRAZ, 2017) essa supremacia do Poder Moderador ocorreu, porém não foi em todos os casos, pois a Câmara dos Deputados exerceu influência nas mudanças dos Gabinetes ao longo do Império (FERRAZ, 2017).

pela coluna semanal intitulada **Ao correr da pena** função que exerceu até 1855, quando deixou o jornal e foi contratado para Gerente e Redator Chefe do **Diário do Rio de Janeiro** (BOECHAT, 2003). O cronista ganhou espaço de uma forma meteórica e com sua capacidade e talento pôde tratar sobre assuntos como, cotidiano, política, arte e costumes no âmbito nacional e Internacional.

O motivo da sua saída do **Correio Mercantil** em 08 de julho de 1855 foi emblemático, pois não se deu apenas por uma troca de emprego, mas por uma demonstração de sua personalidade e ideologia de vida. Sua acidez com temas nacionais, principalmente sobre política não chegaram a incomodar os acionistas do **Correio Mercantil**, entretanto, quando o colunista passou a criticar os especuladores e a ganância pelo dinheiro, alguns dos sócios do jornal se sentiram atacados pelo cronista (VIANA FILHO, 2008). “Alencar saiu ‘inteiramente estropiado’, conforme a reclamação que fez à redação, responsável pela velada censura” (VIANA FILHO, 2008, p.70, grifo do autor). De pronto, o cronista se desligou do jornal sem, contudo, romper sua longa amizade com um dos donos e editor, seu colega de faculdade Francisco Otaviano<sup>17</sup>.

Além dessas experiências José de Alencar constituiu sociedade com seu irmão Leonel adquirindo o periódico **Dezesseis de Julho** em 1869, conforme já informado na **INTRODUÇÃO** desta pesquisa (VIANA FILHO, 2008). O nome do periódico fazia alusão à data do início do Governo Itaboray no qual José de Alencar fora Ministro. A aquisição do jornal foi uma tentativa de mobilizar a opinião pública, pois ele percebeu que a perda de espaço no Partido Conservador e no próprio Ministério ocorreu por causa dos noticiários que apoiavam, em sua grande parte, os seus desafetos no partido ou os opositores políticos (VIANA FILHO, 2008). Em 1870 desfez a sociedade e voltou-se para os romances com temas urbanos e regionalistas e para o seu mandato na Câmara dos Deputados, cargo que ocupou até o ano de seu falecimento.

Antes de ingressar para a política José de Alencar já possuía uma situação financeira razoável. No que diz respeito à vida econômica do autor de **Iracema** pode-se deduzir que Alencar adquiriu a maior parte do seu patrimônio como advogado, editor de jornais, professor e, depois, como romancista.

---

<sup>17</sup> Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1826-1889) advogado, jornalista, político, diplomata e poeta. É o patrono da cadeira n. 13, por escolha do fundador Visconde de Taunay. Em 1847, foi diretor do **Jornal do Comércio** (1851-54) e **Correio Mercantil** (BIOGRAFIA – FRANCISCO OTAVIANO, 20--?. Não paginado).

Sua condição financeira, ao menos até 1856, ano que antecede a publicação de uma de suas principais obras, **O guarani** (1857) (ALENCAR, 1996), não era de tudo ruim. No ano em questão ocorreram as primeiras eleições das quais José de Alencar participou como candidato a Deputado. Dentre os quesitos que os pretendentes ao cargo deveriam cumprir havia o da comprovação de renda. “Não podem ser Deputados os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida [...]” (SALGADO, 2007, p.2). Tal fato nos leva a concluir que, embora a literatura tenha sido sua principal atividade ao longo da vida, seu sustento com as obras veio a ocorrer após a década de sessenta do século XIX. Até então sua sobrevivência material era oriunda das outras atividades que exercia.

Após a década de 1860, José de Alencar assinou contratos rentáveis para um escritor na sua época. Um desses contratos lhe rendeu a quantia de trezentos mil réis para publicar a segunda edição de **Iracema** em 1870 e, outro, a quantia de oitocentos mil réis para as edições posteriores do romance indígena, como também para diversos escritos, como **O systema representativo** e as crônicas do jornal **O Correio Mercantil**, editadas sob a forma de revista com o título **O correr da pena**, ambas com o editor B. Garnier (VIANA FILHO, 2008). Esse último contrato lhe deu condição financeira para pleitear sua candidatura para o Senado nas eleições de 1869. Eleição da qual não participou, dentre outros motivos, a negativa da parte do Imperador D. Pedro II.

José de Alencar ocupou seu primeiro cargo na política em 1861, após o insucesso no pleito antecedente quando tentou a vaga pelo Partido Liberal. Foi eleito deputado pelo Partido Conservador ocupando a cadeira por três legislaturas<sup>18</sup>. Nessa seara atuou, ainda, na Secretaria e no Conselho do Ministério da Justiça, e nos anos de 1868 e 1870 tomou posse como Ministro da Justiça do Império (VIANA FILHO, 2008).

A política também fez parte das elucubrações de José de Alencar. Como publicista escreveu **O sistema representativo** (1868) e **Reforma eleitoral** (1874), além das crônicas para os jornais e as missivas, dentre as quais estão as cartas endereçadas ao Imperador. Nesses textos foram registrados não somente o seu interesse pela política, como também, o conhecimento que detinha sobre o que ocorria nos cenários nacional e internacional.

---

<sup>18</sup> Na 11ª (1861-1864), na 14ª (1869-1872) e na 15ª (1872-1875) legislaturas. (FARIA, V., 2013. p. 4).

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, W., 1991), os escritos sobre política e economia de José de Alencar foram produções importantes para o pensamento brasileiro<sup>19</sup>. Na concepção do sociólogo, ao desenvolver algumas ideias acerca da participação da minoria no sistema representativo, José de Alencar antecedeu e avançou às proposições de John Stuart Mill<sup>20</sup>.

Fundamental, contudo, é que, mesmo supondo terem sido as *considerations* a inspiração próxima de *O sistema*, esse é livro muito mais complexo e, digamos assim, mais “metafísico” do que aquele. Não propõe um argumento somente sobre o governo representativo, mas sobre a origem do governo e da sociedade, pois só desta maneira Alencar considera possível justificar um especial tipo de sistema representativo – que é o proporcional (SANTOS, W., 1991, p. 14).

Nesse sentido, retomando a formulação de João Cesar de Castro Rocha e nos fazendo valer da ideia do entre-lugar de Silvano Santiago, José de Alencar não se inspirou em John Stuart Mill, mas renunciou a ideia da proporcionalidade para a teoria política da modernidade (ROCHA, 2006).

No cotidiano da política, os assuntos abordados nos seus escritos eram reverberados nos discursos da Câmara (SANTOS, W., 1991). Em **O sistema representativo** José de Alencar apresentou suas ideias, dentre elas a discussão da representação das minorias. Dotado de uma retórica que se respaldava nos seus estudos e conhecimentos, o representante da Província do Ceará tentava implementar na legislação eleitoral a sua metafísica.

O Sr. J. de Alencar: - [...] Mas, senhores, não foi a eleição indirecta que produziu a decadência do governo parlamentar em nosso paiz: a causa é outra, e muito diversa. Cumpre estudá-la, porque, uma vez conhecida, poderá ser, senão corrigida, ao menos atenuada.

A causa principal, aquella que eu sobre todas assignalo, é a centralização (ALENCAR, 1874, p. 60-61).

[...] Mas, convem attender que, se o povo brasileiro tem tolerado esses abusos, essas violações da constituição, não abdicou de seus direitos. Póde de um momento para outro, reassumindo o exercício pleno da soberania, restituir a constituição à sua primitiva pureza (apoiados, muito bem)

O Sr. Martinho Campos: - Falta demonstrar.

O Sr. J. de Alencar: - [...] Eis porque combato ardentemente a eleição directa, porque combato o censo. Eis porque defendo e entendo que todo o cidadão brasileiro deve levantar-se para defender, não só a idéa, a verdade, a constituição, porém cousa mais sagrada: a nação brasileira, a nação que fez a independência e que ha de fazer a grandeza deste império (muito

<sup>19</sup> Tais proposições do sociólogo sobre Alencar já foram fonte de estudos e críticas. Para tanto consultar dentre outros Ricardo Martins Rizzo, (RIZZO, 2007).

<sup>20</sup> Principalmente às ideias desenvolvidas por Stuart Mill em *Considerações sobre o governo representativo* (MILL, 1981).

bem, muito bem; o orador é cumprimentado) (ALENCAR, 1874, p.90. apud SANTOS, W., 1991).

Cabe destacar que os escravos não se fizeram presentes nas formulações teóricas do escritor. Tal fato revela o indício da sua face Liberal conservadora, não somente a partidária, mas também, a teórica.

Pensando sobre o funcionamento da política Imperial do período, observou-se o seguinte: os liberais estiveram por mais vezes à frente do governo, entretanto os conservadores ocuparam-no por um tempo mais longo e obtiveram maior êxito quanto à implementação de suas políticas (MATTOS, 1987).

Entre a publicação da 1ª edição do romance **Iracema** (1865) e a última eleição para Deputado de José de Alencar (1870), ocorreu uma mudança partidária no gabinete saindo os liberais em 1868 e entrando os conservadores. Porém, no comando do Ministério estiveram à frente o Marquês de Itaboraay (1868-1870), o Marquês de São Vicente (1870-1871) Barão do Rio Branco (1871-1875) e Duque de Caxias, ficando até 1878, quando os Liberais retornaram ao governo.

Entre 1868-1870, o então Conselheiro dos negócios da Justiça e Deputado pela Província do Ceará, tomou posse como Ministro da Justiça e pôde vivenciar as eleições de 1868 e 1869, dar posse e destituir magistrados, tentar reformar a legislação eleitoral e despachar com o Imperador. Foi, também, nesse período que enviou as cartas que são o objeto da presente pesquisa.

Das ideias defendidas por José de Alencar, nas fileiras do Partido Conservador ou ocupando os cargos e que foram parcialmente acatadas foram as que se referiam à participação das minorias e sobre a organização eleitoral indireta,<sup>21</sup>.

Na próxima seção, serão discutidas algumas ideias do pensamento Liberal e Romântico a partir de algumas obras e autores cânones de ambas as áreas. Tal tarefa se faz importante, pois o pensamento Liberal e Romântico foram duas das ideologias mais propagadas no século XIX; toda essa discussão será feita a partir do *corpus* teórico da interdisciplinaridade e da intertextualidade, entre a literatura e a história.

---

<sup>21</sup> Durante todo o Império brasileiro, Liberais e Conservadores buscaram alternativas para arrefecer as fraudes eleitorais. Para tanto foram rastreadas fórmulas sobre o funcionamento das eleições alterando a legislação: as duas Leis do Círculo de 1855 e 1860; a Lei do Terço de 1875 e a Lei Saraiva ou Lei do Censo de 1881 (FARIA, V., 2013). No caso das propostas de José de Alencar, apenas a da participação das minorias foi contemplada nas legislações de 1855 e na de 1875. Porém a legislação de 1881, a Lei do Censo, modificou toda a legislação anterior (SALGADO, 2007).



### 3 LIBERALISMO E ROMANTISMO: uma questão de complexidade intertextual

Nesta seção serão tratadas algumas ideias e conceitos essenciais do Liberalismo político e do Romantismo que se desenvolveram no âmbito conceitual. Buscou-se, também, destacar o legado deixado por essas ideias com relação às mudanças sociais e políticas da Europa e da América nos oitocentos. Diante desse quadro de complexidade foram eleitos alguns autores e suas lucubrações sobre alguns temas que são pertinentes ao presente trabalho. Todo esse cabedal teórico e prático será desenvolvido sob o enfoque da teoria Comparada.

O estudo da Literatura nos permite analisar obras por variados eixos teóricos, dentre esses, o da Literatura Comparada.

Para Carvalhal comparar é mais que contrastar, pois possibilita a aproximação do texto com outra disciplina intelectual e outras esferas da atividade humana, uma vez que sua importância não está na comparação em si, mas na ampliação de visão do analista/estudioso (CARVALHAL, 2006, apud, ARAÚJO, 2013, p.50).

Os primeiros estudos de Literatura Comparada surgiram no século XVIII na França. Porém, foi no início do século XX que ela passou a fazer parte do currículo das principais universidades na Europa e nos EUA.

Na atualidade, dentre as discussões abarcadas pelos estudiosos comparativistas está a ampliação do foco igualando a Literatura latina com as europeias e objetivando investigar os diálogos, as diferenças dos ambientes culturais, as influências e fontes do autor. “Observando-se, conforme Carvalhal, Allegro e Nitrini, há vários enfoques a serem ressaltados pelo trabalho comparativista, como a intertextualidade e a interdisciplinaridade” (ARAÚJO, 2013, p. 53). Nesse sentido, serão esses os vieses comparativistas a serem adotados nessa seção.

A busca indiciária do Liberalismo e do Romantismo remete à Europa entre os séculos XVIII e XIX. Entretanto, as permanências dessas ideias em tempos e lugares diferentes estão longe de serem debitárias somente do seu epicentro Europeu.

Dos autores e suas respectivas obras que contribuíram para as ideias essenciais do Liberalismo político e do Romantismo na Europa destacam-se, **Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** de Jean Jaques Rousseau (1999); **Da Alemanha** de Madame de Staël (2016);

**Considerações sobre o governo representativo** de John Stuart Mill (1981) e **A democracia na América** Alexis de Tocqueville (2005).

Segundo o filósofo Norbert Bobbio (1909 – 2004), até o início do século XIX os termos Liberalismo e Liberal não eram sinônimos quando se tratava de política. Para essa área usava-se apenas o substantivo. Para o adjetivo Liberal o uso era mais voltado ou podia designar uma postura moral, ético-política ou uma profissão (BOBBIO, 2000).

Examinando alguns fatos acerca da aproximação entre os termos Liberal e Liberalismo na política, em seus aspectos práticos e teóricos, é importante citar o golpe contrarrevolucionário de Napoleão Bonaparte nos 18 Brumário<sup>22</sup> e, de uma forma mais definitiva, a Revolução Liberal de 1812 na Espanha “demarcando dois lados, o partido que defendia as liberdades públicas e o Partido Servil” (BOBBIO, 2000, p.687), saiu vitorioso aquele que defendia os ideais Liberais em detrimento de um Estado controlador.

A Revolução Francesa de 1789, com seus lemas **Liberdade, Igualdade e Fraternidade**, desencadeou várias mudanças sociais e políticas, dentre elas, a diminuição do poder das aristocracias em várias partes da Europa. Aliado a isso, passou a fazer parte da arena política a preocupação da junção de dois desses lemas, o da igualdade com o da liberdade. Outro aspecto foi o temor de que a ideia da igualdade pudesse incorrer como prejuízo da liberdade. A solução de todos esses problemas, no campo teórico e prático da política, fez com que se concretizasse, o Liberalismo como sinônimo de Liberal quando o assunto tratado é a política.

Em **Da Alemanha**, Madame de Staël<sup>23</sup> (STAEL, 2016) demonstra sua apreensão devido às mudanças sociais e políticas promovidas pelo processo Revolucionário. A escritora que vivenciou a revolução desde o seu início, em 1789, até o período Napoleônico em 1815, percebeu que a alteração de comportamentos sociais levou a um processo que estancava “o aperfeiçoamento do espírito humano,

<sup>22</sup> A instauração da República após a tomada da Bastilha e a formação da Convenção Nacional em 1792 e, posteriormente, com a tomada do poder pelos jacobinos em 1793, foi a fase mais radical do processo e uma das medidas usadas pelo governo revolucionário foi a criação de um novo calendário para substituir o gregoriano, símbolo do Cristianismo e do Antigo Regime Monárquico. No caso, 18 Brumário se referia ao período entre 22 de outubro e 20 de novembro. Porém, com o golpe contrarrevolucionário de Napoleão Bonaparte, o calendário Gregoriano voltou a vigorar em 31 de dezembro de 1805 (PINTO, 2018).

<sup>23</sup> Annie-Luise-Germaine Necker, 1766-1817. Uma de suas marcas era a resistência contra o governo autoritário de Napoleão. Foi autora de várias obras literárias e sobre teoria da literatura, dentre essas **Da Alemanha** (STAËL, 2016).

possível apenas com a liberdade de expressão a ser garantida pelas instituições republicanas, bem como por um cristianismo não dogmático” (STÄEL, 2016, p. 12).

Estabelecendo uma análise comparativa entre a Alemanha e a França Annie-Luise descreveu que,

A Alemanha era uma federação aristocrática; esse Império não tinha um centro comum de luzes e de espírito público, não formava uma nação compacta, faltando amarra ao feixe. Essa divisão da Alemanha, funesta à sua força política, era, entretanto, muito favorável a todo tipo de experimentações do gênio e da imaginação. Havia uma espécie de anarquia terna e pacífica, no que concerne às opiniões literárias e metafísicas, que permitiam a cada homem o completo desenvolvimento de sua maneira individual de ver (STÄEL, 2016, p. 19).

Nessa comparação a estudiosa identificou que o aparecimento de uma cultura federativa Alemã, ao contrário de uma cultura de nação francesa, permitiu que o processo criativo do indivíduo alemão não fosse sufocado, ao contrário do que ocorreu na França, provocado pelas questões políticas. É importante destacar que Madame de Stael não vivenciou o processo de consolidação do Estado nacional na Alemanha<sup>24</sup>.

No cotidiano literário pôde-se depreender sobre o ponto de confluência do Liberalismo e o pensamento Liberal pelas correspondências trocadas a partir do século XVIII.

[...] final do século XVIII. Essa tematização da amizade, então, encontra, portanto diversas ordens de preocupação que são do domínio de um ideal do particular não-familiar e do bom uso das relações íntimas, testemunhando tanto um discurso sobre a felicidade individual quanto uma codificação dos comportamentos sociais e de um imaginário político (VICENT-BUFFAULT, 1996 p.59).

Anne Vicent-Buffault (VICENT-BUFFAULT, 1996) assevera como as correspondências retratam que ocorreu o estreitamento dos laços individuais e extrafamiliares e, o mais importante: a valorização do indivíduo tanto nos seus sentimentos, quanto nas suas concepções sobre a sociedade e o mundo ao seu redor.

---

<sup>24</sup> A unificação alemã ocorreu em 1871 a partir do Reino da Prússia que se sobrepujou aos demais reinos e instaurou um poder centralizado, representado na figura do Primeiro Ministro Otto Von Bismark. Esse processo veio substituir as reivindicações populares na **Primavera dos Povos**, ocorrido em 1848. As bases da unificação alemã teve como uma das fontes de sua inspiração os ideais nacionalistas do Romantismo e na imposição das elites políticas, de cima para baixo (SILVA D., 20--?. Não paginado).

Após a afirmação do Liberalismo político dos oitocentos surgiram outras questões à nova ordem liberal. Uma delas foi o associativismo, que teve suas raízes na organização social nos Estados Unidos; a liberdade política descrita nas cartas de declaração dos direitos do homem e do cidadão; a liberdade ética do homem, conquistada nas guerras de religião e na conseqüente liberdade religiosa; e, finalmente, do poder moral que é a atribuição da opinião pública (SANTOS, 1991).

Com o advento do Liberalismo e da democracia foram agregados outros valores, como os direitos eleitorais e a marginalização da Câmara hereditária (Senado). Essa marginalização culminou com a divisão do poder político na dimensão vertical (autonomias locais ou federalismo), ou na dimensão horizontal (entre particulares) onde a antítese maioria-minoria passou a prevalecer em substituição à antítese Rei-Parlamento (SANTOS, W. 1991).

Tratando de temas caros ao Liberalismo do século XIX John Stuart Mill (MILL, 1995) e Alexis de Tocqueville (TOCQUEVILLE, 2005) construíram um cabedal teórico a fim de dar conta da realidade política em que viviam.

John Stuart Mill foi um dos mais relevantes autores do pensamento Liberal e Utilitário do século XIX. Ele tratou de investigar os temas da igualdade e da democracia. A solução encontrada por ele foi a de tentar resolver o problema da representação da minoria a partir da via institucional, com a lógica do governo representativo.

Os argumentos de Stuart Mill variam de natureza e vão desde considerações sobre os direitos de cidadania – “Alguém que é excluído de toda participação nos negócios políticos não é um cidadão” – até objeções de sabor bastante contemporâneo, por exemplo, a corrupção, a compra e venda de votos. [...] Governo representativo, dirá, é o governo em que todos os segmentos da sociedade estão proporcionalmente representados, e esta é a única forma de evitar a tirania da maioria sobre as minorias (SANTOS, 1991. p.23-24).

A partir da formação de um governo que pudesse representar todos os segmentos da sociedade, o autor tratou de estabelecer o critério moral onde as ideias revolucionárias de rompimento da ordem pelos explorados, ou pela luta de classes, como exemplo, os ideais comunistas, deveriam ser substituídas pelo sufrágio.

Parti da suposição de que o direito do sufrágio está condicionado ao valor pessoal dos indivíduos, e é assim que deveria ser. Enquanto estiver, como

neste e em muitos outros países, condicionado à propriedade, a contradição será ainda mais flagrante (MILL, 1981, p. 99).

Tendo no horizonte o sufrágio universal, Stuart Mill entendia que o governo popular deveria substituir o déspota e, com isso, fazer respeitar a participação popular no governo; compondo, assim, a representação das minorias. Além, do fato de que o sufrágio deveria ser implantado pelo valor individual e não pelo valor censitário da renda.

Alexis de Tocqueville em obras como, **A democracia na América** (2005) investigou a democracia a partir do associativismo que se constituiu como a principal força civil e política nos EUA. Tocqueville descreveu que nesse tipo de organização civil há uma conciliação entre indivíduos que são movidos por ideias e interesses em comum. Essa associação pode ser percebida em clubes de lazer, em associações de moradores, em partidos políticos, em associações de trabalhadores, ou seja, em todas as instâncias da sociedade.

[...] Nos Estados Unidos, as pessoas se associam com fins de segurança pública, comércio e indústria, moral e religião. Não há nada que a vontade humana desespere alcançar pela livre ação da força coletiva dos indivíduos. Uma associação consiste apenas na adesão pública que certo número de indivíduos dá a determinadas doutrinas e no compromisso que contraem de contribuir de uma certa maneira para fazê-las prevalecer (TOCQUEVILLE, 2005, p.220).

Devemos dizer que esse tipo de associação não foi exclusivo aos EUA. Como o próprio autor salientou na sua obra. Analisando o associativismo europeu e o americano Tocqueville percebeu, que no caso dos EUA havia uma decadência nas relações sociais e políticas devido à forma pacífica que ocorreu. Isso a rebaixaria se comparada com as associações feudais na Europa que se formaram a partir da necessidade bélica de combater o inimigo e, sendo assim, com uma característica mais vigorosa (TOCQUEVILLE, 2005). Prevaleceu nessas comparações a visão nobiliárquica do Visconde sobre a guerra e as associações.

Nesse sentido, o Liberalismo nos Estados Unidos se impôs do particular para o geral na proporção em que os interesses que uniam as pessoas nos seus respectivos grupos, associações, clubes, partidos e outras, não excluem os valores morais que cada indivíduo possuía (TOCQUEVILLE, 2005).

No que concerne ao governo da maioria Alexis de Tocqueville (2005) se colocou numa posição tangencial à de Stuart Mill.

[...] E da própria essência dos governos democráticos o fato de o império da maioria ser absoluto; porque, fora da maioria, não há nada (TOCQUEVILLE, 2005, p. 291).

[...] O que mais critico no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como muitos na Europa pretendem, sua fraqueza, mas, ao contrário, sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 296).

Ao acreditar que as democracias eram fruto da associação da maioria, ele não via a possibilidade de elas permanecerem assim, principalmente na América, pois eram pouco vigorosas no combate à tirania (TOCQUEVILLE, 2005).

Pode-se depreender, portanto, o quanto foram complexas as adequações teóricas sob a égide do Liberalismo e as respectivas adaptações às mudanças que ocorreram no campo social e político. Ao mesmo tempo, constatou-se um deslocamento do eixo da matriz do Liberalismo da Europa para os Estados Unidos<sup>25</sup>.

O mesmo se deu com o Romantismo europeu. De um modo geral seu auge ocorreu entre os séculos XVIII e final do século XIX, sua matriz foi europeia e, como o pensamento liberal, migrou para outros continentes, inclusive a América onde foi adaptado e reelaborado.

Das características gerais do Romantismo Europeu pôde-se coligir a tentativa de rompimento com o racionalismo iluminista, principalmente, o de matriz liberal que privilegiava as concepções científico-rationais; a busca pela afirmação de temas voltados para a ideologia e a religiosidade; a construção do herói ou heroísmo trazendo para o nível individual a perspectiva de modificar a realidade social e política; o denunciamento contra as mazelas sociais a partir da exploração política e econômica dos menos favorecidos; e, finalmente, o nacionalismo fundamentado na busca de identidades e de características que pudessem consolidar a formação da nação, ou dos regionalismos que seriam constituintes de um Estado.

Porém, longe de ser consenso, tratar sobre o Romantismo é uma tarefa complexa.

Michael Löwy e Robert Sayre, por sua vez, consideram que o Romantismo foi mais do que um movimento literário, que se constituiu em uma visão de mundo. [...] o Romantismo como uma estrutura mental que abrangeu a política, a Arte, a Teologia, a Sociologia, a História, a Economia, enfim,

---

<sup>25</sup> Há um fato importante a se destacar, o processo de independência dos EUA ocorreu em 1776, portanto, antes da Revolução francesa. Na independência Norte Americana surgiram as ideias Republicanas e do Liberalismo, das quais os escritos dos **Federalistas** demonstraram como essas ideias se formaram na América. (HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. 1840).

todas as formas de pensamento de determinados grupos sociais, após a ascensão da sociedade capitalista burguesa no século XIX (SILVA, 2009, p.374).

Não obstante, as ideias do Romantismo proliferaram por uma gama de produções, autores e áreas do conhecimento que extrapolaram a literatura, os contextos sociais, políticos e históricos. Menos que corroborar para a unificação em torno de um Romantismo essa diversidade traduziu-se em romantismos.

Percebe-se assim uma intertextualidade do pensamento de matriz Europeia do Romantismo.

Julia Kristeva (1969) estabelece o princípio da intertextualidade, expressando que todo texto é absorção e transformação de outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, se instala a de intertextualidade [...] (CARVALHAL, 2006, p. 51, apud, ARAÚJO, 2013, p. 53).

A partir desta reflexão, ressalta-se uma das construções fundantes do Romantismo europeu, de Jean Jacques Rousseau<sup>26</sup>, nos **Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**<sup>27</sup> de 1755 (ROUSSEAU, 1999).

Confrontado suas ideias com as proposições da formação do Estado defendidas por Hobbes (1588-1679)<sup>28</sup> no **Leviatã**<sup>29</sup>, Rousseau não via razões das quais o governo deveria se constituir, no seu prelúdio, sob o poder arbitrário. Sendo assim, ele considerou que o processo da perda da liberdade pela sociedade civil e política se deu de outra forma.

Se seguirmos o processo da desigualdade nessas diferentes revoluções, verificaremos ter constituído seu primeiro termo o estabelecimento da lei e do direito de propriedade; a instituição da magistratura, o segundo; sendo o

<sup>26</sup> Grande parte da sua obra voltou-se para as questões morais e religiosas como **Emilio** e o **Contrato social** (MARQUES, 20--?. Não paginado).

<sup>27</sup> Na obra o autor tratou de um dos eixos temáticos primordiais do Romantismo, a defesa do homem no estado de natureza, a partir da tese do **Bom Selvagem**. Rousseau se propôs a investigar as organizações que antecederam à sociedade civil para traçar sobre o seu entendimento acerca do processo que levou o homem a deixar de conviver no estado de natureza, para aderir a uma forma de organização que lhe tolheu a sua liberdade natural.

<sup>28</sup> Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor dentre outras obras, **Leviatã** e **Do cidadão**. O grande Leviatã, o Estado, é esse artifício humano capaz de sanar essas desordens. É assim também que entendemos a criação de leis. O que se denomina juspositivismo nada mais é do que a compreensão de que a lei natural deve ser abolida, suprimida pela ordem convencional, artificial, inventada pelos homens tendo em vista um bem comum que é a preservação da vida. (CABRAL, 20--?. Não paginado).

<sup>29</sup> Essa obra tinha como preocupação fundamental que o Contrato Social fosse cumprido por todos, Soberano e Povo tendo em vista que o Contrato teria como fim último manter todos vivos, pelo Absolutismo (TELES, 2012).

terceiro e último a transformação do poder legítimo em poder arbitrário. Assim, o estado de rico e de pobre foi autorizado pela primeira época; o de poderoso e de fraco pela segunda; e, pela terceira, o de senhor e escravo, que é o último grau da desigualdade [...] (ROUSSEAU, 1999. p. 110).

Forma-se, assim a concepção de que o Estado toma o poder do indivíduo e, por conseguinte sua liberdade. Devemos contextualizar que nessa obra Rousseau estava vislumbrando a França do reinado de Luis XVI e que o processo revolucionário francês de 1789 somente ocorreria trinta anos após seus escritos. Por isso a torna partícipe da fronteira entre o Liberalismo e o Romantismo, algo que será percebido, também, nos escritos de José de Alencar.

Passando para a América, mais precisamente para o Brasil, Antonio Candido (CANDIDO, 2002) tomando como um dos aspectos da História da Literatura Brasileira demonstra que o Liberalismo apareceu no Brasil aliado à literatura romântica logo após a chegada da família Real nos anos iniciais do século XIX.

Os primeiros românticos brasileiros consideraram como um dos seus mestres Antônio Pereira de Souza Caldas (1762-1814). [...] voltado para o Brasil, em 1808: as Cartas de Abdir a Irzerumo, cerca de cinquenta ensaios [...] numa linguagem discreta e concisa. Eles são um momento importante do nosso Liberalismo ilustrado, pela defesa da tolerância, da liberdade de imprensa e da compatibilidade entre a religião e as ideias políticas modernas (CANDIDO, 2002. p.18).

O que chamou a atenção, nas características destacadas dos escritos de Souza Caldas, foi a intertextualidade a partir dos temas trazidos pelo autor e os desenvolvidos posteriormente pelo Romantismo e o Liberalismo brasileiros.

Para Roberto Schwarz (SCHWARZ, 2000) as ideias no Brasil estariam fora do lugar. Para corroborar com seus argumentos, ele destaca a convivência da escravidão com as ideias do Liberalismo<sup>30</sup>.

[...] Ora, no Brasil domina o fato “impolítico e abominável” da Escravidão. Este argumento – resumo de um panfleto liberal, contemporâneo de Machado de Assis – põe fora o Brasil do sistema da ciência. [...] Nabuco expressa um sentimento comparável quando protesta contra o assunto escravo no teatro de Alencar [...]. Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do Liberalismo europeu (SCHWARZ, 2000, p. 11-12).

---

<sup>30</sup> Roberto Schwarz discutiu como as ideias europeias, dentre elas o Liberalismo e o Romantismo, foram distorcidas na América. Um dos fatores que ele identificou foi a existência do escravismo e uma das heranças coloniais que formaram as bases das relações sociais, a do favor, que eram práticas contraditórias aos ideais de valorização do indivíduo (SCHWARZ, 2000).



Se tratadas essas práticas e vivências, acrescentando a intertextualidade ir-se-á ao encontro do aspecto fundamental defendido por Schwarz (2000). Quando esse compara o Liberalismo e o Romantismo como ideologias importadas por parte da elite brasileira, há uma demonstração de como eram as ideias e ações de nossa elite oitocentista, que era mais afeita a conservar um *status* a reformar um sistema.

No entanto, mesmo nos voltando para a Europa daquele período veremos que o Liberalismo foi menos puro que contraditório, pois o escravismo foi embaraçoso para alguns Liberais daqui como para os europeus.

[...] Na Câmara de Paris, onde é razoável supor que o Liberalismo estivesse em casa sob a batuta de Luís Filipe, a maioria dos deputados vetou o acordo que Guizot fizera, em 1841, com a Inglaterra permitindo que fiscais da Marinha britânica inspecionassem navios franceses suspeitos de carregar negros. *Enrichissez-vous!* Entre os hesitantes, ainda àquela altura, estava Alexis de Tocqueville. A defesa da *integridade nacional* se sobrepunha aos escrúpulos então ditos *filantrópicos* e, afinal, resguardava os tumbeiros [...] (BOSI, 1988, p.7).

Segundo Bosi (BOSI, 1998), Adam Smith, outro representante do pensamento econômico Liberal do século XVIII afirma,

[...] Adam Smith escreveu *A Riqueza das Nações* nos anos 70 do século XVIII. A sua luta antimercantilista é bem conhecida. Monopólios, corporações, privilégios, entraves legais ou consuetudinários: eis os seus alvos maiores. Na época, o tráfico era intenso e explorado principalmente pela marinha comercial inglesa. O cativo mantinha-se como regra nos Estados Unidos e em todas as colônias britânicas, holandesas, francesas, espanholas e portuguesas. Smith pronuncia-se pela superioridade do trabalho assalariado que lhe parece mais lucrativo além de ético. Este, o princípio geral. Ao tratar, porém, das *colônias*, a sua abordagem assume um tom neutro e utilitário. Não se lê, aí, uma crítica explícita da escravidão do ponto de vista econômico. Há apenas o registro de que "a boa administração" (*good management*) do escravo é sempre mais rendosa do que os maus tratos [...] (BOSI, 1988, p. 18).

No Brasil do início dos oitocentos, o Liberalismo e o Romantismo eram ideologias que se complementavam. Com o decorrer do tempo e o surgimento de novas gerações e de questões sociais aparecem ressignificações sobre essas ideias e tanto o Liberalismo, como o Romantismo se constituem como formas de pensamento independentes. Entretanto, há uma questão: essas concepções se mantiveram predominantemente ligadas à elite política e letrada.

De modo geral, ao contrário do processo sociopolítico ocorrido na Europa, ser Liberal no Brasil significou participar exclusivamente da arena política, menos que

defender os preceitos da liberdade individual. Mesmo percebendo que os europeus não foram tão puros na prática ideológica do Liberalismo, no caso do Brasil, as bases da economia Imperial eram providas por mão-de-obra escrava e, ainda, havia uma gama de homens e mulheres livres alijados das suas condições de cidadãos.

O Romantismo brasileiro, da primeira geração aos finais dos anos 1870, se fundamentou na temática indígena. Dessa temática o poema épico de Gonçalves de Magalhães **A confederação dos Tamoios** merece destaque pelo fato de ter sido apropriado e encomendado pelo Imperador para ser utilizado como tema oficial do Estado. E, mais importante, é uma obra que representa uma virada do Romantismo brasileiro, por se tratar de um poema épico com a temática essencialmente brasileira.

Entretanto, as gerações que antecederam à do autor de Confederação dos Tamoios, também deixaram seus legados<sup>31</sup>. Começando pela fundação da **Revista Nitheroy**, que é considerada o marco fundador do Romantismo brasileiro. Além dessa particularidade, segundo Antonio Candido (CANDIDO, 2002) o periódico foi produzido na França e teve a tiragem de dois volumes.

O grupo da Niterói preconizou a filosofia espiritualista e adotou o ecletismo em moda na França, certo de que assim estava sendo coerente com o Cristianismo, considerado essencial para a reforma literária esse grupo foi moderado no desejo de reforma, e isso ajudou a recepção desta no ambiente intelectual brasileiro, pobre e ainda preso ao Neoclassicismo banalizado [...].

Por isso é possível dizer que esse Romantismo inicial foi sobretudo programático conviveu bem com a tradição[...] escreviam tragédias de corte tradicional e epopéias, como foi o caso d'A confederação dos Tamoios, de Magalhães, poema em dez cantos sobre uma rebelião de índios contra o colonizador, no século XVI (CANDIDO, 2002, p.28-29).

Analisando o período percebe-se que a incipiente produção literária brasileira ainda denotava um arraigamento às concepções românticas europeias. Mesmo assim, não deixou de trazer alguns traços próprios, como a obra de Magalhães demonstrou com a tematização indígena.

---

<sup>31</sup> Aos primórdios do Romantismo no Brasil, os autores que contribuíram para o seu introito nos trópicos foram ou escritores de origem europeia, que viajaram para cá, ou escritores brasileiros que tiveram sua formação no exterior, principalmente Portugal e França. Sobre a contribuição estrangeira temos, dentre, outros o francês Ferdinand Denis (1798-1890) e o exilado Almeida Garret (1799-1859). E dos brasileiros que se formaram na Europa nomes como Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel de Araujo Porto-Alegre (1806-1879) e João Manuel Pereira da Silva (1817 - 1897). Além da influência teórica de Fredric Schlegel (1772-1829) (CANDIDO, 2002).

Das primeiras gerações, podem-se destacar alguns traços que permaneceram e que serviram de legado para as posteriores, como a busca por uma literatura própria em que o tema do nacionalismo já vigorava e, uma incipiente produção crítica literária, com destaque para Santiago Nunes Ribeiro (1827-1847), “O escrito mais lúcido da nossa crítica daquele tempo é o ensaio ‘Da nacionalidade da literatura brasileira’, publicado em 1843 na revista *Minerva Brasiliense*” (CANDIDO, 2002, p. 38, grifo do autor).

Nos anos de 1830 o Romantismo passou a ocupar sua importância e Gonçalves Dias, dentre outros, pode ser tomado como exemplo, por várias de suas obras “sobretudo porque traziam finalmente um conjunto de boa qualidade sobre o tema do índio” (CANDIDO, 2002, p. 43). No cenário político e social essa década trouxe alguns fatores importantes, com destaque para a abdicação do trono por D. Pedro I em 1831 e a consecutiva Regência até 1840; nesse período, várias revoltas ocorreram nas províncias sob diversas bandeiras, dentre elas, a Republicana, a emancipatória de escravos e as separatistas. Todas mobilizaram diversos setores da sociedade Imperial.

O aparecimento do romance gênero adaptado à sensibilidade moderna foi um verdadeiro acontecimento, [...]. Igualmente importante foi a revelação de Antônio Gonçalves Dias [...]. A obra de Gonçalves Dias foi no Brasil a primeira de elevada qualidade depois dos Arcades do século XVIII, [...]. A cadência melodiosa, o discernimento dos valores da palavra e a correção da linguagem formavam uma base, rara naquela altura, [...] poemas indianistas, os únicos realmente belos dessa tendência, [...] o sopro poético e a deformação cavalheiresca com que tratou os seus selvagens os conservaram vivos, realizando o seu desejo de redefinir a tradição da literatura ocidental por meio de novas imagens, referidas a uma gente diversa. *Os Timbiras* (1857) [...] (CANDIDO, 2002, p.44).

O Ultrarromantismo surgiu entre as décadas de 1840 e 1850, tinha como alguns de seus autores Joaquim de Sousa Andrade (1833-1902), Álvares de Azevedo e Bernardo Joaquim da Silva Guimarães (1827-1884). Eram na sua maioria estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo e traziam consigo o estigma de que o Romantismo estava ligado a uma fatalidade que afligia aos seus poetas. Do ponto de vista estético suas temáticas se voltavam para o exagero levando à melancolia, ao desespero e ao masoquismo; além da frequente ironia e sarcasmo. Do ponto de vista da forma mantiveram a musicalidade nos seus versos (CANDIDO, 2002).

Passando para uma das últimas fases do Romantismo, entre os anos 1850 e 1870, surgiram outras questões. A afirmação de temas como, o indianismo que vivenciou seu auge, o regionalismo como mais um ingrediente para o estilo literário; o surgimento de uma estética da linguagem conciliando a musicalidade com as cores locais; a aparição de outra personagem, o negro. Todos, temas que passaram a ocupar a agenda social do período.

Neste sentido, com o desenvolvimento das questões sociais latentes, o Romantismo brasileiro se afirmou a partir de alguns temas que vieram das primeiras contribuições, como o nacionalismo.

E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais. Daí a importância da narrativa ficcional em prosa, maneira mais acessível e atual de apresentar a realidade, oferecendo ao leitor maior dose de verossimilhança e, com isso, aproximando o texto da sua experiência pessoal (CANDIDO, 2002, p. 39).

Houve, nesse período, uma tendência à introspecção cultural que foi adotada por boa parte dos nossos românticos; uma posição contraditória se for considerado o aspecto universalista que o Liberalismo e o Romantismo legaram para outras matrizes ideológicas. Com destaque para as influências do Romantismo em algumas concepções do Socialismo.

Outro tema caro desse período foi a escravidão. A questão do silêncio sobre a escravidão na produção literária continuou até, praticamente, as últimas décadas do século XIX quando alguns acontecimentos, como a guerra do Paraguai e os movimentos de resistência contra a escravidão, começaram a tomar mais vulto no país. Percebe-se a temática do negro na Literatura a partir dos anos 1860 e 1870, com Luis Nicolau Fagundes Varela (1841-1875) e principalmente, Antônio de Castro Alves (1847- 1871) (CANDIDO, 2002).

Todo esse contexto demonstra um novo momento de aprofundamento das questões nacionais a partir de um diálogo sobre a formação do Romantismo e do Liberalismo na Europa ou na América. No caso brasileiro houve certa imposição da matriz europeia, mas, mesmo nesse momento, já se buscavam características nacionais. As gerações posteriores objetivaram a emancipação e uma construção própria para Romantismo local. Tal busca não deixou de lado as heranças matriciais europeias e nem as primeiras ideias dos românticos brasileiros.

Perceber tais questões foi possível pelo auxílio do *corpus* teórico adotado, ou seja, o da Teoria Comparada e suas variações intertextuais e a interdisciplinares entre a literatura, a ciência política e a história.

Na próxima seção, será apresentada a edição de fontes, elaborada a partir do lote de correspondência escrita por José de Alencar enviada a D. Pedro II, objeto de pesquisa desta dissertação.

#### **4 AS EPÍSTOLAS DE JOSÉ DE ALENCAR: gênero e preservação.**

Essa seção é dedicada às cartas. Num primeiro momento far-se-á uma discussão acerca do gênero epistolográfico e a importância da sua preservação em arquivos e museus, para logo após tratar das cartas e da elaboração das notas e, anteriormente, elencar os critérios utilizados para as análises das cartas. Finalmente, as trinta e duas missivas escritas que José de Alencar endereçou ao Imperador D. Pedro II com suas respectivas fontes.

Escrever cartas é criar um diálogo, porém sem a naturalidade viva de uma fala. Embora não possua a mesma vivacidade da fala o diálogo estabelecido pela escrita missivística existe há séculos. Ao longo deste período surgiram diferentes estilos, formas e conteúdos; influenciados por fatores como, a diversidade do uso dos materiais ou pelo contexto histórico (SANTOS, M., 1998).

Nesse sentido, a escrita epistolográfica pode ser considerada como um gênero literário, pois as cartas possuem exigências e regras que, mesmo variando com o tempo a deixaram numa condição ímpar se comparada a outros gêneros litero-textuais.

Deste repertório pode-se destacar as cartas comerciais do século XI que possuíam uma linguagem técnica sobre um negócio ou um produto; ou as cartas do século XIX, apresentando na forma da escrita o uso do verbo na primeira pessoa e priorizando o diálogo mais íntimo entre o remetente e o seu destinatário (SANTOS, M., 1998).

Tratando acerca do estilo, nos deparamos com a carta aberta. A carta aberta trouxe a possibilidade de ser lida por várias pessoas, mesmo que endereçada a um único destinatário, graças à publicação dos jornais. Mesmo com essa possibilidade a carta mantinha a estrutura remetente-destinatário, que é uma característica das epístolas desse período. Contudo, sendo ela fechada ou aberta, na forma da sua escrita havia uma norma, a valorização do indivíduo, que dentre outros aspectos, é percebido ou nas manifestações das opiniões, ou nas ideologias pessoais (SANTOS, M., 1998).

A escrita de uma missiva pode nos levar a intimidade de uma personagem histórica da literatura, da política ou da sociedade. Como também, revelar ideias do processo criativo de um autor, posicionamentos e ações acerca de um determinado assunto ou fato no âmbito pessoal ou coletivo. Nesse sentido alguns estudos têm se

voltado para as missivas, seja utilizando-a como objeto, seja para desenvolver teorias analíticas sobre as cartas<sup>32</sup>.

É por esta e outras questões que as fontes primárias são de fundamental importância para manterem vivas as possibilidades de acesso ao passado, sendo ele próximo ou distante. Para o caso os estudos literários possibilitam trazer a lume questões pertinentes para o campo e para as áreas afins da teoria da Literatura ou da Historiografia (SOUZA, Eneida, 2009).

Tudo isso nos remete aos arquivos e à sua organização documental. Vislumbrar um arquivo hoje é pensar um local onde se encontram falas manifestadas por uma miríade de documentos. Portanto, pensar um arquivo é tratá-lo como um campo do conhecimento (MELLO, Maria et al., 1997).

Além disso, pensar sobre os arquivos é, também, entender que as fontes documentais disponibilizadas para a pesquisa passaram por etapas que antecederam à própria disponibilização do acervo para o público. Principalmente quando se trata de acervos pessoais, como é o caso das cartas alencarianas, pois, são documentos que foram constituídos a partir da iniciativa privada de vários atores ligados direta ou indiretamente ao escritor.

No caso das trinta e duas cartas que compõem o objeto da presente pesquisa elas eram parte do acervo que pertencia à família Real e teve como primeiros organizadores a Princesa Isabel e seu marido, o Conde d'Eu. Posteriormente passaram para a guarda do seu primogênito Pedro de Orleans e Bragança; (1875 - 1940), Príncipe do Grão Pará. Deste, por sua vez, o acervo foi doado para o Museu Imperial de Petrópolis que o abrigou, conservou-o e o separou das demais missivas e documentos criando um dos acervos das correspondências remetidas por José de Alencar.

Portanto, a preservação das cartas e documentos em arquivos históricos e institucionais, públicos ou privados se tornam importantes. Dentre outros fatores, há um essencial, a necessidade de manter viva a memória material e imaterial de um povo para que as gerações futuras possam conhecer, interpretar e (re)interpretar os seus legados.

---

<sup>32</sup> Podemos destacar diferentes trabalhos do campo da Letras e da História que têm como objeto de pesquisa as missivas, com enfoques em literatos, como Matilde Demétrio dos Santos (SANTOS, M., 1998) ou em pessoas comuns, como em Ronaldo P. de Jesus (JESUS, 2016).

#### 4.1 CRITÉRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DO TEXTO

1. Foram informados, em Arial 10, antes de cada correspondência, o número da missiva em relação ao lote completo (1/32, 2/32, em sequência, para efeito de índice), seguido das abreviaturas do remetente, José de Alencar (JA) e do destinatário, D. Pedro II (DPII), a data de envio da missiva, a abreviatura do Museu Imperial de Petrópolis (MI) que detém a custódia da documentação, e por fim o registro de arquivamento do MI.
2. Foi registrado o assunto de cada missiva e elaborada a descrição física do manuscrito após as informações contidas no critério 1;
3. Foram, as missivas, transcritas em ordem cronológica de envio, ficando registradas ao final, aquelas que não foram datadas.
4. Foi mantida a ortografia vigente à época, na transcrição de cada correspondência, a fim de preservar a memória linguística;
5. Foram registradas, em folhas separadas, as cartas com suas respectivas fontes;
7. Foram, os textos, transcritos na íntegra;
8. Foram registradas, em Arial 12, as notas ou fontes inseridas em cada missiva com espaço 1,5 entrelinhas, já que as mesmas constituem o fundamento do objeto de estudo;
9. Foram registrados os códigos de organização arquivística do Museu Imperial de Petrópolis. A anotação dos documentos é formada por quatro elementos: número do maço, número do documento, ordem do documento no maço e número de páginas que a carta contém. Um maço se constitui por ao menos dois documentos ou por vários. A informação entre colchetes é usada para fazer a distinção entre um e outro documento dentro do maço, ou seja, para individualizar. E a numeração entre parênteses serve para determinar o número de folhas que a carta possui. A numeração geralmente segue a ordem cronológica; MI. MAÇO 143 DOC 7012 [D 01 (P.01 e P. 02)];
10. Foi registrado o carimbo P.O.B. representação das iniciais do nome de Pedro de Orleans e Bragança; (1875 -1940), Príncipe do Grão Pará, filho de D. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga (1846 -1921), casada com Gustavo d'Orleans, o Conde d'Eu (1842-1922). Pedro de Orleans e Bragança foi o guardião do arquivo após a morte dos pais e, também, responsável pela doação do acervo **Orleans e Bragança**, assim como pela organização do Arquivo da Casa



Imperial do Brasil. A efetivação destas ações e sua disponibilidade museológica, ocorreram, somente, em 1948, quando D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança (1913-2007) assumiu este compromisso em função da morte de seu pai, D. Pedro de Orleans e Bragança, em 1940; (NOBREGA, 2010).

11. Foram respeitados os espaços de parágrafos, mesmo contrariando a norma de pontuação vigente;

12. Foram registradas, imediatamente após o ano, as letras a,b,c na sequência alfabética em cartas com a mesma data e cartas sem datação.

13. As cartas datadas pelo remetente passaram por um processo de conferência do dia do mês e com registro do dia da semana. Para tanto, as datas foram consultadas no **Jornal do Commercio** que se encontram disponibilizados por meio digital no *site* da Biblioteca Nacional.

## 4.2 AS CARTAS E AS NOTAS

José de Alencar, como um homem letrado e atento às questões de seu tempo, escreveu uma extensa obra e cartas. Das obras literárias algumas possuíam o gênero epistolográfico, o que demonstra sua apreciação por este gênero.

No lote epistolográfico, Alencar não se prendeu a um estilo missivista único, pois remeteu cartas abertas e cartas fechadas. Como remetente dessas correspondências foi publicista, crítico literário, político, membro de núcleo familiar, candidato a Deputado, depois Deputado, Ministro e memorialista. Nessa escrita, ele utilizou de todos os recursos do gênero, enviando cartas comerciais, cartas afetivas, cartas diplomáticas e cartas institucionais. Toda esta variedade de missivas soma mais de 200, que se encontram sob a forma não publicada ou transcrita em livros.

De todo o seu repertório epistolográfico foram cotejadas as missivas que o Ministro José de Alencar enviou para o Imperador D. Pedro II, nas quais tratou dos assuntos do Ministério dos Negócios da Justiça. Nestas cartas José de Alencar abordou assuntos variados, como relatórios sobre as eleições, ocorrências de diversas naturezas, proposições de reformas na legislação e sobre a posse ou destituição de ocupantes dos cargos que eram da alçada do Ministro. Tais assuntos podem revelar o seu modo de pensar e agir e em outros casos, descortinar o cotidiano do Império nas Províncias e na Corte nos anos de 1868 a 1870.

Da miríade de análises que poderiam ser utilizadas para revelar estas camadas que as epístolas nos apresentam, a edição anotada de fontes foi elaborada com o respaldo das teorias da Literatura, da História e da Ciência Política; além de outras teorias que se fizeram necessárias, para a pesquisa exploratória em suportes como livros, leis, ou jornais contemporâneos.

## CARTA 1

---

Nota de transcrição da carta 01/32, JA a D.P.II. 21 de jul. de 1868.  
MI. MAÇO 143 DOC 7012 [D.01]

A dimensão do documento é de 37,2 x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Marcas d'água com o símbolo de uma coroa e escrito A COWAN & SONS na folha 4 e na parte superior do papel. Folha 1: consta no canto superior esquerdo, escrito a lápis preto os códigos m 143 e, abaixo, D.7012. Consta no canto superior direito escrito a lápis azul o número 1868. Na quinta linha do primeiro parágrafo, marcando a palavra **da**, consta uma marca de carimbo feita no verso da folha com as iniciais P.O.B. Ao lado da primeira linha das despedidas, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: Consta um carimbo, no formato de uma coroa, com 2 cm de diâmetro com sigla P.O.B., em branco. Folha 3: em branco, com mancha do carimbo da página anterior. Furo provocado por inseto de papel. Folha 4: Furo de inseto de papel e carimbo redondo medindo 2 cm de diâmetro com o registro: Museu Imperial Arquivo e com caneta azul os números 1815/77. (ANEXO A).

Assunto: Exoneração do Chefe de Polícia.

---

Senhor

Tenho a honra de comunicar a V. Majestade Imperial que ate este momento não consta no Ministério da Justiça que o Dr. Doria<sup>1</sup> pedisse exoneração do cargo de chefe de policia<sup>2</sup> da Provincia da Bahia.

Por esta razão, e attenta a urgência da medida<sup>3</sup>, entendi que não devia ser reformado, mas sim expedido o decreto que hontem a noite V. Majestade Imperial se dignou assignar.

V. Majestade Imperial resolverá.

De V. Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Ministro da Justiça.

Ministério da Justiça

21 de julho de 1868<sup>4</sup>

10 ½ da manhã

---

<sup>1</sup> O Dr. Doria foi o sucessor de Dr. Galeão, Chefe de Polícia. A mudança do posto ocorreu após longa polêmica divulgada por meio de notícias jornalísticas publicadas em vários periódicos, a citar, o **Diário do Rio de Janeiro**. Outras exposições foram de atas, registrando as discussões da Câmara dos Deputados divulgadas, também, em jornais. O cerne da questão foi o assalto praticado, em 22 de dezembro de 1866, contra o Banco da Bahia, na época uma instituição privada, de onde desapareceu a

---

importância de 210:000\$ (duzentos e dez contos de réis) (O BANCO DA BAHIA, 1866). O Chefe de Polícia Dr. Galeão foi acusado de ter sido moroso e em outras vezes, de omisso, com o caso. O Dr. Doria, Franklin Americo de Menezes Doria, o Barão de Loreto (1836-1906) foi um político e poeta. Em 1859, formou-se em Direito pela faculdade de Recife e aos 23 anos, formado, “publicou Enlevos, seu único volume de poesia, impregnado de lirismo nas descrições do cenário das belezas naturais da ‘ilha encantada’ do poeta. Cedo abandonou o verso. E desde o aparecimento do seu primeiro livro só publicou, em poesia, a tradução de Evangelina, de Longfellow, lida na presença do Imperador. Longfellow elogiou a tradução” (BIOGRAFIA, 20--?. Não paginado). Foi um dos fundadores da ABL e ocupou a cadeira de número 25. Assumiu outros cargos como os de Presidente da Província do Piauí em 1866 (BIOGRAFIA, 20--?. Não paginado). O Dr. Franklin Doria foi empossado Chefe de Polícia no dia 3 de dezembro de 1867, conforme consta noticiado no jornal **Diário do Rio de Janeiro**, datado do dia 23 de dezembro de 1867 (INTERIOR, 1867) e foi exonerado por Decreto de 20 de julho, conforme noticiado no jornal **Diário do Rio de Janeiro**, datado de 23 de julho de 1868 (NOTICIARIO - MINISTRO, 1868). Durante o período em que ocupou o cargo de Chefe de Polícia o Dr. Doria atuou pela causa dos mendigos, conforme noticiado no Jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 17 de março de 1868 (NO DIARIO DA BAHIA, 1868). Causa que ao findar do mandato se mostrou ineficaz e provocou críticas por parte de seus opositores.

<sup>2</sup> Chefe de polícia: “a Lei 261, de 03 de dezembro de 1841, Título I Disposições criminaes, Capítulo I Da Polícia, traz o seguinte: Art. 1º: Haverá no Municipio da Côrte, e em cada Província um Chefe de Policia, com os Delegados e Subdelegados necessarios, os quaes, sobre proposta, serão nomeados pelo Imperador, ou pelos Presidentes. Todas as Autoridades Policiaes são subordinadas ao Chefe da Policia. Art. 2º: Os Chefes de Policia serão escolhidos d'entre os Desembargadores, e Juizes de Direito: os Delegados e Subdelegados d'entre quaesquer Juizes e Cidadãos: serão todos amoviveis, e obrigados a aceitar” (PLANALTO DA PRESIDÊNCIA REPÚBLICA, 1841. Não paginado). A legislação de 1841 ocorreu sob a conjuntura política denominada “reação conservadora”, que alterou a legislação liberal. Desse fato destacamos a substituição dos poderes atribuídos ao

---

Juiz de Paz, que era eleito, passando para o Chefe de Polícia; que era indicado ou pelo Presidente da Província ou pelo Ministro da Justiça após consulta ao Imperador. Com o aumento do poder de atuação decorrente da mudança na legislação, o Chefe de Polícia ocupou nas Províncias e na Corte o poder de investigar, de expedir mandados de prisão, de estipular fianças e de julgar casos menores, desde pequenas infrações, à quebra dos códigos de posturas municipais (PESSOA, 2015. Não paginado). Sendo assim, o centralismo foi o principal propósito da lei de 1841. O Chefe de Polícia passou a ser um cargo estratégico, pois além de ser indicado, era subordinado direto do Ministro da Justiça, que tinha acesso direto ao Imperador. Muitas das vezes o Chefe de Polícia era uma pessoa ligada aos chefes políticos locais, “É a própria forma legal dada ao sistema policial das províncias que desloca o eixo da autoridade de um papel de manutenção da ordem e de repressão ao crime para incluí-la na rede de favores distribuídos pelo Estado, que teria como contrapartida um papel garantidor de um resultado positivo nas disputas eleitorais” (BRETAS, 1998, p.1), como no caso do Dr. Galeão que mesmo sob as acusações citadas permaneceu no posto sob a proteção do Presidente da Província à época O Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré (A EX DIREÇÃO DO BANCO DA BAHIA, 1868).

<sup>3</sup> A urgência da medida da exoneração do Dr. Doria citada na carta se deu devido às polêmicas dos nomes que deveriam substituí-lo como Chefe de Política. Primeiro houve um imbróglio entre os nomes indicados já em abril de 1868, um pelo Presidente da Província [O Presidente da Bahia à época era José Bonifácio Nascentes de Azambuja, que exerceu o mandato entre “21 de junho de 1867 a 26 de julho de 1868” (NUNES, 20--?. Não paginado)], o Juiz de Direito Dr. Julio Bittencourt , que chegou a desembarcar na Bahia com a família, mas veio ordem da corte para que fosse nomeado o Sr. Rocha Vianna, conforme noticiado pelo **Jornal do Commercio** de 27 de abril de 1868 (BAHIA – SÃO SALVADOR, 1868). Tal questão se resolveu com a publicação do Decreto de 20 de julho, citado acima.

<sup>4</sup> A carta foi escrita numa terça-feira, 21 de julho de 1868 (JORNAL DO COMMERCIO 21, 1868, p.1).

## CARTA 2

---

Nota de transcrição da carta 02/32, JA a D.P.II. 09 set. 1868  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.02]

A dimensão do documento é de 37,2 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelada pelo tempo com marcas de dobraduras. O papel possui marcas d'água do fabricante com o símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S, seguido do nome A COWAN & SONS, no canto superior da 4ª para a 1ª folha. Folha 1: canto superior esquerdo numeração 7012 e logo abaixo o código m143 escrito a lápis preto, no canto superior direito escrito à lápis azul o número 1868. Na parte inferior da página do lado esquerdo da segunda linha da despedida e da assinatura consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: consta um carimbo, no formato de uma coroa, com 2cm de diâmetro com a sigla P.O.B. em branco. Folha 3: em branco, com pequenos rasgados na marca da dobradura central da folha. Folha 4: em branco, com carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o número 1816/77.

Assunto: Sobre o resultado das eleições em 09 de set. 1868.

---

Senhor

A necessidade de permanecer nessa Secretaria para providenciar sobre qualquer emergência da eleição<sup>5</sup>, me inibio de ir hoje receber as ordens de V. Majestade Imperial.

O processo eleitoral tem corrido com a maior regularidade e sucego. O plano de abandono das urnas posto em prática pela opposição foi um meio de dissimular a derrota completa que viu inevitável pela phisionomia da população no primeiro dia da eleição.

Inclusos tenho a honra de remetter a V. Majestade Imperial os telegramas hoje recebidos. A apuração da Candelária esta terminada. Essa freguesia é o thermometro da opinião circunspecta da corte: acresce que a mesa ahi era toda da opposição. Entretanto apesar de haverem pleiteado ate o fim obtiverão os liberaes apenas 81 votos para seu primeiro candidato, em quanto que os conservadores tiverão 64 para seu ultimo.

Estou preparando os documentos officiaes para desmentir as falsas imputações que a opposição fez hoje ao governo a respeito de sua attitude na eleição. Essa attitude não podia ser mais franca e leal do que foi.

De V. Majestade Imperial

Súbdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Secretaria dos Negocios da Justiça

09 de Setembro de 1868<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Pode-se inferir que a eleição citada pelo missivista foi o pleito que ocorreu em 07 de setembro de 1868, para a escolha dos candidatos aos cargos de Vereador e Juiz de Paz nos municípios da Corte. As eleições para esses cargos funcionavam pelo voto direto e a lei que regia esse sistema era de 1828. A referida eleição colocava em cena a disputa entre os dois partidos da época, o Partido Liberal, que no momento do pleito se encontrava na oposição e o Partido Conservador que estava na situação. Encontrava-se em jogo o poder local, mas essa disputa refletia também, a busca por espaço e poder entre os dois partidos em nível nacional. O abandono das urnas promovido pelo Partido Liberal deu-se como uma forma de protesto devido à reforma Ministerial ocorrida em 16 de julho de 1868, quando os liberais foram preteridos do governo para assumir o partido Conservador. Candelária foi uma das paróquias da corte onde ocorreram as eleições e que era o reduto eleitoral do Partido Liberal, conforme noticiado no jornal **Diário do Rio de Janeiro**, de 10 de setembro de 1868 (BOLETIM ELEITORAL, 1868).

<sup>6</sup> A carta foi escrita numa quinta-feira, 09 de setembro de 1868 (JORNAL DO COMMERCIO 09, 1868, p.1).

## CARTA 3

---

Nota de transcrição da carta 03/32, JA a D.P.II. 18 set. 1868.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.03].

A dimensão do documento é de 37,2 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelada pelo tempo com marcas de dobraduras. Na parte inferior da carta, da 4ª para a 1ª folha há marcas d'água com o símbolo do fabricante do papel com uma coroa seguida do nome A COWAN & SONS. Folha 1: no canto superior esquerdo consta escrito a lápis preto o código D 7012, consta na parte superior direita escrito a lápis azul o nº 1868. Ao lado da despedida **Subdito fiel e reverente** consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: consta carimbo de 2cm de diâmetro, no formato de coroa, com a sigla P.O.B. Folha 3: com mancha do carimbo da página anterior. Folha 4: carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 1817/77. Assunto: Ocorrências em S. Miguel e Lençóis e da civilização no Brasil.

---

Senhor

Tenho a honra de remetter a V. Majestade Imperial as inclusas communicações do Presidente da Bahia<sup>7</sup> sobre as tristes occurrencias<sup>8</sup> de S. Miguel e Lençóes<sup>9</sup>.

Comprehendo quanto devem ellas affligir o coração de V. Majestade Imperial, sempre sollicito pelo bem de seus subditos. Mas a civilização crescente do pais, adoçará no interior os costumes, de modo a tornar impossiveis factos desta ordem.

O Brasil é muito grande e muito vasto para attingir a sua civilidade em tão poucos annos<sup>10</sup>.

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Secretaria da Justiça 18 de setembro de 1868<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> O Presidente da Província da Bahia à época era Francisco Gonçalves Martins (Barão de São Lourenço), que exerceu o mandato entre 06 de agosto de 1868 a 29 de abril de 1869 (NUNES, 2017. Não paginado).

<sup>8</sup> As ocorrências citadas na carta sobre a cidade de Lençóis na Bahia, também foram retratadas em vários jornais conforme noticiada a transcrição do relatório do Chefe de Polícia no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 19 de setembro de 1868 (IMPRESA DAS PROVINCIAS, 1868). Embora a notícia sobre os confrontos tenha tido início no dia 31 de agosto, os fatos têm relação com as disputas políticas locais e as eleições para Vereador e Juiz de Paz datadas de 7 de setembro de 1868. Eleições essas que ocorriam não somente nessas localidades, mas em todo o



---

território do Império. Os primeiros confrontos partiram do Delegado de polícia que havia sido destituído do cargo, o Coronel Antônio de Souza Spinola, ligado ao partido Liberal, que não aceitando sua demissão passou a desrespeitar as autoridades empossadas (IMPrensa DAS PROVINCIAS, 1868). Depois houve outros ataques com ferimentos e mortes, como o ataque ao centro comercial da cidade com mortos e feridos, praticado pelos comandados do Tenente Coronel José Martins da Rocha, que, também, armaram uma tocaia contra o Coronel Antonio Gomes Calmon, um dos líderes do partido Conservador na região (IMPrensa DAS PROVINCIAS, 1868). S. Miguel da Aldeia era um povoado que pertencia à cidade de Nazareth. Por causa das eleições de 7 de setembro partidários do governo e da oposição entraram em confronto resultando em feridos e mortos de ambos os lados, como noticiado no **Jornal do Commercio** em 19 setembro de 1868 (BAHIA - 13 DE SETEMBRO, 1868). Os acontecimentos em Lençóis e S. Miguel constaram no relatório do Ministério da Justiça, lido na Câmara dos Deputados, conforme ata da sessão de 15 de maio de 1869 que foi noticiada no jornal **Diário do Rio de Janeiro** no dia 20 de maio de 1869. Nela a questão das disputas políticas ocuparam pouca relevância no relatório (PARTE OFICIAL – SEGURANÇA PUBLICA, 1869).

<sup>9</sup> O Município de Lençóis: o povoamento da região de Lençóis se deu pela descoberta de diamantes no início do século XIX, o que provocou uma migração de um grande contingente populacional oriundo de outras regiões mineradoras de Minas Gerais (HISTÓRIA, 20--?. Não paginado). Além dos mineradores outras pessoas com ofícios ligados diretamente ou indiretamente à mineração foram para as regiões atraídas pela possibilidade de enriquecimento. (HISTÓRIA, 20--?. Não paginado).

<sup>10</sup> As notícias e a própria afirmação das ocorrências nessas localidades nos trazem dados qualitativos sobre as relações entre elites durante o processo eleitoral e corroboram com as análises do pensador brasileiro Victor Nunes Leal (LEAL, 2012) acerca dos poderes dos Coronéis no âmbito das municipalidades. Mesmo que suas preocupações tenham se voltado para o sistema de poder que se desenvolvia no Brasil da primeira República no âmbito das municipalidades, percebe-se pelo noticiário que esses confrontos e mandonismos locais e suas relações com o poder

---

central ocorriam, ainda, no Império. Sobre o comentário do remetente acerca da civilização do país podemos destacar duas questões. A primeira diz respeito à crença da irradiação da civilização do centro para o interior; o literato já havia abordado essa temática em **Iracema** (1865), mesmo que indiretamente, pois, considerando a análise do crítico Wagner Camilo (CAMILO, 2007), no romance de 1865 mais que trazer elementos como o do mito fundador conciliado com a narrativa da fundação do Ceará José de Alencar trouxe, também, a ideia de integrar o Ceará à economia nacional e à política de centralização do Império, “De acordo com tal política centralizadora, a mesma função da capital imperial no plano nacional seria desempenhada pelas capitais-provinciais no plano regional, por meio do esvaziamento dos municípios” (CAMILO, 2007, p.187). Duas outras palavras nos chamaram a atenção, o adjetivo **tristes** e a palavra **coração**, logo nos primeiros parágrafos. Elas enfatizam um sentimentalismo mais próximo de um romancista que de um Ministro. Podemos creditar que esses termos foram utilizados pelo fato de José de Alencar ter sido empossado no cargo numa data próxima à escrita da carta. Porém, tal terminologia não será mais utilizada pelo remetente nas cartas posteriores que abordaram fatos semelhantes. Outro ponto diz respeito ao seu otimismo sobre o triunfo da civilização que aparece no uso do tempo verbal no Futuro do Presente – **adoçara**. Percebemos nessas nuances a adesão de José de Alencar às ideias do século XIX, mais especificamente ao pensamento liberal conservador que mesmo diante da desordem social preconizava sua crença numa ordem que passava pelo progresso e a civilização a partir de uma hierarquização social, política e econômica (MATOS, 1987). Cabe destacar que tais noções, da irradiação do centro para o interior, ou do centro para a periferia, são ainda hoje objeto de estudos e discussões em diferentes áreas do conhecimento e são inspirados por conceitos como o de **Outsiders** (BECKER, 2008) ou **Dialética da marginalidade** (ROCHA, 2006).

<sup>11</sup> A carta foi escrita numa sexta-feira, 18 de setembro de 1868 (JORNAL DO COMMERCIO 18, 1868, p.1).

## CARTA 4

---

Nota de transcrição da carta 04/32, JA a D.P.II. 28 set. 1868.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.04].

A dimensão do documento é de 37,3 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta no meio da folha da 4<sup>a</sup> para a 1<sup>a</sup> folha marcas d'água com o símbolo do fabricante do papel com uma coroa e as iniciais AC&S e o nome A COWAN E SONS. Folha 1: parte superior esquerda o código D.7012 escrito a lápis preto. Na parte superior direita escrito a lápis preto o número 1868. Na parte inferior, no centro da folha, ao lado da assinatura **José Martiniano de Alencar**, consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: consta um carimbo com 2 cm de diâmetro, no formato de coroa, com a sigla P.O.B.. Folha 3: consta mancha do carimbo da folha anterior. Folha 4: consta no canto inferior esquerdo um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 1818/77.  
Assunto: Publicar um decreto em 30/09/1868.

---

Senhor

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial os decretos inclusos para que Vossa Majestade Imperial se Digne assigna-los.

Basta que sejam elles publicados no dia 30<sup>12</sup> para nos vapores de 1<sup>o</sup> do mês seguirem se expedirem para o norte e o sul as respectivas communicações<sup>13</sup>.

De Vossa Majestade Imperial

Súbdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar

Secretaria de Estado em Negócios da Justiça

Em 28 de setembro de 1868<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> No dia 30 de setembro de 1868, foram publicados dois Decretos. O primeiro, registrado sob o nº 4257. “Declara especial de orphãos a primeira vara municipal do termo do Rio Grande, na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Considerando que no termo do Rio Grande do Sul existem duas varas municipaes, uma com Jurisdicção orphanologica e a outra com a provedoria, sendo ambas cumulativas no crime, cível e commercial; Considerando que a distribuição da jurisdicção pelas duas varas, além de não ser equitativa, não está de accordo com a lei, pois, se o termo tem bastante importancia para occupar dous Juizes Municipaes, deve um ser especial de orphãos: Hei por bem, em virtude do art. 117 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, Decretar que fique especial de orphãos a primeira vara municipal do termo do Rio Grande do Sul na mesma Provincia, pertencendo exclusivamente á outra a jurisdicção dos arts. 17 e 114 da lei citada” (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO, 1868, p.519). Esse Decreto consta a assinatura do Ministro da Justiça, José

---

Martiniano de Alencar. O segundo Decreto foi registrado com nº 4258, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos, na época o Visconde de Rio Branco (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO, 1868).

<sup>13</sup> Há nessa carta uma demonstração da relevância que o Ministro da Justiça detinha. Sendo um cargo estratégico com poderes de indicar, transferir e destituir juízes, criar e fechar Varas interferindo no cotidiano jurídico das diversas municipalidades. Além disso, esse período ainda convivia com a ausência de um código civil e a atuação da justiça se dava menos por um rigor legal, mas movida por interesses locais, por questões econômicas, sociais e políticas sobre os que infligiam as normas (NETTO, 2011).

<sup>14</sup> A carta foi escrita numa segunda-feira, 28 de setembro de 1868 (JORNAL DO COMMERCIO 28, 1868, p.1).

## CARTA 5

---

Nota de transcrição da carta 05/32, JA a D.P.II14 maio 1869.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.09].

A dimensão do documento é de 37,3 cm x 25 cm; folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Da 4ª para a 1ª folha, lê-se a marca d'água com um símbolo de uma coroa, as iniciais ACS e as palavras A COWAN & SONS. Folha 1: no canto superior esquerdo escrito a lápis preto o símbolo D. 7122. Folha 2: em branco, no meio do papel à esquerda, consta um carimbo sobreposto com 2 cm de diâmetro no formato de uma coroa. Na parte inferior da esquerda para o meio da folha consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Arquivo Museu Imperial. Folha 3: em branco. Folha 4: consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Arquivo Museu Imperial e escrito a caneta azul o número 559/78.

Assunto: Declaração de nomeação sem efeito Juiz Municipal de Santos e relatório da Repartição.

---

Senhor

Tenho a honra de apresentar a assignatura de Vossa Majestade Imperial o decreto declarando sem effeito a nomeação do Bel. Antonio Augusto da Costa Barrados<sup>15</sup> para Juiz Municipal de Santos.

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para apresentar igualmente o relatório da Repartição da Justiça, que deve ser lido amanhã na Camara dos Deputados<sup>16</sup>, e o esboço do projecto sobre organização judiciaria, trabalhos já conhecidos por Vossa Majestade Imperial.

Em uma segunda edição farei no esboço algumas correções, de accordo com a opinião que Vossa Majestade Imperial dignou-se manifestar-me hontem.

Sou com o mais profundo respeito

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Em 14 de maio de 1869<sup>17</sup>. José Martiniano de Alencar

---

<sup>15</sup> O Bel Antonio Augusto da Costa Barrados tomou posse como Juiz Municipal e de Órfãos de Santos e S. Vicente por meio do Decreto de 30 de abril de 1869, noticiado no Jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 02 de maio (NOTICIARIO – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1869). O Decreto declarando sem effeito a nomeação do Bel Barrados, pode ter sido motivado pelas denúncias do seu cunhado o Sr. Antonio de Freitas Guimarães. O Sr. Guimarães remeteu uma correspondência aberta a José de Alencar publicada no **Jornal do Commercio** de 07 de maio de 1869 (O NOVO JUIZ MUNICIPAL DE SANTOS, 1869, p. 3), na qual acusava o Bel. Barrados de ser um juiz incompetente, e um homem de ações imorais e libidinosas. A defesa do Bel

---

Barrados foi noticiada no **Jornal do Commercio** em 16 de maio. Na sua defesa constava uma nota explicando o assunto e se defendendo das acusações. Além da nota havia a transcrição da ação impetrada por Antonio Augusto da Costa Barrados contra o Sr. Antonio de Freitas Guimarães no Juízo Municipal da Corte, na 1ª Vara (O JUIZ MUNICIPAL DE SANTOS, 1869, p. 1).

<sup>16</sup> A leitura do relatório do Ministério da Justiça foi registrada na ata da sessão da Câmara dos Deputados de 15 de maio de 1869 e noticiada no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 16 de maio de 1869 (NOTICIÁRIO, 1869, p. 1). Além do Ministro da Justiça registram-se as leituras dos relatórios do Ministro dos Negócios, do Ministro da Agricultura Comércio e Obras públicas e do Ministro da Fazenda; cumprindo, inclusive, um ritual de entrada e leitura junto aos Deputados. A leitura dos relatórios dos Ministérios era feita anualmente na Assembleia (BRASIL, MINISTRO DA JUSTIÇA, 1869). Das questões levantadas pelo Ministro consta a sua defesa para a urgência de se aprovar uma legislação civil, que ainda era muito próxima do código herdado da legislação portuguesa (LEGISLAÇÃO CIVIL, 1869). Sobre o tema de uma legislação civil constatou-se que havia um hiato no tocante a essa matéria, pois o próprio Ministro aponta que o código vigente remontava à legislação portuguesa. Tal questão corrobora com a ideia de que a justiça se pautava pelas questões sociais, políticas e econômicas em detrimento de uma isonomia para os cidadãos (NETTO, 2011).

<sup>17</sup> A carta foi escrita numa sexta-feira, 14 de maio de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 14, 1869, p.1).

## CARTA 6

---

Nota de transcrição da carta 06/32, JA a D.P.II. 20 jun. 1869.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D10].

A dimensão do documento é de 37,3 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Da 1ª para a 4ª folha, lê-se as palavras A COWAN & SONS. Sendo o símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S. Folha 1: no canto superior esquerdo escrito a lápis preto consta um código D. 7122. No canto superior direito abaixo da saudação **Senhor** consta o número 1869 escrito a lápis azul. Entre a segunda e a terceira linhas das despedidas, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: em branco e consta dois carimbos um da esquerda para o meio da carta, no formato de uma coroa com 2cm de diâmetro e as letras P. O. B.. Na parte inferior da carta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o número 560/78.

Assunto: Revogação de Decreto de nomeação em Pomba Minas.

---

Senhor

Por equívoco da Secretaria em vez do decreto de recondução do Bel Luciano Rangel de Azevedo no termo de Pomba em Minas<sup>18</sup>, como eu tive a honra de propor à Vossa Majestade Imperial, lavrou-a decreto nomeando o Bel Gama Cerqueira.

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para desfazer o engano, submettendo à Sua Imperial assignatura hoje mesmo outro decreto, afim de ser amanhã publicada a ratificação<sup>19</sup>.

Tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito Fiel e reverente

Em 20 de junho de 1869<sup>20</sup>. José Martiniano de Alencar

---

<sup>18</sup> Pomba é a cidade da Zona da Mata Mineira hoje denominada Rio Pomba. A denominação Pomba vigorou desde a criação do Distrito em 1718 até o ano de 1948, quando já havia sido elevada à condição de município (HISTÓRICO, c2017. Não paginado). “A Freguesia de São Manoel do Pomba foi criada por provisão Régia de D. João VI em 16 de fevereiro de 1718. Durante a primeira metade daquele século, a região do rio Pomba foi palco de diversos encontros violentos entre os índios das tribos Croatos (Coroados), Cropós e expedições exploradoras, destacando-se a do Capitão Inácio de Andrade, que a percorreu em 1750, fundando uma roça com um pequeno destacamento militar. A partir da segunda metade do século XVIII, ocorre uma mudança na política de atuação junto aos índios da região. O governador Luiz Diogo Lobo da Silva determina a criação de uma missão

---

catequética, designando para este fim o Padre Manoel de Jesus Maria, vigário encomendado da matriz a ser erguida, por provisão em 2 de setembro de 1767. A expedição organizada contou com a participação do Capitão Francisco Pires Farinho a quem coube o governo civil dos nativos, seu irmão, Manoel Pires Farinho, e alguns índios pacificados para servirem de tradutores. Em 25 de dezembro de 1767, deu-se posse à freguesia, quando foi lavrada a ata de acontecimento. A freguesia do Mártir São Manoel do Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos foi declarada colativa pela resolução Régia e Consulta da Mesa de Consciência e Ordens de 15 de junho de 1771. Pela carta de apresentação de 13 de outubro de 1771, o vigário Manoel de Jesus Maria foi promovido a colado, instituído a 23 de abril de 1772. Nesta época o povoado já possuía uma escola de primeiras letras e de doutrina, na qual o vigário era auxiliado por seu parente, José Crisostomo de Mendonça. Pela resolução da Regência de 13 de outubro de 1831, a povoação de São Manoel do Pomba foi elevada a vila, sendo o pelourinho implantado no dia 25 de agosto do ano seguinte. A elevação à categoria de cidade se deu pela lei nº 881 de 6 de junho de 1858, quando passou a chamar-se 'Pomba'. A denominação vigente da cidade e do município ocorreu por lei nº 336 de 28 de dezembro de 1948. Desde então, ocorreram várias alterações na composição do município que se constitui, atualmente, apenas do distrito — sede” (HISTORICO, c2017. Não paginado).

<sup>19</sup> Tudo leva a crer que o Imperador acatou a proposta do Ministro José de Alencar de assinar a retificação no dia 20 de junho de 1869, tendo em vista que a mesma foi publicada no jornal **Diário do Rio de Janeiro**, no dia 21 de junho de 1869 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-POR ENGANO, 1869).

<sup>20</sup> A carta foi escrita num domingo, 20 de junho de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 20 DE, 1869, p.1).



## CARTA 7

---

Nota de transcrição da carta 07/32, JA a D.P.II. 04 jul. 1869.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D08].

A dimensão do documento é de 37,2 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Marcas d'água com o símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S no canto inferior esquerdo. Folha 1: no canto superior esquerdo escrito a lápis preto consta o código 7122. No canto superior direito escrito a lápis preto consta o código 1869. Entre a segunda e a terceira linhas das despedidas, do meio para a direita, consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: em branco. Na parte central da esquerda para o meio consta um carimbo no formato de uma coroa e as iniciais P.O.B. no canto inferior esquerdo consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o número 545/78.  
Assunto: Marcando despacho com o Imperador.

---

Senhor

Peço permissão<sup>21</sup> para submeter hoje a honra que Vossa Majestade Imperial houver por bem designar-me alguns assumptos de despacho Imperial.

Com o mais profundo respeito Senhor tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Em 4 de julho de 1869<sup>22</sup> José Martiniano de Alencar

---

<sup>21</sup> A carta demonstra o quanto era frequente e intensa a política na vida de José de Alencar nesse período. As relações entre o Ministro José de Alencar e o Imperador eram constantes, pois a solicitação de encontros com o Imperador para tratar assuntos de despacho, aconteciam, inclusive aos domingos. Além disso, no mesmo período José de Alencar ocupava a cadeira da Câmara dos Deputados e exercia seu mandato, conforme noticiado na Ata da Câmara dos Deputados, na sessão de 25 de junho de 1869, no **Jornal do Commercio** de 26 de junho de 1869 (RIO DE JANEIRO, 1869, p.1). Essa imersão na política refletiu na produção do literato tendo em vista que ocorreu um hiato, entre 1865 e 1870, da sua produção literária.

<sup>22</sup> A carta foi escrita num domingo, 4 de julho de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 04, 1869, p.1).

## CARTA 8

---

Nota de transcrição da carta 08/32, JA a D.P.II. 11 jul. 1869.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D13].

A dimensão do documento é de 37,3 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Marca d'água do papel da 4ª para a 1ª, folha lê-se as palavras A COWAN & SONS. Sendo o símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S na 4ª folha. Folha 1: na parte superior esquerda escrita a lápis preto consta um código D.7122, na parte superior direita, ao lado da saudação **Senhor**, consta escrito a lápis azul o número 1869. Na parte inferior abaixo entre a segunda e a terceira linhas das despedidas, consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: em branco. Carimbo com 2 cm de diâmetro, no formato de uma coroa, com as letras P.O.B. na parte inferior da carta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco com cinco furos provocados por inseto. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta o número 546/78. Consta um buraco com formato de coração na parte esquerda com 0,50 cm de diâmetro.  
Assunto: Permissão de assinatura.

---

Senhor.

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para apresentar à Assignatura de Vossa Majestade Imperial o Autographo<sup>23</sup> incluso e alguns decretos.

Tenho a honra de ser com o maior profundo respeito, senhor,

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Em 11 de julho de 1869<sup>24</sup> Jose Martiniano de Alencar

---

<sup>23</sup> Autógrafo é o documento oficial com o texto da norma aprovada em definitivo por uma das Casas do Legislativo ou em sessão conjunta do Congresso, e que é enviado à sanção, à promulgação ou à outra Casa (AUTÓGRAFO, 20--?. Não paginado). O próprio Ministro José de Alencar se beneficiou de um autógrafo “[...] que autorisa o Ministro da Justiça a transportar a quantia de 40.000\$ do § 5º para o § 12º do art. 3º da lei n. 1507 de 23 de setembro de 1867” (17ª SESSÃO, 1869, p. 1), concedido pela Câmara dos Deputados, em 03 de julho, conforme noticiado, na transcrição da ata da Câmara dos Deputados, no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 12 julho de 1869 (17ª SESSÃO, 1869, p. 1).

<sup>24</sup> A carta foi escrita num domingo, 11 de julho de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 11, 1869, p.1).

## CARTA 9

---

Nota de transcrição da carta 9/32, JA a D.P.II. 17 jul. 1869.  
 MI. Maço 147, Doc. 7122 [D12]

A dimensão do documento é de 37,3 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Na 4ª folha lê-se as palavras A COWAN & SONS. Sendo o símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S na 1ª folha. Folha 1: na parte superior à esquerda consta um código escrito a lápis preto D.7122. Na parte inferior do meio para a direita entre a segunda e a terceira linhas das despedidas consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: em branco. Consta um carimbo com 2cm de diâmetro com o símbolo da coroa próximo ao meio da carta à esquerda com as letras P.O.B. Na parte inferior no centro consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Folha 4: em branco. Na parte inferior no canto esquerdo consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta o número 547/78.

Assunto: Ocorrências na Bahia por encerramento da Assembleia.

---

Senhor

Tenho a honra de remetter a Vossa Majestade Imperial um reservado, neste momento recebido do Presidente da Bahia<sup>25</sup> sobre algumas occurrencias que ali houve por ocasião do encerramento da Assembleia<sup>26</sup>.

Tenho a honra de enviar igualmente os papeis relativos à Sovenas.

Com o mais profundo respeito,

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fíel e obediente

José Martiniano de Alencar

Em 17 de julho de 1869<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> No período entre 29 de abril e 21 de outubro de 1869 a Presidência da Província da Bahia estava sob o governo do seu Vice-presidente, Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha (NUNES, 20--?. Não paginado).

<sup>26</sup> As assembleias Provinciais, ou Conselhos Gerais da Província, como nomeadas na Constituição de 1824, no seu capítulo V Dos Conselhos Geraes de Provincia, e suas attribuições (NOGUEIRA, 2012), funcionavam por um período estabelecido de dois meses, havendo a possibilidade de prorrogar por mais um mês, caso fosse aprovada pela maioria do Conselho (NOGUEIRA, 2012).

---

<sup>27</sup> A carta foi escrita num sábado, 17 de julho de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 17 DE, 1869, p.1).

## CARTA 10

---

Nota de transcrição da carta 10/32, JA a D.P.II. 20 jul. 1869.  
 MI. Maço 147, Doc. 7122 [D11]

A dimensão do documento é de 37,3 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Da 1ª para a 4ª folha lê-se as palavras A COWAN & SONS. Sendo o símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S na 1ª folha. Folha 1: no canto superior esquerdo consta um código escrito a lápis preto D.7122. No canto superior direito, escrito a lápis azul consta o número 1869. Na parte inferior direita entre a segunda e a terceira linhas das despedidas um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: em branco. Próxima à margem esquerda no meio da folha consta um carimbo com 2 cm de diâmetro com o símbolo de uma coroa e as letras P.O.B.. Abaixo do centro para direita consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco, marca do carimbo com símbolo da coroa. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta o número 561/78.

Assunto: Queixas dos Urbanos

---

A respeito da queixa dos urbanos<sup>28</sup> cabe-me informar a Vossa Majestade Imperial com o officio que neste momento recebo do Dr chefe de Policia.

O atraso do pagamento<sup>29</sup> é a causa da má vontade com que se prestão ao serviço: esse atraso provem da demora por parte do Thesoureiro da Policia na remessa das contas pagas, sem o que o Thesouro não pode adiantar a prestação.

Já estão dadas as providencias necessarias e ao meu alcance<sup>30</sup>.

Sou com o mais profundo respeito

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

Em 20 de julho de 1869<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> “A Guarda Urbana foi instituída pelo decreto n. 3.598, de 27 de janeiro de 1866, que reorganizou a força policial da Corte, com a incumbência de fazer a vigilância contínua da cidade, substituindo a corporação denominada ‘pedestres” (PESSOA, 2016. Não paginado). Os Guardas urbanos possuíam uniformes, mas eram um destacamento de civis. Conforme o Artigo 20 do Decreto N° 3598 que instituiu o soldo da Guarda Urbana “cada urbano vencerá mensalmente 40\$” (quarenta Réis) (BRASIL, 1866. Não paginado). Eles eram subordinados ao Chefe de Polícia, que, por sua vez, era empossado pelo Ministro da Justiça (PESSOA, 2016. Não paginado). As ações dos Guardas urbanos se davam da seguinte forma: cada vigilante observava uma área restrita e sob a sua responsabilidade ficavam da

---

averiguação da iluminação pública, da vistoria de portas e janelas das casas de particulares, no caso destas estarem abertas em horários inadequados, do cumprimento do código de costumes; até a apreensão de suspeitos. Pela peculiaridade da função, de prevenir os crimes, os Guardas urbanos agiam de acordo com a sua interpretação ou na maioria das vezes abordavam quase que os mesmos tipos de pessoas, estrangeiros, escravos, moradores de ruas, jogadores ou frequentadores de tabernas e sendo assim muitas destas pessoas eram presas pelo fato de estarem em atitudes suspeitas, conforme noticiado pelo **Jornal do Commercio** de 17 de junho de 1869, “Effectuarão-se ante-hontem as seguintes: na freguezia da Candelária, José Fanatino Gariet, por suspeito de ser vagabundo[...]” (GAZETILHA - PRISÕES, 1869, p. 1).

<sup>29</sup> No que concerne ao não repasse das contas pagas pelo tesoureiro da Polícia, conforme relatado na carta, o que ocorreu foi a não prestação das contas dos impostos, que cabia à Câmara Municipal da Corte arrecadar pelas ações do corpo da polícia, e que eram repassados ao Governo Central (CAMPELO, 20--?).

<sup>30</sup> De acordo com os dados levantados sobre os Urbanos, percebeu-se o quanto sua presença era significativa para a análise das questões sociais da corte. Considerando a hierarquia, eles pertenciam ao posto mais baixo, como também o era os seus vencimentos (BRASIL, 1866. Não paginado). Além disso, eram, nas ruas da corte, os representantes do estado que aplicavam a força contra os marginalizados às vezes pelo simples fato de descumprirem códigos de posturas. Sobre o atraso do pagamento uma nota remetida para o Ministro da Justiça e assinada pelos urbanos foi publicada no **Jornal do Commercio** de 26 de junho de 1869 (A S EX. O SR. MINISTRO, 1869, p. 2), ela retratava a realidade em que viviam. Os urbanos reclamavam que haviam recebido a segunda quinzena de abril em junho e ainda faltavam a segunda parcela de maio e a primeira e a segunda parcelas de junho (A S EX. O SR. MINISTRO, 1869, p. 2). A postura do Ministro José de Alencar demonstra o desdém para com a situação dos Guardas urbanos, pois no fim dos termos eram eles subordinados ao Ministério da Justiça. O próprio José de Alencar deu satisfação ao Imperador dizendo que tomou as providências ao seu alcance. Entretanto, se atentarmos ao tempo tais providências se deram quase

---

um mês após a nota dos urbanos no jornal e três meses após o início dos atrasos dos pagamentos (A S EX. O SR. MINISTRO, 1869, p. 2). Morosidade essa que não percebemos quando o assunto era publicar desmentidos dos jornais oposicionistas quando, por exemplo, da revolta dos estudantes (ALENCAR, [carta] 28 nov.1869b, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.).

Tratando de uma breve análise da obra literária e as posturas do Ministro. Na obra, dentre outras, em **Iracema** (1865) percebe-se que há toda uma convivência hierarquizada nas relações entre as personagens, “Apesar da intenção de valorizar a cultura indígena, fica evidente que o autor adota uma postura etnocêntrica em favor do conquistador” (BYLAARDT, 2007, p. 225). Como Ministro José de Alencar se colocou numa posição de um Liberal conservador, herdada dos Saquaremas de décadas anteriores, que entendiam o mundo a partir de uma ordem e de uma hierarquização dentre os componentes da sociedade, os que têm a propriedade, os que não a tem, mas possuem liberdade, e os escravos (MATOS, 1987).

<sup>31</sup> A carta foi escrita numa terça feira, 20 de julho de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 20 JULHO, 1869, p.1).

## CARTA 11

---

Nota de transcrição da carta 11/32, JA a D.P.II. 18 set. 1869.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D14].

A dimensão do documento é de 37,2 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água com símbolo de uma coroa e as iniciais ACS na primeira folha e o escrito "A COWAN & SONS" da 1ª para a 4ª folhas. Folha 1: consta na parte superior esquerda escrito a lápis preto o código D.7122. Na parte superior direita, consta escrito a lápis azul o número 1869. Entre a primeira e a segunda linhas das despedidas consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Na parte inferior, do meio para a margem esquerda, escrito a lápis preto constam os números 18 IX 69. Folha 2: em branco. No meio à esquerda consta um carimbo com 2 cm de diâmetro no formato de uma coroa e as letras P.O.B., na parte baixa mais à esquerda consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco com mancha do carimbo P.O.B. da folha anterior. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o número 549/78.  
Assunto: Ocorrências de Lençóis na BA

---

Senhor

Tenho a honra de remetter a Vossa Majestade Imperial dois officios hontem recebidos, que contem materia de alguma importancia.

As communicações da Presidencia da Bahia<sup>32</sup> sobre Lençóis<sup>33</sup> me forão pedidas hontem pelo Snr Barão de Cotegipe<sup>34</sup> que tem de usar dellas na discussão de um requerimento apresentado na Camara dos Senadores: porisso não as enviei à Vossa Majestade Imperial. Em cartas de 11 e 14 o Vice-Presidente assegura-me que esta restabelecida completamente a tranquillidade publica naquella localidade.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e dedicação, Senhor,

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Em 18 de setembro de 1869<sup>35</sup> José Martiniano de Alencar

---

<sup>32</sup> A Presidência da Província da Bahia estava sob o comando do seu Vice-presidente, Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, que comandou o governo entre 29 de abril e 21 de outubro de 1869 (NUNES, 20--?. Não paginado).

<sup>33</sup> Assim como sucedido nas eleições ocorridas no ano de 1868 em que as rixas locais entre Liberais e Conservadores se acirraram na cidade de Lençóis, conforme consta na carta 03/32 (carta 03/32, JA a D.P.II. 18 set. 1868. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.03]) encontramos as mesmas ocorrências no ano de 1869 pelas cartas, jornais e discussões do Senado, com novos confrontos motivados pela política; conforme consta nas Sessões do Senado números 79 de 17 de setembro de 1869, noticiada no jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 27 de setembro de 1869



---

(PROVÍNCIA DA BAHIA, 1869) e na Sessão de número 80 de 18 de setembro de 1869, noticiada no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 30 de setembro de 1869 (80ª SESSÃO, 1869). Dentre os dados que corroboram para a ideia da continuidade entre o que ocorreu entre agosto e setembro de 1869 e agosto de 1868, temos as declarações dos partidários conservadores e liberais, envolvidos, as participações dos mesmos personagens nas duas ocorrências, como a do Coronel Espínola chefe dos Liberais que foi Deputado e ex-Chefe de Polícia de Lençóis em 1868. O Coronel Espínola escreveu duas cartas narrando os fatos e que foram lidas pelo seu correligionário e conterrâneo o Senador Saraiva (PROVÍNCIA DA BAHIA, 1869).

<sup>34</sup> João Maurício Wanderley (1815-1889), o Barão de Cotegipe, foi advogado e político ao longo do segundo Reinado. Formou-se em direito pela Faculdade de Olinda em 1837. No ano de 1841 iniciou sua longa carreira política, primeiro como Deputado de Província e nos anos seguintes ocupando os cargos de Deputado na Assembleia Geral (1843), o Senado a partir de 1856 e, concomitante ao cargo, atuou como Ministro da Marinha (1855 a 1856 e **1868 a 1870**), duas vezes Ministro da Fazenda (1856 a 1857 e 1875 a 1878), duas vezes Ministro das Relações Exteriores (1875 a 1877 e 1885 a 1888) e uma vez Ministro da Justiça (1887). (JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, 20--?. Não paginado). As comunicações do Presidente da Bahia foram citadas pelo Ministro da Marinha na resposta dada ao Senador Saraiva, conforme transcrito na ata de 17 de setembro de 1869 e noticiado no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 27 de setembro de 1869 (PROVÍNCIA DA BAHIA, 1869). Quem ocupava o cargo do Executivo, na Província da Bahia, à época da carta, era o Vice-Presidente Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha, que substituiu o Barão de São Lourenço, e governou entre 29 de abril e 21 de outubro de 1869 (NUNES, 2017. Não paginado). Desses episódios podemos perceber o quanto a violência fazia parte do cotidiano das elites políticas e dos seus respectivos correligionários. Sabemos que a questão da violência era corriqueira em períodos eleitorais, conforme outras discussões que fizeram parte da sessão número 80 do Senado que narraram fatos em localidades diferentes e motivados pelas mesmas questões eleitorais, que foram noticiadas no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 30 de setembro de 1869 (80ª SESSÃO, 1869). Portanto, a violência em períodos

---

eleitorais não foi exclusividade do Município que se formou e se mantinha, até a data da carta, com o garimpo de diamantes como sua principal atividade econômica.

<sup>35</sup> Carta foi escrita num sábado, 18 de setembro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 18 DE, 1869, p.1).

## CARTA 12

Nota de transcrição da carta 12/32, JA a D.P.II. 09 out. 1869.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D01].

A dimensão do documento é de 28 cm x 20,5 cm folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água JOYNSON 1869 na 1ª e na 4ª folha na parte inferior. Na parte superior consta a marca d'água com o número 1869 na 1ª e na 4ª folha. Folha 1: consta no canto superior esquerdo código D.7122 escrito a lápis preto. Consta no canto superior direito o número 1869 escrito a lápis azul. No canto inferior direito, entre a segunda e a terceira linhas das despedidas, consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: na parte central da folha consta carimbo no formato de uma coroa com 2 cm de diâmetro com a sigla P.O.B.. Na parte inferior consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Em branco. Folha 3: consta mancha de 2 cm de diâmetro. Em branco. Folha 4: na parte inferior esquerda consta carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 548/78. Na parte inferior direita consta mancha com 2 cm de diâmetro. Em branco.  
Assunto: Petição de graça Antonio Caetano de Almeida Bahia.

Senhor,

Tenho a honra de apresentar a alta consideração de Vossa Majestade Imperial algumas petições de Graça<sup>36</sup> entre as quais se acha a do Bacharel Antonio Caetano de Almeida Bahia<sup>37</sup>, uma das mais modernas, que existem nessa Secretaria de Estado.

Tenho a honra de ser, Senhor

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e dedicado

Em nove de outubro de 1869<sup>38</sup>. Jose Martiniano de Alencar

<sup>36</sup> A petição de Graça era uma concessão de exclusividade do Imperador, de comutar, ou extinguir uma pena judicial.

Alguns fatos chamaram a atenção. O primeiro deles diz respeito às datas. A carta foi escrita no dia 09 de outubro, houve algumas publicações no Jornal do Commercio entre os dias 10 a 14 de outubro (ATENÇÃO, 1869), que solicita ao Imperador o parecer favorável ao Pedido de Graça, para que o Deputado Provincial se livrasse das penas impostas e pudesse assumir sua cadeira. O Decreto ao qual o Ministro José de Alencar se refere na carta foi promulgado no dia 13 de outubro (POR DECRETOS, 1869). As proximidades entre as datas e o teor da nota publicada no Jornal do Commercio permite cogitar que o referido Decreto foi publicado devido à pressão que a nota despendia. Neste sentido, a frase utilizada pelo remetente para se referir à petição do Bacharel Antonio Caetano de Almeida Bahia como **uma das**

---

**mais modernas, que existe nesta Secretaria de Estado**, pode ser justificada pela pressão exercida para a concessão do pedido. Outro fato é a biografia do Bacharel Antonio Caetano de Almeida Bahia. Consultando os periódicos o Athleta (O ATHLETA, 1856) e o Diário do Rio de Janeiro (CHAPA LIBERAL, 1860) percebemos que o histórico político do Bacharel era de oposição ao Partido Conservador e de filiação ao Partido Liberal; como Deputado Provincial ele foi acusado de insultar de modo descomunal aos seus contrários e ao próprio Presidente da Província do Rio de Janeiro (S. JOÃO, 1869), o que lhe ocasionou o processo e a sentença dada na 1ª Vara Criminal. A filiação política do Bacharel Bahia somada às contundentes críticas de José de Alencar contra os Liberais, como exemplo citamos num dos discursos no Senado contra o Senador do partido Liberal Zacarias de Góes, onde o orador se utilizou como figura de estilo o sarcasmo (CORPO LEGISLATIVO, 1869). Portanto, tudo isso nos leva a deduzir que o Ministro José de Alencar quando escreveu a carta endereçada ao Imperador se utilizou de outra figura de palavra, o asteísmo.

<sup>37</sup> O Bacharel Antônio Caetano de Almeida Bahia foi proprietário do jornal **O Athléta**, que teve sua primeira tiragem em 07 de abril de 1856 (O ATHLETA, 1856). Nessa edição foi feita uma contundente crítica à reforma eleitoral de 1855 e ao Ministro da Justiça à época, José Thomaz Nabuco de Araújo (BRASIL, MINISTRO DA JUSTIÇA, 1854, p.1), quando o partido Conservador ocupava o poder. Antonio Caetano de Almeida Bahia também participou da Chapa Liberal para eleitores de S. João do Príncipe nas eleições de 1860 (CHAPA LIBERAL, 1860) e ocupou o cargo de Deputado na Província do Rio de Janeiro, pelo Partido Liberal, no ano de 1869. A Petição de Graça citada na carta permite a inferir que ocorreu por Decreto Imperial em 13 de outubro, conforme noticiado no **Diário do Rio de Janeiro** de 16 de outubro de 1869 (POR DECRETOS, 1869). Foi concedida a comutação da pena de quatro meses de prisão mais multa de 200\$ para a casa de caridade da Comarca de S. João do Príncipe. O réu foi julgado na 1ª Vara pelo magistrado Joaquim Francisco de Faria por crime de injúrias impressas.

<sup>38</sup> A carta foi escrita num sábado, 09 de outubro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 09 DE, 1869, p.1).



## CARTA 13

Nota de transcrição da carta 13/32, JA a D.P.II. 23 out. 1869.

MI. Maço 147, Doc. 7122 [D02 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 28 cm x 20,5 cm, folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'agua JOYNSON 1869, na 1ª e 4ª folhas, na parte de cima e de baixo. Duas marcas em cada folha. Folha 1: canto superior esquerdo consta código D 7122 escrito a lápis preto. Entre a saudação **Senhor** e o início da carta consta carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Na parte inferior esquerda consta os números 23-X-69 a lápis preto. Folha 2: continuação do texto da carta. Na parte inferior, no centro da folha, entre a segunda e a terceira linhas das despedidas, constam dois carimbos. Um carimbo de 2 cm de diâmetro, no formato de uma coroa com a sigla P.O.B. e mais abaixo um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: consta mancha do texto e do carimbo P.O.B. ambos da página anterior. Em branco. Folha 4: na parte inferior consta carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 556/78.

Assunto: Decreto de nomeação de delegado.

Senhor

Entre os decretos que tenho a honra de submeter a Assignatura de Vossa Majestade Imperial vae a do Bel Aurelio Ferreira Espinheira para Chefe de Policia do Rio Grande do Norte, cuja nomeação Vossa Majestade Imperial se digna de approvar no despacho de quarta feira<sup>39</sup>.

A respeito de Joao da Cunha Correia consta o seguinte.

Era elle delegado de Cheffe no Amazonnas. Queixando-se o cidadão Gracidino José Antonio Ordoñes contra elle ao Presidente<sup>40</sup> por abuso de poder, ordenou-se aquele presidente por aviso delle de março que o mandasse responsabilizar.

Com o mais profundo respeito e dedicação tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar Em 23 de outubro de 1869<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> A sugestão de José de Alencar propondo que o Decreto de nomeação do Bel. Aurelio Ferreira Espinheira para chefe de polícia do Rio Grande do Norte fosse aprovada no despacho de quarta feira, 27 de outubro foi antecipada pelo Imperador para o dia em que a carta foi escrita, 23 de outubro, conforme noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 24 de outubro de 1869 (POR DECRETOS DE 23, 1869).

---

<sup>40</sup> O Presidente do Amazonas à época era João Wilkens de Mattos, Barão de Maruíá, exerceu o cargo entre 1868 e 1870 (NUNES, 20--?. Não paginado).

<sup>41</sup> A carta foi escrita num sábado, 23 de outubro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 23, 1869, p.1).

## CARTA 14

---

Nota de transcrição da carta 14/32, JA a D.P.II. 28 out. 1869.  
MI. Maço 147, doc. 7122 [D.03].

A dimensão do documento é de 28cm X 21cm, folha sem pauta, frente amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Na 1ª folha marca d'água 1869 na parte superior e JOYNSON 1869 na parte inferior. Na 4ª folha, na parte superior marca d'água 1869 e na parte inferior YNSON 869. Folha 1: Consta código D.7122 escrito a lápis preto. Entre a segunda e terceira linhas da despedida, há um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: na parte central à esquerda, há um carimbo medindo 2 cm de diâmetro, no formato de uma coroa com a sigla P.O.B. e na parte inferior consta carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Em branco. Folha 3: Em branco. Faltando um pedaço da folha na parte inferior à direita. Folha 4: na parte central inferior consta carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 550/78. Em branco. Consta mancha de 1 cm de diâmetro na parte inferior à direita faltando um pedaço da folha na parte inferior à esquerda.

Assunto: Comunicações sobre ocorrências em lugares do sul do país.

---

Senhor

Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial as inclusas comunicações que neste momento recebi; uma do Chefe de Policia sobre uma denuncia de moeda falsa<sup>42</sup>; uma do Presidente de Sta Catharina<sup>43</sup> sobre as occurrencias<sup>44</sup> de Cambriú<sup>45</sup>; uma do Presidente do Rio Grande do Sul sobre as reccurrencias de Jaguarão<sup>46</sup>. O Juiz de Direito<sup>47</sup> daquela comarca continua a proceder do mesmo modo.

Com o mais profundo respeito e dedicação tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Em 28 de outubro de 1869<sup>48</sup>. Jose Martiniano de Alencar

---

<sup>42</sup> Sobre a confecção de moeda falsa foram noticiadas várias ocorrências sobre o assunto nos jornais. O tema aparece, também, na publicação das atas da Câmara dos Deputados e das leis promulgadas que buscavam inibir tal prática, ambas estampadas nos periódicos, como no **Jornal do Commercio**. As notícias variavam da prisão de falsificadores à opinião de cidadãos. Destas opiniões destacamos uma publicada no **Jornal do Commercio** de 24 de julho de 1869, (ESTUDO, 1869, p.4) assinada por Candido de Azeredo Coutinho. Coutinho foi estudioso do assunto chegando a publicar uma obra sobre o tema da circulação da moeda no Brasil (COUTINHO, Candido de Azeredo. **Estudos sobre a circulação mettlica no Brazil e a criação da Casa da Moeda até o ano de 1869**. Rio de Janeiro, Casa da Moeda, 1903). No jornal o autor discute assuntos como o da parcela de culpa do



---

governo na tomada de providência em criar moeda subsidiária (moeda de menor valor) em 1867, ficando por um longo período, 1835-1867, sem a cunhagem o que levou à diminuição da circulação desse tipo de moeda e ao conseqüente aumento da falsificação (ESTUDO, 1869). Tal questão foi discutida, também, por José de Alencar na leitura do Relatório do Ministério da Justiça, na sessão da Câmara dos Deputados de 15 de maio de 1869, noticiada no dia 20 de maio de 1869 no **Diário do Rio de Janeiro** (CRIMES CONTRA A FORTUNA PUBLICA, 1869).

<sup>43</sup> Conforme a Constituição de 1824 as províncias eram administradas por um presidente que podia ser nomeado ou destituído pelo Imperador (TITULO 7º, 1824). O cargo de Vice-presidente existia para substituir o presidente, no caso de Santa Catarina, na época em que a carta foi escrita, quem assumiu a função foi o seu terceiro Vice-presidente. Joaquim Xavier Neves (1793-1892) (PRESIDENTE, 1869). Ele assumiu as funções após o pedido de exoneração do então Presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu ser publicado por decreto em agosto de 1869, conforme noticiado pelo jornal **A Regeneração** de 11 de agosto de 1869 (PRESIDENTE, 1869). Joaquim Xavier Neves presidiu Santa Catarina até novembro de 1869, conforme noticiado no dia 13 de novembro de 1869 no jornal **A Regeneração** (A POSSE DO SR GALVÃO, 1869). A demissão ou a posse dos Presidentes das Províncias era uma decisão direta do Imperador, que era o chefe do poder executivo (SALGADO, 20--. Não paginado). Por este motivo, ocorriam mudanças abruptas e constantes. Esta intervenção fazia com que o Imperador não apenas controlasse a política interna imperial como a promoção dos partidos que estavam no governo federal ora Liberais, ora Conservadores. Embora haja essa peculiaridade foi a política conservadora a que obteve maior êxito (MATTOS, 1987).

<sup>44</sup> A ocorrência mencionada na missiva trata das eleições primárias que ocorreram em janeiro e foram adiadas para julho e depois agosto, conforme noticiado no **Jornal do Commercio** de 10 de setembro de 1869 (SESSÃO 09 DE SETEMBRO, 1869). Em Cambriú foram registradas algumas ocorrências, conforme noticiado no **Jornal do Commercio** de 30 de Abril de 1869, dentre as quais destacam a denúncia de alteração da ata e de coação de eleitores por parte do mesário o Tenente-coronel Antonio Pereira Liberato, Comandante do batalhão da Guarda Nacional (ELEIÇÕES

---

EM SANTA CATARINA, 1869). **A cidade de Jaguarão:** Jaguarão esta localizada no extremo sul do país, divisa com o Uruguai. Formação Administrativa Pela Resolução Régia, de 31 de janeiro de 1812, foi a povoação elevada a Freguesia, sob a denominação de Divino Espírito Santo do Cerrito, e a Vila, pela Lei de 6 de julho de 1832, com o nome de Jaguarão. A vila prosperou rapidamente, tornando-se cidade pela Lei Provincial n° 322, de 23 de novembro de 1855 (HISTÓRIA – JAGUARÃO. 20--?. Não paginado).

<sup>45</sup> Município de Cambriu foi criado como Distrito sob a denominação de Camboriú por Lei Provincial n.º 292, de 26-04-1849, subordinado ao município de Itajaí. Elevado à categoria de vila com a denominação de Camboriú pela Lei Provincial n.º 1.076, de 05-04-1884, sendo desmembrado de Itajaí. Sede na antiga vila de Camboriú. Constituído do distrito sede. Instalado em 15-01-1885. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Pela Lei Municipal n.º 18, de 20-10-1954, é criado o distrito de Praia de Camboriú e anexado ao município de Camboriú (HISTÓRIA – FORMAÇÃO. 20--?. Não paginado). Praia essa que é um dos pontos turísticos do Estado de Santa Catarina. Embora a grafia esteja Cambriú, tanto na carta como nos jornais da época, vários dados geográficos e de informações dos próprios jornais da época nos levam a interpretar que Cambriú e Camboriú sejam os mesmos municípios conforme na publicação do jornal **O Despertador** (ANUNCIOS AO PÚBLICO, 1869).

<sup>46</sup> O assunto tratado pelo remetente se refere às ocorrências das eleições primárias de 1869 no município de Jaguarão, conforme noticiado nos jornais, como no jornal **Diário do Povo** de 20 de março de 1869 (TRANSCRIÇÕES- RIO GRANDE DO SUL, 1869), que descreve uma série de confrontos entre oposição (partido Liberal) e governo (partido Conservador) com acusações de arbitrariedades, como a substituição de Juizes de Paz eleitos e de coações e violências que envolveu, inclusive, o Comandante superior da Guarda Nacional o Coronel Astrogildo Pereira da Costa (Barão de Aceguá) , todos os fatos da parte dos governistas. Além das ocorrências eleitorais a cidade de Jaguarão foi destaque nos noticiários dos jornais

---

por ser uma das localidades base para o exército brasileiro na guerra do Paraguai; noticiadas no na edição de junho a novembro de 1869.

<sup>47</sup> Conforme lei 261 de 03 de dezembro de 1841, capítulo IV do Juiz de Direito, traz o seguinte, “Art. 24 Os Juizes de Direito serão nomeados pelo Imperador d'entre os Cidadãos habilitados, na fórmula do art. 44 do Código do Processo; e quando tiverem decorrido quatro annos da execução desta Lei, só poderão ser nomeados Juizes de Direito aquelles Bachareis formados que tiverem servido com distincção os cargos de Juizes Municipaes, ou de Orphãos, e Promotores Publicos, ao menos por um quatriennio Completo” (BRASIL, 1841. Não paginado)

<sup>48</sup> A carta foi escrita numa quinta-feira, 28 de outubro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 28, 1869, p.1).

## CARTA 15

---

Nota de transcrição da carta 15/32, JA a D.P.II. 20 nov. 1869.  
MI. Maço 149, Doc. 7198 [D.01].

A dimensão do documento é de 28 cm X 21cm, folha sem pauta, frente; amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Na 1ª folha na parte superior consta marca d'água do fabricante do papel escrito JOYSON e na parte inferior consta marca d' água JOYSON 1869. Na 4ª folha na parte superior consta a marca d' água do fabricante do papel escrito JOYSON e na parte inferior consta marca d' água JOYSON 1869. Folha 1: no canto superior esquerdo consta um código escrito a lápis preto m.149 e abaixo D 7198. Na parte inferior direita entre a segunda e a terceira linhas da despedida consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Arquivo Museu Imperial. Folha 2: em branco. No meio da folha consta um carimbo com 2 cm de diâmetro, no formato de uma coroa, com as letras P.O.B . Na parte inferior da carta no meio consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Folha 4: em branco. Consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Arquivo Museu Imperial e escrito a caneta azul o número 956/78.  
Assunto: Demissão do Mal. Fonseca Costa.

---

Senhor

Imitando o Snr Marechal Fonseca Costa por sua demissão, peço permissão à Vossa Majestade Imperial para submeter à Sua Augusta aprovação e assignatura o incluso Decreto<sup>49</sup>.

Tenho a honra de ser com o maior profundo respeito, Senhor

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

20 de nov de 1869<sup>50</sup> Jose Martiniano de Alencar

---

<sup>49</sup> O Decreto do pedido de demissão, do cargo de comandante superior da Guarda Nacional do Município da Corte, solicitada pelo Marechal de Campo Manoel Antonio da Fonseca Costa foi publicado no mesmo dia da missiva conforme consta noticiado no **Diário do Rio de Janeiro** de 23 de novembro de 1869 (POR DECRETOS DE 20, 1869). Entretanto, numa nota assinada pelo Guarda João Manoel da Villa, noticiada no **Jornal do Commercio** de 28 de novembro (GUARDA NACIONAL, 1869), o mesmo deu uma declaração de que o pedido de demissão do Marechal foi, na verdade, uma demissão de cunho partidário arquitetada pelo Ministro da Justiça.

<sup>50</sup> A carta foi escrita num sábado, 20 de novembro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 20 NOV, 1869, p.1).

## CARTA 16

---

Nota de transcrição da carta 16/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869a.

MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.04 (P.01 P.02)].

A dimensão do documento é de 28 cm X 21 cm, folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água JOYNSON 1869 na 1ª e 4ª folhas. Folha 1: no canto superior esquerdo consta código D 7122, escrito a lápis preto, no canto superior direito escrito a lápis azul o número 1869. Entre a saudação inicial **Senhor** e o início da escrita consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Na parte inferior à esquerda consta escrito a lápis preto os números 28 XI 69. Folha 2: continuação do texto da carta. Na parte inferior da carta entre a segunda e a terceira saudações constam dois carimbos: um carimbo de 2 cm de diâmetro, com o símbolo de uma coroa, com a sigla P.O.B.; outro carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: Em branco com mancha do carimbo P.O.B. da folha anterior. Folha 4: constam quatro manchas de tinteiro de 3 mm de diâmetro e uma mancha de 2 mm de diâmetro. Na parte inferior à esquerda consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 551/78.

Assunto: Sobre as ações do Chefe de Policia Dr Farias Lemos e os estudantes.

---

Senhor

Da participação do chefe de policia que inclusa tenho a honra de enviar à Vossa Majestade Imperial, não consta que houvesse ferimentos<sup>51</sup>.

O Dr. Faria Lemos me inspira a maior confiança, quer por seu espírito de justiça, quer por sua actividade e zelo. Me parece que si houvesse ferimentos, nem elle os ignoraria, nem deixaria de reprimir com a maior severidade semelhantes excessos<sup>52</sup>.

Em seu officio encontro o mesmo espírito de moderação que tem manifestado em todas as occasiões.

Contudo neste momento exijo novas informações, das quaes darei conta à Vossa Majestade Imperial; e recommendo toda prudência, conforme as ordens de Vossa Majestade Imperial.

Tenho a honra de ser, Senhor,

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar. Em 28 de novembro de 1869<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> O ocorrido de que trata a missiva foi um conflito entre estudantes e a Polícia no Colégio Pedro II, nos dias 26 e 27 de novembro que ganhou outras personagens e espaços ao longo dos acontecimentos, além, de ter repercutido no noticiário de vários jornais, como exemplo, no **Jornal do Commercio** de 29 de novembro

---

(EXAMES DE PREPARATÓRIOS, 1869). No dia 26 de novembro era dia de exames preparatórios no Colégio Pedro II e o Inspetor Geral de Instrução Pública requereu quatro Guardas Urbanos para manterem a ordem e evitar barulhos nas proximidades das salas dos examinadores. Conforme noticiado, houve agressão a um contínuo do colégio e posteriormente com a chegada dos Urbanos eles também foram agredidos e o pátio do colégio Pedro II foi invadido por alguns alunos, na sua maioria, da Escola Central e da Faculdade de Medicina. No dia seguinte, dia 27 de novembro, o inspetor requisitou ao Comandante do 2º Distrito de Guarda Urbana reforço policial, pois alguns alunos da Escola Central estavam incomodando os trabalhos com vaias e apedrejamentos contra o prédio do colégio e em algumas casas da vizinhança. Quando os revoltosos avistaram a força policial, estes foram hostilizados e agredidos com pedras e paus. O 1º Delegado Dr. Tavares compareceu ao externato com o intuito de acalmar os ânimos. Um dos estudantes, do 5º ano da Escola Central de nome Joaquim Huet Bacellar, foi encaminhado à Delegacia de Polícia, para ser ouvido pelo Dr. Farias Lemos, citado na carta, e liberado. Os outros que o acompanharam à Delegacia retornaram e usaram a janela de uma das casas da Rua Estreita de S. Joaquim como palanque e se juntaram a eles alguns trabalhadores do Arsenal e outros indivíduos, como o Dr. Dias da Cruz e o Tenente Soares, proferindo discursos contra a Polícia. Dentre os estudantes havia um grupo do Colégio Pedro II, da Faculdade de Medicina e da Escola Central. Dos alunos da Escola Central dentre os mais exaltados encontrava-se o filho do Conselheiro Sales Torres Homem (EXAMES DE PREPARATÓRIOS, 1869).

Antes de chegarem à Rua Estreita, os estudantes acompanhados pelos Dr. Dias da Cruz e Carlos Ottoni passaram pelas Ruas de S. Jorge quebrando vidraças de três casas e na Rua do Ouvidor foram na casa pertencente ao Clube da Reforma, onde morava o Dr. Rangel Pestana, pronunciaram discursos e palavras de viva a República, conforme noticiado no **Jornal do Commercio** (EXAMES DE PREPARATÓRIOS, 1869).

Francisco Sales de Torres Homem foi um político, médico e dono de jornal que ocupou vários cargos de alto escalão do Império, como o de Ministro da Fazenda e Senador, foi filiado ao Partido Liberal e se filiou ao Partido Conservador na década de 70 (FRANCISCO SALES DE TORRES HOMEM, 20--?. Não paginado).

Francisco Rangel Pestana (1839-1903) formou-se em Direito em 1863. Foi fundador e colaborador de vários Jornais, como exemplo, ocupou o cargo de redator chefe do jornal **A Província de São Paulo**, posteriormente mudando de nome para **O Estado de São Paulo**. Filado ao Partido Liberal atuou no **Diário Oficial** a convite de Zacarias de Góes, um dos líderes do Partido. Foi eleito pela primeira vez para o cargo de Deputado provincial em 1884, cadeira que ocuparia novamente na próxima legislatura (RIBEIRO, 20--?. Não paginado).

O Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz (1826-1878) foi médico, membro do Partido Liberal, e empossado como Juiz de Paz em 19 de fevereiro de 1866, na Freguesia do Sacramento (EDITAES, 1869). Ele foi uma das personagens citadas na **Carta 23/32** (carta 23/32, JA a D.P.II. [186-]c. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D07 (P. 01 e P.02)]), por ter promovido rusgas eleitorais nas eleições municipais de 1868, quando ocupava a posição de presidente da seção eleitoral de Sacramento. Um de seus filhos, Francisco de Menezes Dias da Cruz, também médico, foi presidente da Federação Espírita e um dos divulgadores desta religião.

<sup>52</sup> Percebe-se que há uma coerência entre os escritos do remetente e o noticiado no **Jornal do Commercio** (EXAMES DE PREPARATÓRIO, 1869), principalmente no que diz respeito à postura da Polícia e à ocorrência dos feridos. Outro fato a se destacar é que os acontecimentos descritos no jornais, principalmente, o do **Jornal do Commercio** (EXAMES DE PREPARATÓRIO, 1869) demonstram que as ocorrências não se restringiram a um ato isolado de estudantes do Colegial, tendo em vista a presença de trabalhadores e nomes ligados à política, como o Dr Dias da Cruz, citado na **Carta 23/32**(Carta 23/32, JA a D.P.II. [186-]c. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D07 (P. 01 e P.02)]), numa ocorrência eleitoral. Finalmente, os indícios de que foi um fato relevante podem ser percebidos devido, não apenas, ao noticiário, como, também, aos conteúdos e ao quantitativo das cartas remetidas ao Imperador, que, somando-se, deram cinco no total, são elas: a **Carta 16/32**, (Carta 16/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869a. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.04 (P.01 P.02)]); a **Carta 17/32**, (Carta 17/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869b. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.15 (P.01 e P.02)]); a **Carta 18/32** (Carta 18/32, JA a D.P.II. 29 nov. 1869a. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.06]; a **Carta 19/32** (Carta 19/32, JA a D.P.II. 29 de Nov. 1869b. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D05 (P.01 e P.02)]); a **Carta 20/32** (Carta 20/32, JA a D.P.II. 29 de Nov.

---

1869c. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D07 (P.01 e P.02)]; a **Carta 32/32** (Carta 32/32, JA a D.P.II. [186-]. MI. Maço 149, Doc. 7198 [D02 (P.01 e P02)]).

<sup>53</sup> A carta foi escrita num domingo, 28 de novembro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 28 DE NOV., 1869, p.1).



## CARTA 17

Nota de transcrição da carta 17/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869b.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.15 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é 37,5 X 25 cm folha sem pauta, frente e verso; amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água com símbolo de uma coroa e as iniciais ACS e o escrito "A COWAN & SONS" da 2ª para a 3ª folhas. Folha 1: Na parte superior à esquerda escrito a lápis preto consta um símbolo D. 7122. Abaixo da saudação **Senhor** e o início da carta consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Na parte inferior à esquerda consta uma numeração escrita a lápis preto 28-XI- 69. Folha 2: continuação do texto. Entre o quarto e o quinto parágrafos consta um carimbo com 2 cm de diâmetro com um símbolo da coroa e as iniciais P.O.B.. Na parte inferior à esquerda entre a segunda e a terceira linhas das saudações finais consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: Em branco com mancha do carimbo com símbolo de coroa da folha 2. Folha 4: em branco consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito à caneta azul o número 552/78.  
Assunto: Envio de ofício e Relato das ocorrências com estudantes.

Senhor<sup>54</sup>

Já deve ter subido a Augusta Presença de Vossa Majestade Imperial o officio do Chefe de Polícia que por esquecimento deixei de enviar esta manhã, mas que tive a honra de enviar logo depois.

Não tendo ainda recebido participação official a respeito do conflicto com os estudantes não posso cumprir a ordem de Vossa Majestade Imperial a respeito da publicação immediata dessa communicação.

Já recommendei ao Chefe de Policia que ratificasse no jornal de amanhã as inexactidões das noticias dadas nas folhas de hoje; me parece que isto basta para destruir qualquer uma impressão; ate que sejam publicadas as partes officiaes<sup>55</sup>.

É verdade que os urbanos nenhuma confiança inspirão; e a este respeito por diversas vezes já tive a honra de enunciar minha opinião perante Vossa Majestade Imperial. Não ha muito tempo o Chefe de Polícia punio severamente a um por ter empregado armas sem necessidade para effectuar uma prisão. Approvando seu procedimento, recommendei-lhe o maior rigor na repressão de semelhante abuso<sup>56</sup>.

Creio poder assegurar à Vossa Majestade Imperial que a authoridade procederá da mesma forma á respeito de quaisquer causas que por ventura se tenham dado sabado em relação aos estudantes.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e acatamento, Senhor,  
De Vossa Majestade Imperial  
Súbdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar Em 28 de novembro de 1869<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> Esta carta dá sequência aos acontecimentos narrados na missiva anterior, (carta 16, JA. a D.P.II. 28 nov. 1869a). O remetente vai desenvolver algumas informações importantes para o Governo que a carta anterior ainda não havia resolvido, como a constatação de que não houve feridos no confronto.

<sup>55</sup> No tocante à recomendação de José de Alencar ao Chefe de Polícia para retificar as inexatidões das notícias dadas pelas folhas, para o dia posterior, encontramos os indícios dessa preocupação devido à nota publicada no **Diário do Rio de Janeiro** de 28 de novembro (ESTUDANTES DE PREPARATÓRIOS, 1869), que narrou os fatos e se posicionou com críticas à forma de agir da polícia destacando a violência, o uso de espadas e provocando feridos entre os estudantes.

<sup>56</sup> Mesmo tendo recebido as notícias por ofício do Dr. Faria Lemos, o Ministro José de Alencar não deixou passar a oportunidade de expor sua opinião ao Imperdor sobre a pouca confiança que depositara na Guarda de Urbanos. Tal opinião foi dita em outras oportunidades, conforme descreve no próprio texto da carta. Dos textos que revelam sua opinião sobre essa Guarnição, temos como exemplo o Relatório do Ministério da Justiça apresentado na sessão da Câmara dos Deputados em 15 de maio de 1869, registrado em Ata daquela Casa e noticiada no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 16 de maio de 1869 (NOTICIARIO, 1869). Relatório esse, que foi um dos assuntos da **Carta 05/32** (Carta 05/32, JA a D.P.II14 maio 1869. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.09]).

<sup>57</sup> A carta foi escrita em 28 de novembro de 1869, num domingo (JORNAL DO COMMERCIO 28 nov, 1869, p.1).

## CARTA 18

---

Nota de transcrição da carta 18/32, JA a D.P.II. 29 nov. 1869a.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.06].

A dimensão do documento é de 28 cm X 21 cm, folha sem pauta, frente; amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água JOYNSON 1869 na 1ª e na 4ª folha. Folha 1: no canto superior esquerdo o código D 7122 escrito a lápis preto; no canto superior direito consta o número 1869 escrito a lápis azul. Entre a saudação **Senhor** e o início da escrita consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: na parte central a esquerda consta carimbo de 2 cm de diâmetro, com formato de uma coroa, com a sigla P.O.B.. Na parte inferior central consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Em branco. Folha 3: em branco. Consta mancha do carimbo da folha anterior. Folha 4: em branco. Constam quatro manchas amarelas. Na parte inferior consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo escrito a caneta azul o nº 555/78.

Assunto: Relato das ocorrências com estudantes, não houve ferimentos.

---

Senhor

Tenho a honra de enviar à Vossa Majestade Imperial a participação do Chefe de Polícia, a qual será publicada amanhã; si Vossa Majestade me fizer a graça de a devolver em tempo<sup>58</sup>.

Confirma-se o que hontem tive a honra de dizer à Vossa Majestade Imperial. Não houve ferimentos<sup>59</sup>.

Com o mais profundo respeito e acatamento, Senhor, tenho a honra de ser  
De Vossa Majestade Imperial<sup>60</sup>

Subdito fiel e reverente

Em 29 de novembro de 1869<sup>61</sup> Jose Martiniano de Alencar

---

<sup>58</sup> Na primeira parte da Carta percebe-se que há uma preocupação do Ministro José de Alencar em deixar o Imperador a par dos acontecimentos. Ele demonstra, também, certa urgência, ao solicitar de D. Pedro II, a devolução do documento para que fosse publicado no dia seguinte nos jornais. Essa parece ter sido uma das principais preocupações do Ministro naquele momento, ou seja, desfazer qualquer dúvida sobre as ações da polícia e não deixar indícios de que houver feridos.

O tratamento impositivo de José de Alencar com D. Pedro II, quase ordenando-lhe para devolver a carta em tempo, “si Vossa Majestade me fizer a graça de a devolver em tempo” (carta 18/32, JA a D.P.II. 29 nov. 1869a. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.06]), chamou a atenção por dois aspectos. A urgência pode ter sido devido ao fato de que o jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 29 de novembro (NOTICIARIO –

---

ESTUDANTES DE PREPARATORIOS, 1869), ter noticiado um editorial que fazia uma cobrança direta ao Ministro da Justiça para que esclarecesse com maiores informações sobre o caso. O outro aspecto, diz respeito à questão de como José de Alencar se mobilizava quando seu nome aparecia nos noticiários depondo contra sua imagem ou indagando suas ações no Ministério.

Neste aspecto, pôde-se cotejar suas ações na política assim como acontecera com suas produções literárias e teatrais, adstritas a um legado positivo (BEZERRA, 2012).

<sup>59</sup> A confirmação feita pelo Chefe de Polícia de que não houve ferimentos foi importante para o Ministro se defender contra as acusações feitas pelos jornais. Pois os mesmos deram como certa a ocorrência de feridos entre os estudantes como noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 28 de novembro de 1869 (ESTUDANTES DE PREPARATÓRIO, 1869).

<sup>60</sup> Nessa carta as ações do Dr. Faria Lemos e seu constante diálogo com o Ministro demonstram que em casos como estes, ou seja, de movimento social na Corte, havia uma preocupação e o envolvimento direto do Ministro da Justiça e do Imperador sem qualquer interferência do Presidente da Província do Rio de Janeiro ou do Presidente da Câmara Municipal. O que se percebe, assim como foi cotejado na Carta 04/32 (carta 04/32, JA a D.P.II. 28 set. 1868. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.04]), da mão centralizadora do Monarca, no caso, intermediada pelo seu Ministro José de Alencar.

<sup>61</sup> A carta foi escrita em 29 de novembro de 1869, numa segunda-feira (JORNAL DO COMMERCIO 29 nov, 1869, p.1).

## CARTA 19

---

Nota de transcrição da carta 19/32, JA a D.P.II. 29 de Nov. 1869b.

MI. Maço 147, Doc. 7122 [D05 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 28 cm X 21 cm, folha sem pauta, frente e verso; amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água JOYNSON na parte superior das folhas 1 e 4. Consta a marca d'água com o nome JOYNSON 1869 na parte inferior das folhas 1 e 4. Folha 1: no canto superior a esquerda consta código D 7122 escrito a lápis preto. No canto superior à direita consta nº 1869 escrito a lápis azul. Entre saudação inicial **Senhor**, e o início da escrita consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Na parte inferior à esquerda consta o número 29-XI-69 escrito a lápis preto. Folha 2: continuação do texto da carta. No canto superior esquerdo consta marca do carimbo da folha 1. No meio da folha, na parte inferior, entre a primeira e a segunda linhas das saudações finais consta um carimbo com 2 cm de diâmetro, com o símbolo de uma coroa, com a sigla P.O.B. entre a segunda e a terceira linhas das saudações finais consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Folha 4: consta no canto inferior esquerdo um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo com escrito a caneta azul o nº 553/78 e ao lado manchas de tinteiro.

Assunto: Ocorrências, com estudante, na Rua do Sabão e outros fatos.

---

Senhor<sup>62</sup>

Ate agora não me consta que se dessem novas occurrencias.

Tomarão-se todas as providencias necessárias para prevenir a reproducção dos ajuntamentos. Confio muito na moderação e energia do Chefe de Polícia.

A respeito da occurrencia da Rua do Sabão informou-me o Chefe de Policia que nada lhe constou<sup>63</sup>.

Apresentou-se na repartição um estudante queixando-se de ter sido espadeirado. Foi logo examinado pelos médicos que não lhe acharão a menor vermelhidão sequer.

Como este são muitos outros factos.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito e dedicação

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar Em 29 de Nov. de 1869<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> A carta faz parte da sequência que acompanhou os movimentos dos estudantes que se iniciaram em 27 de novembro no pátio do colégio Pedro II, na época dos exames preparatórios conforme relatado nas cartas, 17/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869b. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.15 (P.01 e P.02)], 18/32, JA a D.P.II. 29 nov. 1869a. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.06] e 16/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869a. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.04 (P.01 P.02)] e nos jornais, como no **Jornal do**

---

**Commercio** de 29 de novembro (PUBLICAÇÕES A PEDIDO-EXAMES PERPARATORIOS, 1869).

Nessa carta percebe-se que os estudantes ganharam as ruas da corte, conforme destacado por José de Alencar. Esse comunicado nos leva a perceber que dois dias após as primeiras manifestações o movimento ganhara força para ocupar as ruas da cidade chegando inclusive a atacar órgãos da imprensa como se verá na outra carta escrita em 29 de novembro, (Carta 20/32, JA a D.P.II. 29 de Nov. 1869c. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D07 (P.01 e P.02)]).

<sup>63</sup> Sobre o conflito ocorrido na Rua do Sabão foi noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** nos dias 30 de novembro e 03 de dezembro e se tratou de um episódio no qual um tipógrafo do Jornal do Commercio, Manoel Ignacio Ferreira, foi ferido por urbanos no confronto desses com os estudantes (FERIMENTOS, 1869).

<sup>64</sup> A carta foi escrita numa segunda-feira, 29 de novembro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 29 DE, 1869, p.1).

## CARTA 20

---

Nota de transcrição da carta 20/32, JA a D.P.II. 29 de Nov. 1869c.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D07 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 28 cm X 21 cm, folha sem pauta, frente e verso; amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água JOYNSON 1869 na 1ª e 4ª folhas, na parte superior e na parte inferior. Folha1: No canto superior esquerdo constam dois códigos D 7122 m147 escrito a lápis preto. No canto superior direito consta o número 1869 escrita a lápis azul. Entre a saudação **Senhor** e o início da carta consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. O missivista sublinhou as palavras Jornal do Commercio e Dezesseis de Julho. No canto inferior esquerdo, consta uma numeração 29 XI 69 escrito a lápis preto. Folha 2: continuação do texto. Na parte superior da carta, acima do texto, do meio para a margem esquerda, consta mancha do carimbo da folha 1. Entre o final do texto e primeira saudação consta um carimbo com 2cm de diâmetro, com o formato de uma coroa e as iniciais P.O.B. Entre a segunda e a terceira linha das saudações finais consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: Em branco com manchas dos escritos e do carimbo P.O.B. da folha anterior. Folha 4: em branco na parte inferior esquerda consta um carimbo com 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o numero 554/78.

Assunto: Estudantes atacando Jornal do Commercio e Dezesseis de Julho.

---

Senhor<sup>65</sup>

Hoje os estudantes da escola central e de medicina percorrerão varias ruas da cidade, ameaçarão as typographias do Jornal do Commercio e Dezesseis de Julho<sup>66</sup>.

Dei ordem ao Chefe de Policia que fizesse dispersar o ajuntamento illicito na forma da lei, havendo-a porem com prudência no emprego da força.

Não posso considerar como travessuras de rapazes os desacatos à segurança individual e a propriedade praticados por moços de 18 annos e mais; sobretudo quando elles são inspirados por alguém que deseja criar embaraços ao governo<sup>67</sup>.

Os estudantes não trazem espadas, mas usão de projetis contra os quais as mãos dos agentes de authority nada podem. É preciso atemoriza-los, para evitar-lhes mal maior.

Isto não quer dizer que se suprimão unanimamente os abusos da força. Agora mesmo recomendo ao Dr. Chefe de Policia que faça punir um urbano, que me consta acutizou alguns estudantes em desaffronta de um epitheto injurioso.

Tenho a honra de ser

De Vossa Majetade Imperial

Subdtio fiel e reverente

Jose Matiniano de Alencar Em 29 de nov. de 1869<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Essa missiva foi ordenada como a última das cartas que fazem parte do lote que tem como assunto principal entre José de Alencar e o Imperador os acontecimentos envolvendo os estudantes e as forças policiais na Corte. Embora sua data seja de 29 de novembro, nos jornais os acontecimentos não deixaram de ser noticiados em datas posteriores, conforme encontrado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 08 de dezembro de 1869 (NOTICIARIO- ESTUDANTES DE PREPARATÓRIOS, 1869), que passou a nomear os acontecimentos como Revolução novembrista (NOTICIARIO- ESTUDANTES DE PREPARATÓRIOS, 1869).

<sup>66</sup> O **Jornal do Commercio** foi fundado em 1827 e é um dos mais antigos jornais da América Latina e tinha como concorrente o jornal **Diario do Rio de Janeiro** e incluía além do noticiário político e social, assuntos voltados para o comércio de importação e exportação. Em 1832 mudou de dono: deixou de pertencer a Pierre Planchê e passou para as mãos dos, também francêses, Junius Villeneuve e Reól Antoine de Mougénout. Era um jornal que tinha uma postura de não se indispor com o governo, fosse o partido que estivesse no poder, mantendo-se assim numa posição mais conservadora (MOLINA, 2015).

O jornal **Dezesseis de Julho** foi uma empreitada de José de Alencar em sociedade com seu irmão Leonel de Alencar, cujos objetivos eram fundar um órgão da imprensa do Partido Conservador e usá-lo como um canal para defender-se dos ataques dos adversários políticos (VIANA FILHO, 2008).

<sup>67</sup> Nesse trecho da carta foi possível identificar duas das ideias clássicas do Liberalismo, que são os conceitos da defesa da individualidade e da propriedade privada. A questão da individualidade foi discutida por John Stuart Mill, principalmente sob o aspecto que envolve o papel do Estado para a sua promoção (LIMA, 2017), “para Mill, [...]. A individualidade humana, para que possa ser bem desenvolvida, necessita, como já sabemos, de dois requisitos indispensáveis, que devem ser buscados pelos indivíduos, assegurados e providos pelo Estado” (LIMA, 2017, p. 218).

Percebe-se que as ações do Ministro, como representante do Estado, condiziam com o que formulava o teórico John Stuart Mill. Nesse sentido pode-se dizer que há uma intertextualidade entre as teorias e as práticas políticas de José de Alencar.



---

<sup>68</sup> A carta foi escrita numa segunda-feira, 29 de novembro de 1869 (JORNAL DO COMMERCIO 29 DE NOV, 1869, p.1).

## CARTA 21

---

Nota de transcrição da carta 21/32, JA a D.P.II. [186-]a.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D05 (P.01 e P.02)]

A dimensão do documento é de 37,5 cm x 25 cm, folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Na parte superior da carta da 1ª para a 4ª folha, constam marcas d'água com o símbolo do fabricante do papel com o nome A COWAN & SONS e na parte superior e inferior das folhas 1 e 4 constam o símbolo da coroa do fabricante do papel. Folha 1: consta no canto superior esquerdo, escrito a lápis preto o código D. 7012. Entre a saudação **Senhor** e o início do texto, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto da carta. Na parte inferior da carta, próximo à margem esquerda, entre a segunda e a terceira linhas da despedida, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro, com formato de uma coroa, com o símbolo P.O.B. Entre a terceira linha da despedida e a assinatura do remetente, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: consta uma mancha do texto e do carimbo da folha anterior. Em branco. Folha 4: consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 1819/77. Em branco.  
Assunto: Crítica à oposição.

---

Senhor

Continuou o processo eleitoral na melhor ordem, com excepção unicamente da freguesia da Ilha do Governador.

Acabo de saber que ali houve um tumulto na igreja, provocado por Carrilho, ultimamente demittido de suplente de subdelegado. Já para ali seguio o V. Delegado<sup>69</sup>.

A opposição si absteve, menos na freguesia de S. Christovão onde apresentou-se para sustentar uma chapa conservadora dissidente<sup>70</sup>.

A ausência da luta legal é realmente um mal; mas a responsabilidade delle recaie toda sobre a opposição que não cumpre um dever de opposição, e de modo algum sobre o governo que lhe garantio a liberdade das urnas<sup>71</sup>.

Do que souber sobre a occorrência da Ilha do Governador me apressarei em dar conta à Vossa Majestade Imperial

Tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar

---

<sup>69</sup> A freguesia da Ilha do Governador foi tema do noticiário do jornal **Diario do Povo** de 16 de setembro de 1868 (DIARIO DO POVO, 1868) que denunciou as fraudes cometidas pelo Partido Conservador nessa freguesia. Das denúncias tratadas no periódico constava a compra da ata eleitoral nessa e noutras freguesias que promoveu a votação expressiva obtida pelo candidato a vereador do Partido

---

Conservador o Sr. Ferreira Viana; tendo obtido a primeira colocação em grande parte das apurações divulgadas em várias freguesias inclusive nessa, em particular, conforme noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 11 de setembro de 1868 (ILHA DO GOVERNADOR, 1868). Ao que diz respeito sobre o tumulto, na carta 24/32 (carta 24/32, JA a D.P.II. [186-] d.MI. Maço 143, Doc. 7012 [D08 (P.01 e P.02)]), foi relatado que não houve nenhuma gravidade na Ilha do Governador.

<sup>70</sup> Conforme noticiado no jornal **Diario do Povo** de 12 de setembro de 1868 (ELEIÇÕES MUNICIPAES, 1868), na paróquia de São Cristovão e Lagoa os liberais obtiveram vitória a ponto de aparecer dentre os quatro primeiros colocados, da lista de apuração, os seus candidatos a Juiz de Paz e a vereador (ELEIÇÕES MUNICIPAES, 1868).

<sup>71</sup> A propósito do comentário puderam-se perceber alguns aspectos que merecem destaque. O posicionamento de José de Alencar no âmbito da sua posição ideológica e sua postura como comentador dos fatos ocorridos no pleito de 1868, o primeiro em que participou como Ministro da Justiça.

Essa declaração do abandono por parte da oposição pode ser confirmada nos noticiários dos jornais, conforme publicado no jornal **Diario do Rio de Janeiro**, de 12 de setembro (RIO 9 DE SETEMBRO, 1868).

Partindo da sua posição liberal seria mister que ele se posicionasse como o arauto da ampla participação partidária nas eleições e sua crítica à oposição condizia com essa ideologia. Nos casos em que pressentiu a necessidade de averiguação o Ministro se pronunciou, conforme citou ao final da missiva sobre a freguesia da Ilha do Governador.

Entretanto, ao consultarmos os jornais, como o **Diario do Povo** (ELEIÇÕES MUNICIPAES, 1868), mas não somente, percebemos que foram noticiados confrontos e críticas sobre o uso das forças do governo contra eleitores, na Corte e em outras províncias do Império. Ao que consideramos mais como exageros frutos de posicionamentos político-partidários, tendo em vista que essa foi a primeira eleição após a chegada ao poder do Partido Conservador, em 16 de julho de 1868.

Nesse sentido, trazemos a lume a questão ideológica, no caso o Liberalismo de José de Alencar. Entendemos, que assim como foi possível identificar nas páginas de sua

---

literatura política e/ou nos romances o foi, também, como Ministro, ao menos nos assuntos tratados nessa missiva.

## CARTA 22

---

Nota de transcrição da carta 22/32, JA a D.P.II. [186-]b.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D06].

A dimensão do documento é de 40 cm x 26,5 cm, folha sem pauta, frente, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta no meio da folha da 4ª para a 1ª folha marcas d'água com o símbolo do fabricante do papel com uma coroa e as iniciais AC&S e o nome A COWAN E SONS. Folha 1: no canto superior esquerdo consta o código do arquivo D. 7012 escrito a lápis preto, no canto superior direito o número 1868 escrito a lápis preto. Na parte inferior da carta, do lado esquerdo na segunda linha da despedida consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: consta carimbo de 2 cm de diâmetro, no formato de uma coroa, com a sigla P.O.B. Em branco. Folha 3: consta mancha de carimbo da folha anterior e furos na dobra central do papel. Em branco. Folha 4: no canto inferior esquerdo consta carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e com caneta azul o nº 1820/77. Em branco.  
Assunto: Sobre recurso de Graça e sobre a eleição.

---

Senhor

Tenho<sup>72</sup> a honra de submeter a alta consideração de Vossa Majestade Imperial os inclusos Recursos de Graça, sobre quaes darei as informações necessárias, quando Vossa Majestade Imperial se digne de ordenar-me.

Pouco são os telegramas hoje recebidos a respeito da eleição, signal de que ella prosegue tranquilamente.

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar.

---

<sup>72</sup> Sobre os recursos de Graça, o que significava bem como sua aplicação e forma de divulgação foi tratado na Carta 12/32, de 09 de outubro de 1869 (Carta 12/32 JA a D.P.II. 09 out. 1869. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D01]).

Sobre a citação a respeito da eleição esta carta é continuação da Carta 21/32 (carta 21/32, JA a D.P.II. [186-]a. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D05 (P.01 e P.02)]) e a carta que a precede, a Carta 23/32 (carta 23/32, JA a D.P.II. [186-]c. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D07 (P. 01 e P.02)]) o assunto diz respeito à eleição de 07 de setembro de 1868.

## CARTA 23

---

Nota de transcrição da carta 23/32, JA a D.P.II. [186-Jc.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D07 (P. 01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 27,3 cm x 25,00 cm folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta no meio da folha da 4ª para a 1ª folha marcas d'água com o símbolo do fabricante do papel com uma coroa e as iniciais AC&S e o nome A COWAN E SONS. Folha 1: no canto superior esquerdo consta código D. 7012 escrito a lápis preto. Consta entre a saudação **Senhor** e o início do texto, no canto superior direito, o carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. O missivista sublinhou as palavras, Diário do Povo, no terceiro parágrafo e as palavras Jornal do Commercio no quarto parágrafo. Folha 2: continuação do texto da carta. Na parte inferior, no centro da folha, consta entre o final do texto e a saudação final um carimbo com 2 cm de diâmetro, com o símbolo de uma coroa, com a sigla P.O.B. Consta entre a saudação e a assinatura, próximo à assinatura, um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: constam manchas da tinta dos escritos da carta e do carimbo P.O.B. da folha anterior. Em branco. Folha 4: consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito com caneta azul o nº 1821/77. Em branco.

Assunto: Trata do noticiário dos jornais Diário do Povo e Jornal do Commercio sobre as eleições.

---

Senhor

Nesse momento escrevi à V. Majestade Imperial, remetendo os telegramas hoje recebidos a respeito da eleição<sup>73</sup> e dando conta do que havia.

Parece verificado o plano de abandono por parte da opposição, e dahi a tranquillidade que tem reinado em todas as freguesias.

Os jornaes de amanhã desmentirão as noticias<sup>74</sup> dadas hoje pelo Diario do Povo: noticias que não passam de um tecido de invenções fantasiadas adrede para attenuar a impressão da derrota completa.

Uma prova disso é o seguinte facto. Em uma publicação de hoje feita em Jornal do Commercio o Dr Dias da Cruz diz que sua vida foi hontem na matriz ameaçada<sup>75</sup>. Apenas li esta declaração hoje pela manhã ordenei ao Dr Chefe de Policia que prestasse informações sobre o ocorrido, e neste instante recebo a resposta declarando que o presidente da mesa parochial não foi nem de leve tocado achando-se a seu lado o Dr 2º Delegado prompto a coadjuva-los na manutenção da ordem.

Amanhã será publicada esta communição, bem como os avisos que mandei expedir<sup>76</sup>.

O telegrama nº 29 agora mesmo recebido diz, como verá V. Majestade Imperial que a opposição voltou à eleição na Freguesia de Engenho Velho, com symptomas de querer perturbar a ordem pública. O Dr Chefe de Policia deu providencias; e eu acabo de ordenar-lhe a maior vigilancia. Do que occorrer darei promptamente parte a V. Majestade Imperial de quem sou.

Fiel e reverente subdito  
José Martiniano de Alencar.

---

<sup>73</sup> Embora a carta não traga a data, podemos deduzir que foi escrita em 08 de setembro de 1868, e que as eleições citadas foram as que ocorreram em 07 de setembro de 1868, no âmbito das municipalidades, para a escolha dos candidatos aos cargos de Vereador e Juiz de Paz. Tal constatação se dá a partir dos seguintes documentos: os noticiários dos jornais, principalmente os que trouxeram os fatos sobre a ocorrência com o Dr. Dias da Cruz como, no **Diário do Povo** (FREGUEZIA DO SACRAMENTO, 1868), e, também, a correspondência enviada por José de Alencar ao Imperador em 09 de setembro de 1868 (carta 02/32, JA a D.P.II. 09 set. 1868 MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.02]).

<sup>74</sup> As notícias citadas se referem aos acontecimentos no município da Corte, na freguesia do Sacramento, onde havia uma urna instalada conforme encontramos noticiado no jornal **Diário do Povo** (FREGUEZIA DO SACRAMENTO, 1868) e na carta 02/32 (carta 02/32, JA a D.P.II. 09 set. 1868 MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.02]).

<sup>75</sup> A nota foi publicada no **Jornal do Commercio** de 08 de setembro de 1868 (ELEIÇÃO DO SACRAMENTO, 1868).

<sup>76</sup> A resposta foi dada no jornal **Diário do Povo**, em 09 de setembro de 1868 (BOLETIM ELEITORAL FREGUEZIA DO SACRAMENTO, 1868). Quanto aos avisos encontramos no **Jornal do Commercio** em 10 de setembro de 1868 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1868). De um modo geral eles tratam de informar a quem compete chamar as forças policiais, no caso o presidente da mesa e de como essa força deverá porceder (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1868).

## CARTA 24

Nota de transcrição da carta 24/32, JA a D.P.II. [186-]d.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D08 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 37,2 x 25,0 cm folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta na parte superior da folha da 1ª para a 4ª folha marcas d'água com o símbolo do fabricante do papel com uma coroa e o nome A COWAN E SONS. Folha 1: no canto superior esquerdo consta código D.7012, escrito com lápis preto, no canto superior direito sinal de interrogação a lápis preto; entre a saudação **Senhor** e o início do texto consta carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto. Na parte inferior da carta, entre o final do texto e a primeira linha da despedida, consta carimbo de 2 cm de diâmetro, no formato de uma coroa, com a sigla P.O.B. Folha 3: em branco e com mancha do carimbo e do texto da folha anterior. Folha 4: em branco e carimbo de 2cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e número 1822/77 com caneta azul.

Assunto: Sobre as eleições na Ilha do Governador, Bahia e Pernambuco

Senhor

Tenho a honra de transmittir a Vossa Majestade Imperial, a carta inclusa do Dr Chefe de Policia sobre as occurrencias da Ilha do Governador, que nenhuma gravidade tiveram; e igualmente a parte telegraphica sobre o processo eleitoral das outras freguesias<sup>77</sup>.

O Presidente da Bahia remetteu-me os tres numeros inclusos do Jornal onde forão inseridos os documentos e noticias sobre os factos da annullação do Summario do processo Pedro Moniz, e das occurrencias que por esse motivo se derão na Cachoeira<sup>78</sup>.

O Presidente de Pernambuco remetteu-me a inclusa confidencial com o relatorio do Dr Chefe de Policia sobre os acontecimentos de Nazaretti<sup>79</sup>.

Hontem fui informado de que João Nunes Ramalho ultimamente nomeado Juiz Municipal do Patrocinio é homem de pessimo character, foi processado por crimes de rapto e roubo. Em um documento inserido no Relatório do Ministério da Justiça lê-se a respeito desse Bacharel o seguinte: - "a imbecilidade e subserviencia do Bacharel João Nunes Ramalho"<sup>80</sup>.

Peço pois permissão á Vossa Majestade Imperial, para antecipando seu augusto pensamento, submetter a Imperial assignatar um decreto cassando essa nomeação, que ainda não produzio seus effeitos legaes. Convem que o acto seja publicado amanhã<sup>81</sup>.

Tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar



---

<sup>77</sup> Nessa parte da carta o remetente está dando continuidade ao relato das informações sobre o processo eleitoral na Corte, de setembro de 1868, que foi registrado em cartas anteriores, conforme consta na missiva 21/32 (Carta 21/32, JA a D.P.II. [186-]a. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D05 (P.01 e P.02)]), cujo assunto principal tratava das possíveis ocorrências no processo eleitoral na freguesia da Ilha do Governador (Carta 21/32, JA a D.P.II. [186-]a. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D05 (P.01 e P.02)]).

<sup>78</sup> O Presidente da Bahia à época era o Barão de São Lourenço do Partido Conservador. A cidade de Cachoeira se localiza no recôncavo baiano, região onde se instalou a expedição do Capitão Donatário Martin Afonso de Souza para iniciar o plantio de cana-de-açúcar em 1531. No século XVI a região de onde se formou a Vila e Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira era um lugar de pujante riqueza atraindo vários e ricos donos de engenhos que cultivavam, principalmente, a cana-de-açúcar e o fumo (HISTORIA-CACHOEIRA. 20--?. Não paginado). Foi no século XIX que a cidade de Cachoeira promoveu um evento político que se instaurou em todo o Império, sua elite antecipou o processo de independência e em junho 1822 proclamou o Príncipe D. Pedro I como regente da nação. O movimento resultou para que em 1823 toda a Bahia se visse livre da influência política de Portugal (HISTORIA-CACHOEIRA. 20--?. Não paginado). Em 1822 e em 1837, quando ocorreu o movimento denominado Sabinada, a cidade de Cachoeira foi sede do Governo Provisório do Brasil (HISTORIA-CACHOEIRA. 20--?. Não paginado).

O ocorrido foi tema do noticiário de vários jornais entre os últimos meses de 1868 e o início de 1869, conforme consta no noticiário do jornal **Diário do Povo** 09 de dezembro de 1868 em uma nota copilada do **Jornal da Bahia** relatando brevemente sobre o caso (EPISÓDIOS DO PROCESSO, 1868). Nesse jornal lê-se que foi instaurado um processo pelo Sr Chefe de Polícia por queixa do Sr Dr. Pedro Moniz que além de latifundiário exerceu cargos políticos (SECRETARIA DE POLICIA, 1869). Segundo a opinião emitida pelo jornal, o julgamento contra os acusados se tornou uma condenação prévia devido ao fato de o procurador do queixoso ter demonstrado intimidades com o Juiz do caso (EPISÓDIOS DO PROCESSO, 1868).

---

Noutro jornal, no **Jornal do Commercio** de 21 de novembro de 1868 (S. SALVADOR 14, 1868), foi noticiado que o Sr. Dr. Pedro Moniz Barreto de Aragão sofreu um atentado no seu sítio de nome Buraco sendo espancado por dois homens, embora tenha sofrido o atentado nada de grave ocorreu com a vítima. Diante disso, o Sr. Moniz recebeu a visita do Chefe de Polícia Dr. Antero de Assis que acolheu a queixa e instruiu o Sub Delegado da Freguesia de Iguape para que convocasse o Coronel Ignacio Rodrigues Pereira Dutra e o Tenente Coronel José de Araujo de Aragão Bulcão a fim de prestarem seus depoimentos ao Chefe de Polícia. Posteriormente compareceu o Capitão Rodrigo de Araujo Pereira Pinto, correligionário desses. Após colher os depoimentos e fundamentado na queixa do agredido, que indicou aqueles como desafetos políticos o Dr. Assis decretou a prisão dos acusados por envolvimento no crime cometido contra o Sr. Dr. Pedro Moniz (SÃO SALVADOR 14, 1868).

Ainda segundo o **Jornal do Commercio**, o próprio Presidente da Bahia se envolveu no caso tomando partido a favor do agredido e ameaçando os acusados.

Pode-se chegar a algumas considerações sobre o comportamento entre-elites a partir do noticiário e do texto da carta. A primeira questão é que o acirramento das relações entre os participantes de pleitos eleitorais não se resumiam ao momento das eleições e que tais desavenças faziam parte do cotidiano desses senhores de terras e escravos. Outra questão é que a lei ficava à parte prevalecendo as relações dos envolvidos com os ocupantes do poder, no caso o Sr. Moniz e o Dr Assis eram os que estavam acima da lei por serem correligionários do Presidente da Bahia estavam um exemplo das infrações cometidas pelas forças do governo da Bahia, o Conservador Barão de São Lourenço. Finalmente, retomamos as elucubrações de Roberto Schwartz (SCHWARTZ, 2000) acerca das relações estabelecidas pelo **favor**, que são bem próprias da situação ocorrida em Cachoeira.

Conforme informação contida na missiva e no **Jornal do Commercio** de 07 de fevereiro de 1869 (SÃO SALVADOR, 28, 1869), o processo foi anulado.

<sup>79</sup> Conforme consta no Relatório do Presidênte da Província de Pernambuco à época, o Sr. Conde de Paependi, houve anulação das eleições para Juiz de Paz e Vereadores no ano de 1868 em Nazareth e em outras localidades daquela Província

---

(RELATORIO... 1869). Segundo consta, as anulações ocorreram pela confecção de duplicadas das Atas eleitorais (RELATORIO... 1869).

<sup>80</sup> Patrocínio era uma Vila que pertencia à Comarca do Distrito de Parnaíba em Minas Gerais (PATROCINIO- HISTORIA. 20--?. Não paginado). A região de onde surgiu a cidade foi povoada a partir de 1722, quando por ordem do Capitão-Geral de Minas Gerais, o Conde de Valadares, incentivou a criação de fazendas de criação e agrícola para abastecer os viajantes que transitavam de Minas para Goiás (PATROCINIO- HISTORIA. 200--?. Não paginado). Em 1873 Patrocínio foi elevada à condição de cidade por decreto estadual.

O Bacharel João Nunes Ramalho foi nomeado para Juiz Municipal e de Órfãos do termo de Patrocínio conforme promulgado pelo Ministério da Justiça no Decreto de 09 de janeiro de 1869 e noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** em 20 de janeiro de 1869 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - POR DECRETO, 1869).

Conforme noticiado no **Jornal do Commercio** de 19 de dezembro de 1867 (PATROCINIO, 1867), o Bacharel João Nunes Ramalho foi arrolado ao processo por crime de rapto da presa Lourença Francisca do Carmo, que era ré por crime de morte contra seu marido, com a qual manteve relações sexuais durante várias noites (PATROCINIO, 1867).

De posse dessa denúncia ao receber o oficial de justiça que levava sua intimação o Juiz de Direito deu voz de prisão e o prendeu. Ao ser indagado pelo Delegado de Polícia sobre a prisão, sem crime, do oficial este se recusou a soltá-lo o que provocou um confronto entre os dois representantes do poder judiciário.

No **Jornal do Commercio** de 25 de Janeiro de 1868 (GAZETILHA, 1868) foi noticiado um confronto na Vila do Patrocínio que se deu entre os moradores da Vila e as tropas de Bagagem. A tropa foi convocada pelo Juiz de Direito da Comarca de Parnaíba o Dr. Joaquim Tavares da Costa Miranda, padrinho do Bacharel Ramalho (O SR. COSTA, 1867), com a finalidade de armar um cerco para efetuar prisões das autoridades policiais de Patrocínio. A tropa contava com um corpo de 50 homens, dentre eles estava o Bacharel Ramalho. Do lado dos moradores da Vila que enfrentaram a tropa invasora um morreu e outros tantos ficaram feridos (GAZETILHA, 1868).

---

<sup>81</sup> Na seção da Câmara dos Deputados, conforme Ata da seção de 23 de julho de 1869, noticiado no Jornal do Commercio de 27 de julho de 1869, o Ministro José de Alencar dá uma declaração em resposta ao Deputado o Sr. Penido de que o Bacharel João Nunes Ramalho foi destituído do Cargo de Juiz Municipal e de Órfãos pelo Presidente da Província e que em 13 de julho de 1869 havia tomado posse seu substituto (SEGUNDA PARTE DA ORDEM, 1869).

Pela missiva e nos noticiários dos jornais percebe-se como funcionava o mandonismo nas localidades. Fazendo uma proposição de análise da teoria comparada entre os assuntos da missiva, os noticiários dos jornais e as elucubrações contidas em **Coronelismo Enxadada e Voto** (LEAL, 2012), sugere-se que havia uma rede de relacionamentos que envolvia a posse de quem poderia exercer cargos importantes para controlar as forças contrárias nas localidades, no caso, a posse do Chefe de Polícia que era da responsabilidade do Ministério da Justiça com o aval do Imperador, por publicação de Decretos. Contudo, no caso retratado na carta, o Chefe de Polícia possuía uma certa autonomia para exercer sua autoridade na localidade e parece que foi o responsável pela indicação do Bacharel João Nunes Ramalho para Juiz Municipal e de Órfãos na Vila de Patrocínio.

Apesar disso, a missiva demonstra que em casos extremos a mão do poder Imperial, influenciada pelo Ministro José de Alencar se sobrepunha ao poder local. Vê-se o posicionamento veementemente contrário de José de Alencar à manutenção do Bacharel como Juiz Municipal e de Órfãos, que o levou, inclusive, a utilizar de palavras que diminuía o caráter e a postura do Bacharel para justificar sua deposição do cargo. Além disso, é possível perceber a autoridade que José de Alencar exercia diante do Imperador ao se valer de verbos no modo imperativo e ordenando-lhe a decisão, na forma, no como e na data a ser promulgado o Decreto de demissão, conforme pode-se ver no último parágrafo da missiva.

Embora a carta não tenha data, deduzimos, pelos assuntos dos jornais, que ela foi escrita em janeiro de 1869.

## CARTA 25

Nota de transcrição da carta 25/32, JA a D.P.II. [186-]e.  
MI. Maço 143, Doc. 7012 [D09 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 40 cm x 26,5 cm, folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta na parte superior da 3ª folha marca d'água com o símbolo do fabricante do papel escrito A COWAN & SONS e na 1ª folha consta marca d'água do fabricante do papel com símbolo de uma coroa e as letras AC&S. Folha 1: no canto superior esquerdo, escrito a lápis preto, consta o código D. 7012. Entre a saudação **Senhor** e o início do texto consta carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto da carta. Entre o final da carta e a primeira linha da despedida, consta carimbo de 2 cm de diâmetro, com formato de uma coroa, com a sigla P.O.B. Abaixo da assinatura, consta carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o nº 1823/77. Folhas 3 e 4 em branco.

Assunto: Sobre as eleições em Taubaté. ANEXO B.

Senhor

Tenho a honra de remetter a Vossa Majestade Imperial o officio do Presidente de S. Paulo e documentos que o acompanharão, relativos as occurrencias de Taubaté<sup>82</sup>.

Não os remetti mais cedo, porque necessitava te-los presente em quanto redigia o Aviso que vou expedir ao Presidente, em resposta ao seu officio de 4 do corrente<sup>83</sup>.

A respeito da eleição nada ha de extraordinário. O ultimo telegrama de hontem dava a noticia de ter comparecido a votar na respectiva freguesia o Sñr Marques de Olinda. Creio que o informante deu importancia a essa noticia por considerar a presença daquella pessoa como um protesto tacito ao manifesto da opposição. Não sei se o facto teria na mente de quem o praticou essa significação<sup>84</sup>.

A Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel reverente

Jose Martiniano de Alencar

<sup>82</sup> As origens de Taubaté remontam a área de povoamento indígena Guaianás denominada Itaboataé. O topônimo Taubaté originou-se do tupi “Tab-a-etê”, taba verdadeira, residência do chefe ou, segundo outros, “Tauha-b-etê”, muito barro ou argila (HISTÓRIA-TAUBATÉ, 20--?. Não paginado). A região foi tomada pelo sertanista Jacques Felix em 1639, que foi contratado pelo Capitão-Mor Francisco da Rocha que tinha a intensão de ampliar as divisas da Capitania de São Vicente (HISTÓRIA-TAUBATÉ, 20--?. Não paginado). Foi elevada à condição de cidade sob

---

o nome de Taubaté (Ex São Francisco das Chagas Taubaté), por lei provincial em 1842 (HISTÓRIA-TAUBATÉ, 20--?. Não paginado).

No jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 30 de agosto de 1868 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA- RIO DE JANEIRO 29, 1868), encontrou-se noticiado um ofício assinado pelo Ministro da Justiça José de Alencar, endereçado ao Presidente da Província de São Paulo, solicitando informações a respeito das posturas do Delegado de Polícia e do seu primeiro suplente no Processo instaurado contra o Juiz de Direito Antonio Moreira de Barros, além de ponderar sobre as ações dos mesmos perante a legislação aconselhando ao Presidente que haja em conformidade com que a lei exige.

<sup>83</sup> Conforme dados coletados na carta 02/32 (carta 02/32, JA a D.P.II. 09 set. 1868 MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.02]) e no jornal **Diário do Rio de Janeiro** de 30 de agosto de 1868 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA- RIO DE JANEIRO 29, 1868), leva-se a considerar que o dia 04, citado no corpo da carta, refere-se ao mês de agosto.

<sup>84</sup> Pedro de Araujo Lima, o Marquês de Olinda, (1793-1870), transitou por vários partidos ao longo do segundo reinado. Foi conservador no período de 1837 a 1862, e foi um dos últimos Regentes de 1837 a 1840, quando D. Pedro II ainda contava 12 anos. Retornou ao Governo assumindo a Presidência do Conselho de Ministros entre 1848-1849 e novamente entre 1857 e 1858 e em 1862, todos pelo Partido Conservador. No último ano, ele saiu do Partido, do qual foi um dos fundadores, e filiou-se ao Partido Progressista, que o levou novamente ao cargo de Primeiro Ministro até 1864. No ano seguinte, outra filiação, desta feita ao Partido Liberal, filiação esta que pela quinta e última lhe deu condição de exercer o cargo de Primeiro Ministro, permanecendo até 1866 (PEDRO DE ARAUJO, 20--?. Não paginado).

Foi neste mesmo ano que José de Alencar escreveu uma carta aberta, assinada com o pseudônimo de Erasmo, remetida ao Marquês de Olinda (ALENCAR, 1866). A missiva traz críticas ácidas proferidas pelo remetente acusando o Marquês de Olinda por ser um dos responsáveis pela crise política instalada naqueles últimos dez anos e pedindo-lhe que abdicasse do comando político, “Dez annos de calamidade, [...]

---

podem ser por vós resgatados nobremente em uma fracção [...]. Dez minutos de abnegação, Marquês [...]" (ALENCAR, 1866).

Tratando sobre algumas questões do texto da carta, percebe-se que José de Alencar se referiu ao telegrama recebido, o qual dava o relato da presença do Marquês de Olinda na urna de votação, das eleições que ocorreram em setembro de 1868, narrou o ocorrido com um certo desdém, conforme se vê, na formulação da oração inicial do último parágrafo, onde o uso do pronome **nada** e do adjetivo **Extraordinário** se refere tanto à não existência de fato novo, quanto à presença do Marquês de Olinda. Logo depois, no texto, o próprio José de Alencar emenda deixando uma dúvida para o destinatário resolver, ou seja, se o fato de o Marquês de Olinda por ser parte dos quadros do Partido Liberal foi votar, porque se tratava de um protesto ou se foi votar com a intenção de participar como eleitor, duas opções de interpretação para um fato **nada extraordinário**.

O protesto ou o não protesto que foi tema da presença do Marquês de Olinda para votar se refere ao abandono promovido pelo Partido Liberal nas eleições municipais ocorridas em setembro de 1868, abandono esse que foi tratado no texto da carta 02/32 (carta 02/32, JA a D.P.II. 09 set. 1868 MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.02]) endereçada por José de Alencar para o Imperador.

## CARTA 26

Nota de transcrição da carta 26/32, JA a D.P.II. [186-]f.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D16 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 37,3 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente e verso; amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água do fabricante do papel, com o símbolo de uma coroa e as iniciais ACS e o escrito "A COWAN & SONS" da 4ª para a 1ª folha. Folha 1: na parte superior esquerda escrito a lápis preto consta D. 7012 com um risco e ao lado 7122. Na parte superior direita ao lado da saudação **Senhor** escrito a lápis preto consta respectivamente os números 1869 e 1868 com três riscos. Entre a saudação **Senhor** e o início do texto consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: entre o final da carta e a primeira das saudações consta um carimbo com símbolo de uma coroa e as letras P.O.B. Na parte inferior do centro para a esquerda entre a 2ª e a 3ª linhas da despedida consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Folha 4: em branco. Consta carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o numero 557/78. Assunto: Ministro da Austria e outros assuntos.

Senhor

O ministro d' Austria procurou-me para que eu impetrasse em seu nome de Vossa Majestade Imperial a Graça do subdito de sua nação Eduardo Maschek<sup>85</sup>.

Peço portanto permissão à Vossa Majestade Imperial para submeter-lhe o requerimento daquelle reó com a informação prestada pelo respectivo juiz: A circumstancia attenuante de provocação parece incontestavel.

Igualmente peço venia para apresentar a Vossa Majestade Imperial a supplica do súbdito italiano Carlo Andrassy<sup>86</sup>, a qual me chegou por intermédio do Snr Ministro dos negócios estrangeiros e em virtude de solicitação do Barão Cavalchini.

Vossa Majestade Imperial se dignara resolver em Sua alta Sabedoria como por justo.

Tenho a honra de ser

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

---

<sup>85</sup> Conforme noticiado no **Jornal do Commercio** de 19 de fevereiro de 1869 (POR DECRETOS DE 15 DO CORRENTE, 1869), foi publicado um decreto de 15 de fevereiro que traz no seu texto o perdão de cumprir o restante da pena infligida ao referido cidadão austríaco, pena imputada pelo Juiz Municipal da 1ª Vara da Corte, por crime de injúria escrita.



---

<sup>86</sup> No caso do cidadão italiano, encontramos no mesmo periódico, **Jornal do Commercio** (POR DECRETOS DE 15 DO CORRENTE, 1869), o indeferimento do pedido de Graça, por pena de quatro anos de Galés pelo crime de Moeda Falsa. A pena de Galés era aplicada com calceta no pé e corrente de ferro e eram aplicados trabalhos forçados (PENA DE GALÉS, 2018. Não paginado).

Tratando dos assuntos que levaram o missivista a endereçar a carta ao Imperador percebe-se que há um assunto de Estado, porém sob a interferência pessoal e de favor. Uma do Ministro da Áustria e outra do enviado do governo Italiano no Brasil o Barão Cavalchini, que tomou posse no cargo em fevereiro de 1868, conforme noticiado no **Jornal do Commercio** (CORRESPONDENCIA, 1868). O pedido de Graça ao Imperador era uma prática bastante corriqueira, conforme relatado na carta 22/32 (22/32, JA a D.P.II. [186-]b. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D06]). Mas, tanto o Ministro José de Alencar como o Ministro dos Negócios estrangeiros à época, o Visconde do Rio Branco (BARÃO DO RIO BRANCO, 20--?. Não paginado), como membros do governo Imperial, foram solicitados por atores estrangeiros para intercederem em assuntos do Governo motivados pela relação interpessoal do **favor**. O tema do **favor** foi estudado por Roberto Schwartz em **Ao vencedor as batatas** (SCHWARTZ, 2000). Nessa obra Schwartz desenvolveu a tese de que o **favor** instituído nas relações sociais brasileiras era um dos sintomas de que as ideias europeias importadas para os trópicos, dentre elas o Liberalismo, se tornavam concepções fora do lugar. Sendo assim, ele concluiu que não haveria condições de ocorrer um Liberalismo no Brasil concomitantemente a tais práticas. Contudo, considerando que os solicitantes junto aos respectivos ministros eram representantes de governos estrangeiros, percebe-se que as relações sociais fundamentadas pela prática do **favor** extrapolavam as relações sociais internas e eram, inclusive, fator de relações entre membros do governo do Império brasileiro com representantes de governos estrangeiros.

O cidadão Austríaco, Eduardo Maschek, foi posteriormente condecorado como oficial e cavaleiro de várias ordens pelo governo Imperial conforme noticiado no jornal **Diário do Rio de Janeiro**, de 13 de abril de 1870 (TRABALHO CURIOSO, 1870).

## CARTA 27

Nota de transcrição da carta 27/32, JA a D.P.II. [186-]g.  
 MI. Maço 147, Doc. 7122 [D17 (P01 e P02)].

A dimensão do documento é de 37,5 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente e verso amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta na parte inferior marca d'água com símbolo de uma coroa escrito "A COWAN & SONS" da 4ª para a 1ª folha. Folha 1: Na parte superior esquerda consta escrito a lápis preto um código D 7012 riscado e abaixo outro número 7122. No canto superior direito consta um sinal de interrogação e abaixo um número 1868 riscado e o número 1869, todos a lápis preto. Entre a saudação inicial **Senhor** e o início da carta consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto. Ao final do texto, após a palavra **notório** consta mancha de tinta. Entre a terceira e a quarta linhas da despedida, consta um carimbo, com falhas, com 2 cm de diâmetro no formato de coroa. Abaixo da assinatura consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: Em branco. Consta mancha dos carimbos da folha anterior. Folha 4: Em branco. Consta marcas da escrita da folha 2 e um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta o número 558/78.  
 Assunto: Engano de despacho e erros do chefe de polícia no assunto da guarda

Senhor

Por equívoco subiu à assignatura à V. M. Imperial uma consulta cuja resolução foi escripta sob um anterior despacho. Esse despacho dado por engano devera ter sido eliminado, não o sendo por esquecimento do official de gabinete.

Esperando da extrema benevolencia de V. M. Imperial que desculpe essa irregularidade, de novo tenho a honra de submetter à sua augusta assignatura dita Resolução, que V. M. Imperial se dignou de tomar no ultimo despacho.

Inclusa apresento a V. M. Imperial a informação dada pelo Com<sup>a</sup> Geral do Corpo de Urbanos sobre o guarda José de Albuquerque. A respeito do crime de resistencia o Dr Chefe de Policia me promettera proceder as necessarias investigações.

Descansava eu nessa promessa quando hoje fui surprehendido pela publicação das certidões, que a policia ainda não podera obter! Talvez não haja nisso falta, mas em todo caso houve infelicidades. Acabo de dar ordem para que Jose de Albuquerque fosse expulso da Guarda Urbana, e não pude eximir-me de estranhar a ignorancia em que se achava o Commandante daquella Guarda a respeito desse facto publico e notório<sup>87</sup>.

Tenho a honra de ser de

V. M. Imperial

Súbdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

---

<sup>87</sup> Sobre o posicionamento de José de Alencar a respeito da Guarda Urbana, temos na Carta 10 (carta 10/32, JA a D.P.II. 20 jul. 1869. Ml. Maço 147, Doc. 7122 [D11]), uma ação prática, agindo com desdém acerca da reivindicação do corpo da Guarda por melhores salários. Noutra momento, conforme relatório anual do Ministério da Justiça, lido na seção da Assembléia Geral da décima quarta legislatura, publicado no jornal **Diario do Rio de Janeiro** de 26 de maio de 1869 (FORÇA PÚBLICA, 1869) foi ponderado pelo Ministro que o corpo de urbanos, desde a sua instituição em 1866, não melhorou a vigilância pública (FORÇA PÚBLICA, 1869) e, portanto, não tem o porquê de existir.

Esse conceito acerca dos urbanos deve ter se confirmado a partir dos acontecimentos que geraram a expulsão do Guarda Urbano José de Albuquerque.

## CARTA 28

Nota de transcrição da carta 28/32, JA a D.P.II. [186-]h.  
 MI. Maço 147, Doc. 7122 [D18 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 37,5 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente e verso amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água com símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S e o escrito "A COWAN & SONS" da 1ª para a 4ª folhas. Folha 1: Consta no canto superior esquerdo um código escrito a lápis preto D 7122. No canto superior direito, entre a saudação **Senhor** e o início do texto, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto da carta. Na parte inferior, entre a segunda e a terceira linhas das saudações finais consta um carimbo com 2cm de diâmetro com símbolo de uma coroa e as iniciais P.O.B. no meio da carta. Na parte inferior entre a terceira linha da despedida e a assinatura, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Consta mancha do carimbo com símbolo de coroa e marcas da escrita da folha anterior. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o número 562/78.

Assunto: Recursos de graças aos reus na sexta feira santa.

Senhor

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Majestade Imperial os Recursos de Graça que me parecem nas circunstancias de merecerem a Augusta Clemencia no dia de Sexta Feira Santa<sup>88</sup>.

Nessa escolha derterminei-me já pela gravidade das penas, já pelas informações favoráveis que tem os réos.

Creio ter assim cumprido a ordem que Vossa Majestade Imperial dignou-se dar-me segunda feira.

Terão - se copias da correspondencia com o Presidente da Relação, que Vossa Majestade Imperial manifestou desejo de ver; e logo que estejam promptas cumprirei o dever de leva-las à Augusta Presença.

Tenho a honra de ser, Senhor

De Vossa Majestade Imperial

Súbdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar

<sup>88</sup> Conforme noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro**, de 24 de fevereiro de 1869 (RECURSOS DE GRAÇA-POR DECRETO, 1869), foram concedidos Recursos de Graça por Decreto de 18 de fevereiro de 1869 a várias pessoas. Conforme noticiado no jornal **Diario do Rio de Janeiro**, de 09 de fevereiro de 1869 o carnaval ocorria nessa data (CARNAVAL, 1869). Portanto, a sexta-feira Santa se deu no dia 12 de fevereiro de 1869. Como o Decreto de 18 de fevereiro concedeu Graça às

---

punições infligidas a vários cidadãos (RECURSOS DE GRAÇA-POR DECRETO, 1869), portanto, pode-se considerar que o assunto no corpo da carta se referia a essa concessão e que o Decreto foi publicado seis dias após a sexta-feira santa.

## CARTA 29

Nota de transcrição da carta 29/32, JA a D.P.II. [186-].  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D19 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 37,5 cm X 25 cm, folha sem pauta, frente e verso amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta na parte inferior marca d'água com símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S e o escrito "A COWAN & SONS" da 4ª para a 1ª folhas. Folha 1: na parte superior à esquerda consta um código escrito a lápis preto D 7122. No centro da carta entre a saudação **Senhor** e o início da carta consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto. Na parte central da esquerda para o centro, entre a segunda e a terceira linhas da despedida, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro com formato de coroa e as letras P.O.B. Entre a terceira linha da despedida e a assinatura consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito Museu Imperial Arquivo e a caneta o número 563/78. Abaixo do carimbo consta marca da palavra **Ferreira** da folha 1.  
Assunto: Reforma judiciaria posse e remoção de bacharel

Senhor

Tenho a honra de submeter a alta consideração de Vossa Majestade Imperial o esboço do projecto sobre reforma judiciaria e as primeiras folhas do relatório da repartição. Para não demorar deixei de corrigir as provas, cujos erros Vossa Majestade Imperial se dignará de relevar. Brevemente terei a honra de apresentar à Vossa Majestade Imperial o esboço da reforma policial e da guarda nacional<sup>89</sup>.

Usando da authorização que Vossa Majestade Imperial dignou-se dar-me, tenho a honra de propor à Vossa Majestade Imperial a designação do Bel. Guilherme Cordeiro de Araujo Cintra para Juiz de Direito de Palma em Goyas; a nomeação do Bel. Francisco Jose Cardoso Guimaraens para Juiz de Direito de Solimões no Amazonas; a nomeação do Bel. (SIC) Pereira de Lucena para Juiz de Direito de Teixeira na Parahyba; e a exoneração que solicitou o Chefe de Policia do Pará o Bel. Gervasio Campello Pires Ferreira<sup>90</sup>.

Tenho

Tenho a honra, senhor, de ser de Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar

<sup>89</sup> O assunto sobre o projeto de Reforma Judiciária foi tratado em várias cartas desse lote, dentre essas destacamos a Carta 05/32 (carta 05/32, JA a D.P.II14 maio 1869. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.09]), e noticiado em jornais, como no **Diario do**

---

**Rio de Janeiro**, de 16 de maio de 1869 (NOTICIARIO, 1869. p. 1) e na Carta 27/32 (carta 27/32, JA a D.P.II. [186-]g.MI. Maço 147, Doc. 7122 [D17 (P01 e P02)]).

<sup>90</sup> Para os casos em questão, pode-se considerar que houve uma peculiaridade em relação às posses e exonerações dadas aos Bacharéis e ao Delegado, tendo em vista que tais casos ficaram sob a alçada do Ministro José de Alencar, conforme relatado pelo mesmo no último parágrafo.

## CARTA 30

---

Nota de transcrição da carta 30/32, JA a D.P.II. [186-].

MI. Maço 147, Doc. 7122 [D20 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 37 cm X 24,5 folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água do fabricante do papel com símbolo de uma coroa e as iniciais AC&S e o escrito "A COWAN & SONS" da 4ª para a 1ª folha. Folha 1: Na parte superior a esquerda consta escrito a lápis preto o código D 7122. Na parte direita entre a saudação **Senhor** e o início do texto consta um carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto. No meio da folha, abaixo da assinatura, constam dois carimbos um ao lado do outro: um com 2 cm de diâmetro sobrepostos com o símbolo de uma coroa e outro carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Consta mancha da saudação e assinatura da folha anterior. Folha 4: em branco. Consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta azul o número 564/78.

Assunto: Remoção do Bel. Antonio Fernandes Trigo.

---

Senhor

Tenho a honra de Submeter a Assignatura de Vossa Majestade Imperial o decreto de remoção do Bel. Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, actual Juiz Municipal de Buique em Pernambuco, para o termo de Lençóis na Bahia<sup>91</sup>.

Este Bel. já foi experimentado em uma comissão da mesma natureza e desempenhou-a perfeitamente. O Snr Conde de Baependy o nomeou delegado de Aguas Bellas onde prestou importantes serviços. Tenho de sua intelligência, energia e critério as melhores informações<sup>92</sup>.

O decreto deve seguir amanhã pelo paquete inglês com a confidencial inclusa ao Presidente de Pernambuco, em cuja capital se acha actualmente o Bel. Trigo de Loureiro<sup>93</sup>.

Peço permissão a Vossa Majestade Imperial para apresentar o despacho amanhã alguns negócios urgentes.

De Vossa Majestade Imperial.

Súbdito fiel e dedicado

Jose Martiniano de Alencar

---

<sup>91</sup> O Decreto foi publicado no dia 08 de outubro de 1869, conforme noticiado no Jornal **Diario do Rio de Janeiro**, de 02 e 03 de novembro de 1869 (POR DECRETO DE 08, 1869).

<sup>92</sup> Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, (1812-1887), o Conde de Baependi exerceu vários cargos como o de Presidente de Província, Deputado e Senador. Nos



---

anos de 1868 e 1869 ocupava o cargo de Presidente da Província de Pernambuco (CONDE DE BAEPENDI, 20--?. Não paginado). Os elogios proferidos pelo Conde de Baependi, repetidos por José de Alencar na carta endereçada para D. Pedro II, foram motivados pela ação do Bacharel Antonio Fernandes Trigo de Loureiro no caso do assassinato do Alferes Iago Rodrigues Lins de Albuquerque, em Águas Belas, no distrito de Bonito, em agosto de 1868, quando passou a acumular os cargos de Juiz Municipal e de Delegado de Águas Belas, sendo esse último, por ocasião do referido crime (RELATÓRIO... 1869). Dois meses após assumir o caso o Delegado Loureiro havia efetuado várias prisões e em novembro instaurou o processo contra esses e outros capturados posteriormente.

<sup>93</sup> Tratando da análise sobre a transferência do Bacharel Trigo de Loureiro percebe-se que há uma influência significativa da parte do Conde de Baependi junto ao Ministro José de Alencar, principalmente quando este elenca os adjetivos que possuía o Bacharel, conforme consta descrito no segundo parágrafo desta carta (carta 30/32, JA a D.P.II. [186-]j.MI. Maço 147, Doc. 7122 [D20 (P.01 e P.02))). Mesmo constatando que o referido Bacharel foi elogiado no Relatório do Presidente Baependi (RELATÓRIO...1869), entendemos que houve uma interpelação desse que motivou os argumentos do Ministro da Justiça para com o Imperador a fim de acelerar a assinatura do Decreto de transferência para Lençóis.

Estas relações de poder foram discutidas em outras missivas desse lote, conforme consta na Carta 26/32 (carta 26/32, JA a D.P.II. [186-]f. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D16 (P.01 e P.02)]), pois eram relações basilares para o exercício do poder central e das localidades.

## CARTA 31

---

Nota de transcrição da carta 31/32, JA a D.P.II. [186-]k.  
MI. Maço 147, Doc. 7122 [D21 (P.01 e P.02)].

A dimensão do documento é de 37 cm X 24,5 folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água do fabricante do papel com símbolo de uma coroa e o escrito "A COWAN & SONS" da 1ª para a 4ª folha na parte superior do papel. Folha 1: no canto superior esquerdo consta escrito a lápis preto o código D.7122. Entre a saudação **Senhor** e o início do texto consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: continuação do texto. Abaixo da assinatura consta um carimbo com o símbolo de uma coroa com 2 cm de diâmetro com a sigla P.O.B. e logo abaixo outro carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco, com mancha do carimbo P.O.B. da folha anterior. Folha 4: em branco com um carimbo de 2 cm de diâmetro Museu Imperial Arquivo e escrito a caneta o número 565/78.

Assunto: Ocorrências em Pernambuco e Bahia.

---

Senhor

A respeito das ocorrências desagradáveis da Villa da Floresta em Pernambuco, ainda não recebi comunicações do Presidente daquela Provincia<sup>94</sup>.

Acho extranho que o Presidente as não remetesse ao Governo, ou que as tendo remetido ficassem desde hontem ate esta hora retidas no correio. Em qualquer dos casos o Governo providenciará para que se regularize esse serviço<sup>95</sup>.

O Chefe de Policia de Pernambuco em carta particular de 11 do corrente me communica que a Provincia ficava em paz, como V. Majestade Imperial pode ver do original incluso.

O Exmo Sr Barão de S. Lourenço, Presidente da Bahia á ultima hora em carta datada de 12 do corrente, me escreve que recebera naquelle momento officios de Pernambuco sobre as ocorrências de Taracatú, e ia dar as providencias necessarias<sup>96</sup>.

A respeito de Inhambupe na Bahia, creio que o officio incluso da Presidencia satisfará completamente a Vossa Majestade Imperial. As palavras da carta acima referida me tranquillisão: "sobre a Provincia nada ainda posso dizer, senão que ella pouco cuidado dará ao Governo Imperial<sup>97</sup>.

Logo que receba do correio os officios de Pernambuco, terei a honra de communizar a Vossa Majestade Imperial os próprios originaes e o mais que constar da minha correspondencia particular e que sirva para esclarecer o objecto<sup>98</sup>.

De Vossa Majestade Imperial

Súbdito fiel e reverente

José Martiniano de Alencar

---

<sup>94</sup> A região de onde pertence o atual Município de Floresta em Pernambuco foi ocupada por povos indígenas e durante boa parte da Colônia recebeu as primeiras missões Jesuíticas e de Monges Capuchinhos franceses. Ainda nesse período, no final do século XVIII, foi fundada uma fazenda de gado denominada Fazenda Grande, de propriedade do rendeiro da Casa da Torre, Capitão José Pereira Maciel (HISTÓRIA – FLORESTA, 20--?. Não paginado).

A construção de um oratório na propriedade fez com que atraísse a população crente da vizinhança formando-se um povoado e em 1802 o povoado foi elevado à categoria de Vila. Em 1864 passou à condição de Vila, sendo chamada de Vila da Floresta (HISTÓRIA – FLORESTA, 20--?. Não paginado).

As ocorrências desagradáveis a que se refere o Ministro José de Alencar tratam de um assassinato na cadeia pública da Vila da Floresta, Comarca de Tacaratú, do preso Antonio Mendes de Sá descrita no Relatório do Governo de Pernambuco (SEGURANÇA PÚBLICA, 1868). Conforme podemos cotejar da publicação do referido relatório, o preso Antonio Mendes de Sá foi assassinado na cela da cadeia e além dele o carcereiro também faleceu e outros presos foram libertados. Todos esses crimes foram praticados por três homens que invadiram o recinto com o fim de assassinar o preso Sá, que era, inclusive seu parente (SEGURANÇA PÚBLICA, 1868).

Ainda seguindo as informações do supracitado relatório, o crime contra o preso se deu por rixas familiares originadas pela tentativa de rapto de um parente de Sá a uma parenta destes. O raptor foi assassinado por outros membros da família, dentre eles estava Antonio de Sá Mendes. Esses crimes fizeram com que a família se dividisse em dois núcleos rivais (SEGURANÇA PÚBLICA, 1868).

O executivo da Província de Pernambuco foi ocupada por: Presidente Souza Leão (Barão de Vila Bela) passou a administração da Província ao Vice-Presidente Dr. Quintino José de Miranda em 23 de julho de 1868. Este por sua vez passou a administração para o Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha em 28 de julho. Em 23 de agosto de 1868, finalmente assumiu o Presidente Barão de Baependi que governou até 11 de abril de 1869 (RELATORIOS..., 1868).

---

<sup>95</sup> Do relato do remetente sobre, o atraso dos correios, percebe-se que mesmo se tratando de um lugar distante em relação à Corte não era costume que a correspondência demorasse mais de um dia para chegar às mãos do Ministro da Justiça.

Outro aspecto a se destacar nesse parágrafo é o fato de José de Alencar se autodenominar Governo. Tal questão é percebida no trecho “o Governo providenciará para que se regularize esse serviço”, deixando entender para D. Pedro II que o atraso não ocorrerá em outra oportunidade, pois o Governo, ou seja, ele, tomará providências .

<sup>96</sup> O Barão de S. Lourenço ocupou o cargo de Presidente da Província da Bahia entre agosto de 1868 e abril de 1869, entre outubro de 1869 a maio de 1870 e entre outubro de 1870 a abril de 1871 (NUNES, 20--?. Não paginado).

Conforme consta no Relatório do Presidente da Província de Pernambuco os assassinos do preso Antonio Mendes Sá fugiram para Bahia, onde foram capturados pelas forças policiais. Nesse sentido, entende-se por que o Presidente da Bahia se envolveu nas ações e nas correspondências emitidas ao Ministro José de Alencar.

<sup>97</sup> A atual cidade de Inhambupe na Bahia foi elevada à essa condição por Decreto, em 1896. Durante o período colonial era um território ocupado por povos indígenas. Posteriormente, a partir da segunda metade do século XVI, os Jesuítas fundaram alguns colégios na localidade. No ano de 1718, o povoado passou a pertencer à Freguesia de Água Fria e a ser referênciada pelo colégio dos jesuítas. Foi elevada à condição de Vila de Inhambupe em 1802 (HISTÓRIA INHAMBUPE, 20--?. Não paginado).

Conforme relatório do Presidente da Província e do Chefe de Polícia de Abril de 1869 o Município de Inhambupe foi palco de dois acontecimentos que mereceram destaque, um de crime contra a vida (SECRETARIA DA POLICIA, 1869) e outro de crime eleitoral (ESTADO POLÍTICO E ELEIÇÕES, 1869), ambos ocorreram no ano de 1868. O primeiro ocorreu em agosto de 1868 devido à morte de um recruta desertor da força policial, de nome José Martins, por resistência à prisão (SECRETARIA DA POLICIA, 1869). Houve um cerco policial em torno da propriedade de Manoel Cardoso de Araujo, pai do desertor, e confrontos corporais,

---

no que resultou na morte de José Martins (SECRETARIA DA POLICIA, 1869); o segundo foi o registro de duplicatas da Atas das eleições de setembro de 1868 (ESTADO POLÍTICO E ELEIÇÕES, 1869).

Pode-se considerar que ambos os casos, mesmo tendo destaque nos relatórios do Presidente da Província e do seu Delegado de Polícia, não deixaram de ser acontecimentos rotineiros quando se tratava de tais assuntos.

Mesmo considerando como um fato rotineiro, deve-se atentar para os casos sobre a presença da força policial do Estado, quando o assunto era de interesse desse. Nesse sentido nos reportamos às elucubrações do historiador Marcos Luiz Bretas, (Bretas, 1998), o qual trata a questão dessas forças policiais como “[...] a própria forma legal dada ao sistema policial das províncias que desloca o eixo da autoridade de um papel de manutenção da ordem e de repressão ao crime para incluí-la na rede de favores distribuídos pelo Estado, que teria como contrapartida um papel garantidor de um resultado positivo nas disputas eleitorais” (BRETAS, 1998, p.1).

<sup>98</sup> Pelo relato que consta nesta parte da missiva pode-se considerar que o caso da invasão da cadeia ainda não havia sido concluído.

## CARTA 32

Nota de transcrição da carta 32/32, JA a D.P.II. [186-].  
MI. Maço 149, Doc. 7198 [D02 (P.01 e P02)].

A dimensão do documento é de 27 cm X 22 cm, folha sem pauta, frente e verso, amarelado pelo tempo com marcas de dobraduras. Consta marca d'água do fabricante do papel BFK REXES da 1ª para a 4ª folha. Folha 1: consta um carimbo seco na parte superior esquerda escrito Gabinete do Ministro dos Negócios da Justiça. Acima do carimbo escrito a lápis preto o código D 7198 m 149. No canto superior direito consta escrito a lápis preto o número 1869. Entre a saudação **Senhor** e o início da carta consta um carimbo de 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 2: na parte superior direita consta marca do carimbo seco da folha 1. No final do terceiro parágrafo que se encerra com a palavra **estranguladas**, consta um carimbo com 2 cm de diâmetro e formato de coroa com as letras P.O.B. Ao lado da saudação **súbdito fiel e reverente** consta um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo. Folha 3: em branco. Na parte superior esquerda consta carimbo seco Gabinete do Ministro dos Negócios da Justiça. Folha 4: em branco. Consta na parte superior à direita marca do carimbo seco da folha 3. Consta na parte inferior à esquerda um carimbo com 2 cm de diâmetro escrito: Museu Imperial Arquivo e a caneta azul o número 957/78.

Assunto: Relato sobre a tranquilidade da cidade.

Senhor

Já tive a honra de escrever à Vossa Majestade Imperial comunicando que a cidade estava tranquilla e que nenhum ajuntamento houvera depois de tres horas da tarde.

Dizia-se que novo ajuntamento se projectava para 5 horas na Praça da Constituição; porem nada houve.

As oito horas estive na Policia, e ouvi que reinava perfeita tranquillidade. Informei-me novamente do facto do urbano que acutilara um estudante; nada consta. O que há de exato é terem os estudantes assaltado os urbanos postados nas ruas como sentinellas, foi preciso tira-las das mãos, do contrário seriam estrangulados<sup>99</sup>.

Amanha terei a honra de communicar pelo telegrapho à vossa Majestade Imperial de hora em hora o que for occorrendo<sup>100</sup>.

Rogo à Vossa Majestade Imperial me desculpe o papel em que escrevo, pois a esta hora [10<sup>1/2</sup>] e na Tijuca onde acabo de chegar, não tenho outro<sup>101</sup>.

Com o mais profundo respeito e acatamento, Senhor,

De Vossa Majestade Imperial

Subdito fiel e reverente

Jose Martiniano de Alencar

<sup>99</sup> Esta missiva dá mais alguns dados acerca das ocorrências entre os estudantes dos colégios Pedro II e Central juntamente com os estudantes da Faculdade de Medicina contra os guardas urbanos conforme tratado em outras cartas desse lote,

---

dentre essas a carta 16/32 (carta 16/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869a. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.04 (P.01 P.02)]).

<sup>100</sup> Percebe-se por este parágrafo que havia outras formas de comunicação entre o Ministro e o Imperador, principalmente quando se tratava de caso contendo tamanha gravidade.

<sup>101</sup> Nessa missiva encontramos uma particularidade em relação às demais, pois o remetente se desculpa pelo uso de um papel timbrado para emprego de assuntos oficiais do Ministério da Justiça. Tal postura demonstra que o remetente não considerou assunto oficial a ponto de demandar a utilização de um papel com essas características.

## CONCLUSÃO

Chegado o momento da Conclusão, porém, não sem antes elaborar algumas considerações pelo caminho da escrita. A pesquisa teve seu início a partir da descoberta de que o autor de **Iracema** havia produzido textos e obras sobre a conjuntura política do Império. Tais textos podem ser encontrados, dentre outros, em **O Sistema representativo e Reforma eleitoral**, obras que, segundo o sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos (1991), alcançaram elucubrações metafísicas no nível dos grandes publicistas.

A partir desses dados foi possível constatar que José de Alencar além de ter sido um dos cânones da literatura romântica foi um político que ocupou cargos eletivos e do alto escalão do Império, como o de Ministro da Justiça; e, como político e literato escreveu cartas para diversas personagens do seu convívio sociofamiliar, do Brasil e do exterior.

Na busca por desvendar as suas origens como literato e político, a pesquisa intentou por uma breve investigação bibliográfica da família Alencar. Em **Dois Alencares: dois políticos, um literato** pôde-se certificar que os ancestrais do literato tinham na política mais que uma atividade, um signo familiar que atravessou gerações e essa característica foi muito marcante no pai do literato, José Martiniano.

Estas e outras questões deram a possibilidade de se construir uma incipiente consideração sobre as características do autor de **Senhora**, ou seja, um literato que escreveu, pensou e atuou como político, na mesma medida em que foi um político que atuou, pensou e escreveu como literato, por herança familiar e pelas circunstâncias da sua vida.

A partir de então a pesquisa passou a investigar quais das ideias predominantes do século XIX mais influenciaram José de Alencar. Do literato político prevaleceu o Romantismo. Graças ao respaldo bibliográfico utilizado nesta seção, foi possível reconhecer que obras como, **Iracema**, **O Guarani** e **Senhora** trataram, direta ou indiretamente, de temas como o funcionamento do sistema político partidário, dos costumes sociais, da ganância e da posição social da mulher.

De um modo geral estes temas se adequavam ao Romantismo do final dos oitocentos ao adotar como um dos pontos cardeais o viés crítico da sociedade. Consideração esta que confirmou os estudos precedentes.



Do Alencar político literato prevaleceu o Liberal. Esta predominância do Liberalismo foi possível compreender por sua defesa das minorias. Esta defesa foi proferida pelos discursos na Câmara dos Deputados como na sua escrita, fosse para os jornais, ou nos livros publicados. Tal defesa, próprio dos Conservadores, se embasava numa melhor distribuição do poder dentre os que detinham a cidadania, ao invés de agregar forças políticas que eram alijadas do processo eleitoral e do poder político, como o próprio Romantismo oitocentista defendia.

Traçando um paralelo entre a história das ideias na Europa e no Brasil oitocentista percebe-se que o Romantismo e o Liberalismo eram correntes predominantes. E, com isso, foi possível discutir em **Liberalismo e Romantismo: uma questão de complexidade intertextual** que ambas as concepções foram adaptadas à realidade social e política, ou conforme os interesses dos grupos dominantes fossem na Europa, ou no Brasil.

Sendo assim, o Romantismo e o Liberalismo Conservador foram ideias que apareceram nos escritos e nas considerações Alencarianas, assim como ocorreu nas sociedades complexas da Europa e do Brasil.

Para chegar a essas considerações recorreu-se a duas matrizes teóricas, as concepções de **Entre-lugar** e a teoria da **Análise Comparativa**. Estas teorias permitiram identificar aspectos do indivíduo José de Alencar, mas, também, de parte da sociedade a qual esse ator estava inserido.

Tratando do objeto da pesquisa, as 32 cartas que foram endereçadas pelo Ministro José de Alencar ao Imperador D. Pedro II possibilitaram algumas considerações, a partir da análise física dos documentos, da aplicação da Crítica Geneticista, da transcrição dos textos das cartas e da elaboração da Edição comentada das fontes.

A análise física das missivas teve como objetivo identificar, suas marcas, estado de preservação, anotações do autor ou dos arquivos, bem como a origem dos papéis utilizados. Desses dados, destacamos os papéis utilizados para a escrita das cartas. Destes, predominavam dois fabricantes, *JOYNSON 1869* e *A COWAN & SONS*, que foram identificados por marca d'água. Porém, a carta 32/32 (carta 32/32 JA a D.P.II. [186-]l. MI. Maço 149, Doc. 7198 [D02 (P.01 e P02)]) se diferenciou das demais por dois aspectos, pelo seu fabricante, *BFK REXES*; e por constar um carimbo seco na parte superior esquerda escrito Gabinete do Ministro dos Negócios da Justiça. Carimbo este que levou o remetente a se justificar com o Imperador com

um pedido de desculpas por estar utilizando um papel com o timbre do Ministério. O assunto tratado na carta relatava sobre a tranquilidade das ruas da corte após dois dias de ocorrências com os estudantes.

O fato do Ministro José de Alencar se desculpar pelo uso do papel com o carimbo do Ministério é bastante significativo, pois mesmo em se tratando de um assunto de governo, ele demonstrou que um papel com este timbre não era apropriado para tal fim. Por isso, entendemos que o remetente era criterioso, inclusive, para a escolha do papel a ser utilizado para a escrita de uma missiva.

Sobre a transcrição *Ipsis Litteris* do texto das 32 cartas ocorreram algumas particularidades. Sendo a primeira, o processo de adaptação à escrita Alencariana. Apesar de ser algo muito comum para pesquisadores que lidam com fontes primárias, no caso das cartas, a adaptação à escrita de José de Alencar demandou um tempo devido a serem manuscritos com o uso de tinteiro, uma grafia cursiva e por conterem palavras e normas ortográficas em desuso nos nossos dias. Questões que foram resolvidas comparando com outras cartas.

No que concerne ao conteúdo, as 32 cartas apresentaram uma característica uniforme, são correspondências que têm textos condensados que se reportam diretamente ao assunto. No que as difere tem-se, que deste montante 20 epístolas encontram-se datadas.

Pelas 20 missivas datadas foi possível identificar algumas questões pertinentes. Percebe-se que essas missivas eram recebidas pelo Imperador no mesmo dia em que foram escritas. Tal constatação foi possível pela leitura de outras fontes, como documentos oficiais ou jornais que noticiavam alguns dos assuntos que eram tratados nas epístolas, ou porque os assuntos destas cartas constavam noticiados nos jornais.

Numa das cartas não datada, a carta 31/32 (carta 31/32, JA a D.P.II. [186-]k. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D21 (P.01 e P.02)]), traz um comentário do Ministro José de Alencar que comprova a eficiência da comunicação no Império, pois o mesmo estranha o fato de não ter chegado em mãos uma outra carta remetida no dia anterior pelo Presidente da Província de Pernambuco.

Sobre a frequência do envio das cartas foi possível detectar que o sábado e o domingo foram os dias de maior número de cartas remetidas, somando cinco correspondências para cada dia; seguidos pela segunda-feira, com quatro e na

terça-feira, quinta-feira e sexta-feira com duas missivas para cada dia; desse lote não foi encontrada nenhuma correspondência enviada na quarta-feira.

Finalmente, para a análise das cartas pelas edições de fontes comentadas foram escolhidos trechos considerados importantes, seja pelo assunto tratado ou para melhor compreender o que estava sendo narrado. De um modo geral, todos os temas considerados relevantes para o trabalho foram passíveis de comentários.

Mesmo tratando de correspondências as quais os assuntos eram sobre acontecimentos ligados ao cotidiano do governo Imperial, em algumas destas epístolas foi possível perceber a presença do literato político. Numa destas, na Carta 03/32 (carta 03/32, JA a D.P.II. 18 set. 1868. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D.03]) percebe-se a presença de sentimentalismo e de um nacionalismo a ser concretizado, algo próprio do Romantismo.

Outra presença do remetente nas missivas é percebida pela sua adesão política, como na carta 12/32 (carta 12/32, JA a D.P.II. 09 out. 1869. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D01]), pois prevendo o parecer de concessão ao pedido de Graça do Liberal Antonio Caetano de Almeida Bahia, José de Alencar chegou a se valer do asteísmo para lembrar o quão rápido foi a tramitação do pedido até chegar às mãos do Imperador.

Por vezes, Alencar foi imperativo quando indicava a melhor data para D. Pedro II assinar um decreto, conforme consta na carta 13/32 (carta 13/32, JA a D.P.II. 23 out. 1869. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D02 (P.01 e P.02)]), ou quando necessitava manter o seu nome preservado dos adjetivos pejorativos, por exemplo, o Ministro Alencar se defendeu das críticas, assim como o literato se defendia contra os críticos dos seus romances. A ação defensiva do Ministro é constatada na carta 17/362(17/32, JA a D.P.II. 28 nov. 1869b. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D.15 (P.01 e P.02)]) que foi uma das missivas a qual tratou da revolta dos estudantes na corte.

Esta sequência de cinco cartas demonstrou, também, o lado do conservadorismo político de José de Alencar, pois ao lidar com a turba de estudantes o mesmo preferiu caracterizá-la como um grupo de desordeiros, à uma mera atitude juvenil de estudantes, como consta na carta 20/32 (carta 20/32, JA a D.P.II. 29 de Nov. 1869c. MI. Maço 147, Doc. 7122 [D07 (P.01 e P.02)]). O Ministro se valeu, inclusive, do uso da força policial tecendo comentários elogiosos sobre as ações deste aparato, por manter a ordem. Algo caro para os adeptos do conservadorismo político.

No trato com D. Pedro II José de Alencar demonstrou deferência em todas as 32 cartas, às vezes parecendo que estava escrevendo para uma pessoa com idade muito mais avançada que a dele. O que não era o caso, pois o Imperador era apenas quatro anos mais velho.

Portanto, as edições de fonte, auxiliadas pela análise comparativa de fontes documentais e bibliográficas nos levou a dois caminhos. O primeiro que buscou retratar os posicionamentos ideológicos de José de Alencar, como um membro da elite letrada que não destoou dos seus pares e nem da elite como um todo, pois, adotou um Liberalismo Conservador e um Romantismo adequando-os à realidade social local.

O outro caminho foi o que buscou, nas entrelinhas ou no intertexto das missivas, personagens, ocorrências e análises sobre o período em que as missivas foram escritas. Nesse sentido, os demais documentos e as fontes bibliográficas utilizadas conduziram a pesquisa para a descoberta de contextos que estavam, ou não, ligados ao assunto das missivas.

Sendo assim, chegamos a uma primeira conclusão. As missivas são documentos que possuem condições especiais de análise do passado por ser possível retratar esse tempo como se estivesse no presente, como se as cartas fossem escritas por um contemporâneo, portanto, são fontes documentais que sobrepõem à noção de tempo e espaço.

Por isso estas leituras funcionaram como uma foto que captura o momento exato do acontecimento e o deixa ali congelado. E, para se obter a sequência da imagem ou do fato faz-se necessário outras cartas e fontes. Questão que poderá ser abordada nas demais missivas do acervo de José de Alencar que não foram analisadas neste trabalho, mas que poderão ser cotejados numa pesquisa maior; do súdito, do fiel e do (ir)reverente.

## REFERÊNCIAS

A EX DIREÇÃO DO BANCO DA BAHIA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p.1, edição 306, colunas 3 e 4 03 nov. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=Dr.%20Doria](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=Dr.%20Doria). Acesso em: 15 nov. 2017.

A POSSE DO SR. GALVÃO. **Jornal A Regeneração**. Santa Catarina: p. 2, edição 122, coluna 3, 13 nov. 1869.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709603&pasta=ano%20186&pesq=>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ALENCAR, José de. **Ao Marquês de Olinda**. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro e Comp., 1866.

ALENCAR, José de. [carta] 21 jul.1868, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 09 set.1868, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 18 set.1868, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 28 set.1868, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 14 maio.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 20 jun.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 04 jul.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 11 jul.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 17 jul.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 20 jul.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

ALENCAR, José de [carta] 18 set.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 09 out.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 23 out.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 28 out.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 20 nov.1869, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 28 nov.1869a, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] 28 nov.1869b, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] 29 nov.1869a, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] 29 nov.1869b, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] 29 nov.1869c, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]a, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]b, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]c, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]d, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]e, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]f, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

ALENCAR, José de [carta] [186-]g, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]h, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]i, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]j, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]k, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ [carta] [186-]l, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 2f.

\_\_\_\_\_ **Como e por que sou romancista.** 1ª Edição, Rio de Janeiro; Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

\_\_\_\_\_. **Iracema.** 24 ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Senhora.** Coleção Livros O Globo. O Globo/Klick Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lucíola.** 12ª ed., São Paulo: Ática, 1988. (Bom Livro).

\_\_\_\_\_. **Reforma eleitoral:** Discursos na Câmara dos deputados. 1874.

\_\_\_\_\_. **O guarani.** 20ª ed. , São Paulo: Ática, 1996.

Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000135.pdf>. Acesso em: 21 fev, 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A revolução pernambucana de 1817.** [S.l]:Editora Ática,1995.

Disponível em:

[http://www.historiadobrasil.net/resumos/revolucao\\_pernambucana.htm](http://www.historiadobrasil.net/resumos/revolucao_pernambucana.htm)>. Acesso em 14 out. 2017.

ANUNCIOS AO PÚBLICO. **O despertador**. Santa Catarina: p. 4, edição 641 Coluna 4, 16 mar. 1869.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709581&pasta=ano%20186&pesq=cambri%C3%BA>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ARAUJO, Cassia Aparecida Braz. **Do intertexto literário, ao diálogo interdisciplinar entre Cidade do sonho e da melancolia, de Gilberto de Alencar, Boca de chafariz, de Rui Mourão e a história de Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado em Letras, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

AO CORRER DA PENA. **Revistas Hebdomadarias**. Paris: Typographia Garnier Irmãos. 1899.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>.

Acesso em: 05 nov. 2017.

A S EX. O SR. MINISTRO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 176, coluna 2, 26 jun. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 26 dez. 2017.

ATENÇÃO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 285, coluna 4, 14 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 22 jan. 2018.

**AUTOGRAFO**. Senado Federal. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

[www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/autografo](http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/autografo). Acesso em: 27 dez. 2017.

BAHIA – SÃO SALVADOR. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 6, edição 117, coluna 2, 27 abr. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=Dr.%20Doria](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=Dr.%20Doria). Acesso em: 10 jan. 2018.



BAHIA – 13 DE SETEMBRO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 261, colunas,2,3,4 e 5, 19 de set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 04 jan. 2018.

BARÃO DO RIO BRANCO. Biografia. [S.l., s.n., 20--?].

Disponível em:

<http://www.academia.org.br/academicos/barao-do-rio-branco-jose-maria-da-silva-paranhos/biografia>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BARROS, José D' Assunção. Fontes históricas: revistando alguns aspectos primordiais para a pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, mai/ago 2012.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudo de sociologia do desvio. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008.

BEZERRA Valeria Cristina. **A recepção crítica de José de Alencar**: a avaliação de seus romances e a representação de seus leitores. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

BIOGRAFIA. Academia Brasileira de Letras. [S.l., s.n., 20--?].

Disponível em:

<http://www.academia.org.br/academicos/franklin-doria-barao-de-loreto/biografia>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BIOGRAFIA FRANCISCO OTAVIANO. Academia Brasileira de Letras. [S.l., s.n., 20--?].

Disponível em:

<http://www.academia.org.br/academicos/francisco-otaviano/biografia>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BOBBIO, Norberto. LIBERALISMO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOECHAT, Maria Cecília. **Paraísos artificiais**: o Romantismo de José de Alencar e sua recepção crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG/FALE UFMG, 2003.

BOLETIM ELEITORAL. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 248, coluna 2, 10 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 mar. 2018.

BOLETIM ELEITORAL FREGUEZIA DO SACRAMENTO. **Diário do Povo**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 211, colunas 3 e 4, 09 set. 1868.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367737&PagFis=1064&Pesq=>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BOSI, Alfredo. **A escravidão entre dois Liberalismos**. Estudos Avançado V.2 n.3, *versão On-line* ISSN 1806-9592. São Paulo, 1988.

BRASIL. **Decreto N° 3598, de 27 de janeiro de 1866**. Reorganiza a força policial da Corte, dividindo-a em dois Corpos, um militar e outro civil. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866, Vol. 1 pt. 2, p. 45.

Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3598-27-janeiro-1866-554213-publicacaooriginal-72693-pe.html>. Acesso em: 28 Dez. 2017.

BRASIL. **Lei n° 261, de 3 de dezembro de 1841**. Reformando o código do processo criminal. Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, Dezembro de 1841.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm). Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL, MINISTRO DA JUSTIÇA. **Relatório do Ministro da Justiça**. Rio de Janeiro: Typ. Progresso, 1854.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1845/000001.html>. Acesso em: 21 jan. 2018.

BRETAS, Marcos Luiz. **A política carioca no Império**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n°. 22, 1998.

BYLAARDT, Cid Ottoni. **Intenção e recepção na obra de José de Alencar**. Revista Scripta, Belo Horizonte, Vol. 11, n° 20, 2007.

CABRAL, Flavio José Gomes. **A República de Pernambuco**. Revista de História, 2007.

Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/wp-content/uploads/2017/02/A-Rep%C3%BAblica-de-Pernambuco-Revista-de-Hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CABRAL, João Francisco Pereira. **Hobbes e o estado de natureza**: [S.l., s.n., 20--?].

Disponível em:

<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/hobbes-estado-natureza.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais, 1833, t.1, p.61, 1ª col. 2008.

Disponível em:

[http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose\\_alencar\\_pai.html](http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html). Acesso em: 06 out. 2017.

CAMILO, Wagner. **Mito e história em Iracema**: a recepção crítica mais recente. Novos Estudos, nº78, 2007.

CAMPELO, André Emmanuel Batista Barreto. **Direito constitucional tributário no império do Brasil**. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

[www.agu.gov.br/page/download/index/id/9200683](http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/9200683). Acesso em: 28 dez. 2017.

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas /FFLCH, 2002.

CARNAVAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 040, coluna 4, 09 fev. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=24047&Pesq=Recursos%20de%20gra%C3%A7a](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24047&Pesq=Recursos%20de%20gra%C3%A7a). Acesso em: 11 abr. 2018.

CHAPA LIBERAL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 257, coluna 07, 12 dez. 1860.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 22 jan. 2018.

CRIMES CONTRA A FORTUNA PUBLICA. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 2 e p. 3, edição 138, 20 maio, 1869.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro -1822-1930. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO de 1868, Tomo XXXI, Parte II, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

Acesso em: 14 abr. 2018.

**CONDE DE BAEPENDI**. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1521>. acesso em: 13

abr. 2018.

CORPO LEGISLATIVO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 288, coluna 04, 21 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=24141&Pesq=antonio%20caetano%20de%20almeida%20bahia](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24141&Pesq=antonio%20caetano%20de%20almeida%20bahia). Acesso em: 22 jan. 2018.

CORRESPONDENCIA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 0038, coluna 7, 7 fev. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=barao%20cavalchini](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=barao%20cavalchini). Acesso em: 15 mar. 2018.

COUTINHO Candido de Azeredo. **Estudos sobre a circulação metálica no Brasil e a criação da Casa da Moeda até o ano de 1869**. Rio de Janeiro, Casa da Moeda, 1903.

CURY, Maria Zilda. Intelectuais em cena. In: CURY, Maria Zilda; WALTY, Ivete Lara Camargos (Orgs). **Intelectuais e vidas públicas: migrações e mediações**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2008.

D. PEDRO IV. [20--?].

Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/pedro4.html>.

Acesso em: 16 fev. 2018.

17ª SESSÃO. Jornal **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 190, colunas 5,6 e 7, 12 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=0&Pesq=roubo%20no%20banco%20da%20bahia](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=0&Pesq=roubo%20no%20banco%20da%20bahia). Acesso em: 27 dez. 2017.

DIARIO DO POVO. Jornal **Diario do Povo**. Rio de Janeiro: p.1, edição 217, coluna 4, 16 set. 1868.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367737&PagFis=0&Pesq=>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ELEIÇÃO DO SACRAMENTO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 250, coluna 3, 8 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 21 mar. 2018.

ELEIÇÕES EM SANTA CATARINA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 119, colunas 2 e 3, 30 abr. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 26 nov. 2017.

ELEIÇÕES MUNICIPAES. **Diario do Povo**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 214, coluna 2 e 3, 12 set. 1868.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367737&pesq=>. Acesso em: 29 mar. 2018.

ESTADO POLÍTICO E ELEIÇÕES 1869. **Relatorio** apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo Exmo Barão de São Lourenço, abr. 1869, primeira parte.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/137/000006.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ESTUDANTES DE PREPARATÓRIOS. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 328, coluna 1, 28 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 21 fev. 2018.

ESTUDO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 4, edição 204, colunas 6, 7 e 8, 24 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=16530&](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=16530&).

Acesso em: 29 nov. 2017.

EPISÓDIOS DO PROCESSO. **Jornal Diario do Povo**. Rio de Janeiro, p. 3, edição 289, coluna 2, 9 dez. 1868.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367737&PagFis=1381&Pesq=Pedro%20moniz>. Acesso em: 02 abr. 2018.

EXAMES DE PREPARATORIOS. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, p. 1 e p. 2, edição 331, coluna 8 e coluna 1, 29 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=16530&](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=16530&).

Acesso em: 19 fev. 2018.

FARIA, João Roberto. **José de Alencar e o teatro**. São Paulo: editora Perspectiva; 1987.

FARIA, Vanessa Silva. **Eleições no Império**: considerações sobre representação política no segundo reinado , 2013.

Disponível em:

[http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3889/ok%20eleicoes\\_imperio\\_consideracoes\\_faria.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3889/ok%20eleicoes_imperio_consideracoes_faria.pdf?sequence=1). Acesso em: 03 fev 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** . SãoPaulo: Edusp/FDE,1999.

FERRAZ, Sergio Eduardo. **A dinâmica política do Império**: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889), Rev. Soc. Pol., n. 62, 2017.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n62/0104-4478-rsocp-25-62-0063.pdf>. Aceso em: 04 fev. 2018.

FERIMENTOS. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 330, coluna 2, 30 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=exames%20de%20preparatorio](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=exames%20de%20preparatorio). Acesso em: 20 mar. 2018.

FORÇA PÚBLICA **Diario do Povo**. Rio de Janeiro: p.2, edição 144, coluna 1, 26 maio. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=24404&Pesq=relat%C3%B3rio%20do%20ministerio%20da%20justi%C3%A7a](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24404&Pesq=relat%C3%B3rio%20do%20ministerio%20da%20justi%C3%A7a). Acesso em: 13 abr. 2018.

**FRANCISCO SALES DE TORRES HOMEM**. [S. l.: s. n. , 20--?]

Disponível em:

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FSTHomem.html>. Acesso em: 18 jan. 2018

FRAZÃO, Diva. **ALEXIS DE TOCQUEVILLE**: pensador, político e estadista francês. [S.l.: s.n, 20--]

Disponível em:

[https://www.ebiografia.com/alexis\\_de\\_tocqueville/](https://www.ebiografia.com/alexis_de_tocqueville/). Acesso em: 28 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **JOHN STUART MILL**. [S.l., s.n., 20--?].

Disponível em:

[https://www.ebiografia.com/john\\_stuart\\_mill/](https://www.ebiografia.com/john_stuart_mill/). acesso em: 15 abr. 2018.

FREGUEZIA DO SACRAMENTO. **Diario do Povo**. Rio de Janeiro: p.2, edição 210, coluna 2, 08 set. 1868.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367737&pesq=>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GAZETILHA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p.1, edição 0025, coluna 2, 25 jan. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=13051&Pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=13051&Pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho). Acesso em: 07 abr. 2018.

GAZETILHA - PRISÕES. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 167, coluna 4, 17 jun. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 26 dez. 2017.

GOUVÊA, Viviane. **Confederação do Equador**. [S.l.: s.n., 20--?].

Disponível em:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1189&sid=112>. Acesso em: 06 out. 2017.

HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. **O FEDERALISTA**. Rio de Janeiro: TYP, UIP. II CONST. DE I, VILLENEUVE n COMP, 1840.

Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17661#>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HISTORIA. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

[cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lencois/historico](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lencois/historico). Acesso em 18 de dez. 2017.

HISTORIA-CACHOERIA. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/historico>. Acesso em: 10 abr. 2018.

HISTÓRIA – FLORESTA. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/floresta/historico>. Acesso em: 14 abr. 2018.

HISTÓRIA – FORMAÇÃO. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/camboriu/historico>. Acesso em 14/11/2017

HISTÓRIA – JAGUARÃO. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/historico>. Acesso em 14 nov. 2017.

HISTÓRIA-INHAMPUBE. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/inhambupe/historico>. Acesso em :14 abr. 2018.

HISTÓRIA-TAUBATÉ. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taubate/historico>. Acesso em: 11 abr. 2018.

HISTORICO. [S. l.:s. n., c2017]

Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>. Acesso em 23 dez. 2017.

HOLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



ILHA DO GOVERNADOR. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 249, coluna 4, 11 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 28 mar. 2018.

IMPrensa DAS PROVINCIAS. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.2, edição 257, colunas 3, 4, 5, 6 e 7, 19 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 14 nov. 2017.

INTERIOR. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. p.2, edição 337, coluna 3, 23 dez. 1867.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em 07 dez. 2017.

JESUS, Ronaldo P. **Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na corte (1870-1889)**. Ed. Novas Edições Academicas, Brasil, 2016.

JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, [S. l.: s. n. 20--?].

Disponível em:

<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jmauriciowanderley.html>. Acesso em: 18 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 04. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 184, 04 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 09. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 251, 9 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 09 DE. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 280, 9 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 11. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p. 1, edição 191, 11 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 14. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p. 1, edição 133, 14 maio 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 17. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p.1, edição 167, coluna 1, 17 jun. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 04 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 17 DE. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p. 1, edição 197, 17 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 18. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p. 1, edição 260, 18 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 18 DE. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p. 1, edição 259, 18 set. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 20 DE. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro: p. 1, edição 170, 20 jun. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 20. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 200, 20 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 20 NOV. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 322, 20 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 21. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 202, 21 jul. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 23. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 294, 23 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 28. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 270, 28 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=), acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 28 DE. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 299, 28 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 28 DE NOV. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 330, 28 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 28 DE NOVEM. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 330, 28 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 29. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 331, 29 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 29 DE. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 331, 29 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO 29 DE NOV. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 331, 29 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto**. São Paulo, Cia das Letras, 7ª Edição, 2012.

LEGISLAÇÃO CIVIL. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 144, 26 maio 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 30 jan. 2018.

LIMA, Rafael Lucas de. **John Stuart Mill** e o cultivo da individualidade. Natal: EDUFRN, 2017.

MARINHO, José Antônio. **História da Revolução Liberal de 1842** - Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015.

MARQUES, José Oscar de Almeida. **Jean Jacques Rousseau**: carta a Christophe e Beaumont e outros escritos sobre religião e moral. [20--?]

Disponível em:

<https://www.unicamp.br/~jmarques/trad/beaumont.html>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Ed. Hucitec. São Paulo, 1987.

MELLO, Maria Lúcia Horta Ludolf; MENDONÇA, Lúcia Maria Velloso de Oliveira Rebello. **O arquivo histórico e institucional** da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

MENDES, Moema Rodrigues Brandão. A importância dos arquivos para a crítica Genética: um pouco de história e de manuscritos. **VENLETRARTE 10 anos**, Campos dos Goytacazes, RJ. 2011.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 252, coluna 2, 10 set. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=14286&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=14286&Pesq=). Acesso em: 24 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - POR DECRETO, 1869. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 020, coluna 1, 20 jan. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=23911&Pesq=camara%20dos%20deputados](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=23911&Pesq=camara%20dos%20deputados). Acesso em: 07 abr. 2018

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-POR ENGANO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. p. 1, edição 170, coluna 2, 21 jun. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 14 nov. 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA- RIO DE JANEIRO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. p. 1, edição 239, coluna 4, 30 ago. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=23256&Pesq=taubat%C3%A9](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=23256&Pesq=taubat%C3%A9). Acesso em: 11 abr. 2018.

MIRANDA, Wander Mello; SOUZA Eneida Maria de. **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MOLINA, Matías Martinez. **Histórias dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)**. Rio de Janeiro, Cia das Letras, Vol. 1, 2015.  
NASCIMENTO. Ellen Elsie Silva. Romance necessário: **estética e intenção do romance epistolar em *La nouvelle Héloïse de Rousseau***. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo – USP, SP. 2012.

**NITHEROY**, Revista Brasiliense. Ciências, Letras e Artes. Tomo primeiro, nº 2, Paris, Dauvikt et Fontaine, libralres; 1836.

NETTO, Rodrigo de Sá. **O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça: 1821-1891**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, cadernos Mapa, nº2, 2011.

NOBREGA, Savyo. Família Imperial brasileira: 1817-2010.

Disponível em:

[http://www.dsc.ufcg.edu.br/~pet/jornal/setembro2010/materias/o\\_brasil.html](http://www.dsc.ufcg.edu.br/~pet/jornal/setembro2010/materias/o_brasil.html). Acesso em 11 de nov. 2017.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. 3ª Ed. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

NO DIARIO DA BAHIA. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 075, coluna 3, 17 mar. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq). Acesso em: 10 jan. 2018.

NOTICIARIO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 134, coluna 1, 16 maio, 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 07 jan. 2018.

NOTICIARIO-ESTUDANTES DE PREPARATÓRIOS. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 338, coluna 6, 08 dez. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=) Acesso em: 20 mar. 2018.

NOTICIARIO – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 120, coluna 1, 2 maio, 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 06 jan. 2018.

NOTICIARIO - MINISTRO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 201, coluna 4, 23 jul. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 14 dez. 2017.

NOTICIAS OFFICIAES. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 327, coluna 1, 30 nov. 1863.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho). Acesso em: 07 abr. 2018.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Presidentes e vice-presidentes que administraram a província da Bahia**. [S. l.: s.n., 20--?]

Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/2\\_Pombalino/presidentes\\_provincia\\_bahia\\_periodo\\_imperial.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/2_Pombalino/presidentes_provincia_bahia_periodo_imperial.htm). Acesso em: 12 de dez. de 2017.

O ATHLETA. **O Athleta**. Rio de Janeiro: p.1, edição 1, coluna 1, 7 abr. 1856.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758728&pesq=>. Acesso em: 21 jan. 2018.

O SR. COSTA. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 276, coluna 4, 4 out. 1867.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=13051&Pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=13051&Pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho). Acesso em: 07 abr. 2018.

O BANCO DA BAHIA. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.2, edição 310, coluna, 1, 29 dez. 1866.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=Dr%20Dorias](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Dr%20Dorias). Acesso em: 07 dez. 2017.

80ª SESSÃO. **Jornal Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 267, colunas 3 e 4, 30 set. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 19 jan. 1869.

O JUIZ MUNICIPAL DE SANTOS. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 135, coluna 6, 16 maio, 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=) . Acesso em: 04 jan. 2018

O NOVO JUIZ MUNICIPAL DE SANTOS. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 3, edição 126, coluna 5, 07 maio, 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=) . Acesso em: 04 jan. 2018.

**O PORTAL DA HISTÓRIA:** Reis, rainhas e presidentes de Portugal [S.l.: s.n., 20--?].

Disponível em:

<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/temashistoria/joao6.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

PATROCÍNIO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 3, edição 352, coluna 4, 19 dez. 1867.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=12691&Pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=12691&Pesq=jo%C3%A3o%20nunes%20ramalho). Acesso em: 07 abr. 2018.

PARTE OFICIAL – SEGURANÇA PÚBLICA. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 138, coluna 6, 20 de maio de 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 04 jan. 2018.

PEDRO DE ARAUJO. [S. l.: s. n., 20--?]

Disponível em:

<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2016/10/30/pedro-de-araujo-lima-o-marques-de-olinda/>. Acesso em: 09 abr. 2018.



PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Guarda urbana**. [S.l.: s.n., 2016]

Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/321-guarda-urbana>. Acesso em: 28 dez. 2017.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Intendente**/ intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil (1822-1832), 2015.

Disponível em:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/368-intendente-intendencia-geral-de-policia-da-corte-e-estado-do-brasil-1822-1832>. Acesso em: 20 dez. 2017.

**PENA DE GALÉS**. [S. l.: s. n., 2018]

Disponível em:

[http://www.tjmg.ius.br/portal-tjmg/noticias/pena-de-gales-do-seculo-19-e-tema-de-exposicao.htm#.W1Cu\\_9VKi1s](http://www.tjmg.ius.br/portal-tjmg/noticias/pena-de-gales-do-seculo-19-e-tema-de-exposicao.htm#.W1Cu_9VKi1s). Acesso em 08 jun. 2018.

PINTO, Tadeu dos Santos. **Revolução Francesa**.

Disponível em:

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/calendario-revolucionario-frances.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PLANALDO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 1841

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm). Acesso em: 11 dez. 2017.

POR DECRETOS. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 283, coluna 2, 16 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=24707&Pesq=Antonio%20Caetano%20de%20Almeida%20Bahia](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24707&Pesq=Antonio%20Caetano%20de%20Almeida%20Bahia). Acesso em: 22 jan. 2018.

POR DECRETOS DE 15 DO CORRENTE. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, coluna 4, 19 fev. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=Eduardo%20Maschek](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=Eduardo%20Maschek). Acesso em: 14 mar. 2018.

POR DECRETO DE 8. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 300, coluna 1, 02 e 03 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=25067&Pesq=trigo%20de%20loureiro](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=25067&Pesq=trigo%20de%20loureiro). Acesso em: 13 abr. 2018.

POR DECRETOS DE 23. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p.1, edição 291, coluna 2, 24 out. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 24 jan. 2018.

PRESIDENTE. **A regeneração**. Santa Catarina: p. 3, edição 095, coluna 4, 11 ago. 1869. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709603&PagFis=436&Pesq.> Acesso em 20 nov. 2017.

PROVINCIA DA BAHIA. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1e p.2, edição 264, coluna 6 e 1, 27 set. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=24955&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24955&Pesq=). Acesso em: 17 jan. 2018.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO-EXAMES DE PREPARATORIO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 2 , edição 331, coluna 2, 29 nov. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=16530&Pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=16530&Pesq=). Acesso em: 19 mar. 2018.

RAMOS, Márcia André et. al. **A inserção feminina na sociedade burguesa do século XIX**: uma leitura do romance Diva, de José de Alencar. (2013. Não paginado).

Disponível em:

[http://www.fecilcam.br/anais/v\\_enieduc/data/uploads/letras/trabscompletos/let068202509751.pdf](http://www.fecilcam.br/anais/v_enieduc/data/uploads/letras/trabscompletos/let068202509751.pdf). Acesso em: 14 fev. 2018.

RELATÓRIO...1869. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco, pelo Exmo. Sr. Conde de Baependi, Presidente da Província na sessão de instalação em 10 de abril de 1869. Pernambuco, Typographiade M. Figueroa de F. & Filhos, 1869.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/684/000001.html>. Acesso em: 14 abril 2018.

RELATÓRIOS...1868. **Relatórios** com que o Exmo Sr. Barão de Villa Bella passou a administração desta Província ao Exmo Sr. Vice-Presidente Dr. Quintino José de Miranda em 23 de julho de 1868. Pernambuco, Typographiade M. Figueroa de F. & Filhos, 1868.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u643/000002.html>. Acesso em: 17 abr. 2018.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Francisco Rangel Pestana**. [ S. l.: s. n., 20--?].  
Disponível em:  
[cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../PESTANA,%20Rangel.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira.../PESTANA,%20Rangel.pdf).  
Acesso em : 14 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 176, coluna 4, 26 jun. 1869.  
Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=0&Pesq](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=0&Pesq)  
=. Acesso em: 07 fev. 2018

RIO 9 DE SETEMBRO. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 248, coluna 1, 12 set. 1869.  
Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=). Acesso em: 29 mar. 2018.

RIZZO, Ricardo Martins. **Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)**. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo – USP, SP. 2007.

ROCHA, João Cesar de Castro. **A guerra de relatos no Brasil contemporâneo**. Ou: a “dialética da marginalidade”. Rio Grande do Sul, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, nº32, 2006.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. José de Alencar: o poeta armado – A letra como arma no Segundo Reinado. In: PEIXOTO, Antônio Carlos Peixoto; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia Prado (Orgs). **O Liberalismo no Brasil: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Renan: UERJ, 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

S. JOÃO. **Diario do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 3, edição 077, coluna 01, 19 mar. 1869.  
Disponível em:  
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170\\_02&PagFis=25025&Pesq=antonio%20caetano%20de%20almeida%20bahia](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=25025&Pesq=antonio%20caetano%20de%20almeida%20bahia). Acesso em: 21 jan. 2018.

SÃO SALVADOR 14. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 324, colunas 5 e 6, 21 nov. 1868.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=14625&Pesq=pedro%20moniz](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=14625&Pesq=pedro%20moniz). Acesso em: 03 abri. 2018.

SÃO SALVADOR 28. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 0038, colunas 5 e 6, 07 fev. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=14625&Pesq=pedro%20moniz](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=14625&Pesq=pedro%20moniz). Acesso em: 03 abr. 2018.

SALGADO, Eneida Desireé. **O processo eleitoral no Brasil Império**, 2007.

Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18628-18629-1-PB.pdf>>  
Acesso em: 07 out 2017.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. 2ª Edição. Rocco, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Matildes Demétrio. **Ao sol carta é farol**: a correspondência de Mario de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Dois escritos democráticos de José de Alencar**. (Edição fac-simile ALENCAR, José. Sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874). Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1991.

SECRETARIA DE POLÍCIA. **Relatorio** apresentado à Assembléia Legislativa da Bahia pelo Exmo Barão de São Lourenço, abr. 1869, primeira parte.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/137/000006.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 3, edição 207, coluna 4, 27 jul. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&PagFis=941&Pesq=Jo%C3%A3o%20Nunes%20Ramalho](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=941&Pesq=Jo%C3%A3o%20Nunes%20Ramalho). Acesso em: 08 abr. 2018

SEGURANÇA PÚBLICA. **Relatório** apresentado pelo Vice-Presidente Rocha da transmissão do cargo para posse do Presidente de Pernambuco Barão de Baependy, ago. 1868. Typ. De M. Figueroa de Faria e Filhos, 1868.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u643/000019.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SENADO FEDERAL.

Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242822>. Acesso em: 07 de out. 2017.

SESSÃO 09 DE SETEMBRO. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 251, colunas 3, 10 set. 1869.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_05&pasta=ano%20186&pesq=elei%C3%A7%C3%B5es](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=elei%C3%A7%C3%B5es). Acesso em 09 jan. 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei, Maciel Henrique Silva. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª edição, São Paulo; Contexto, 2009.

SILVA, Daniel Neves. **Unificação alemã**. *Brasil Escola*. [20--]

Disponível em:

<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/unificacao-alemanha.htm>. Acesso em: 21 fev. 2018.

SOUZA, Eneida Maria. **Crítica genética e crítica biográfica**. Revista eletrônica do CEDAP- Centro de Documentação de Apoio à Pesquisa. Vol. 4, n.2, jun 2009.

Disponível em:

<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/9>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SOUZA, Marco Aurélio dos Santos. O entre lugar e os estudos culturais. **Travessia** V.1, n.1 Versão *online* e-ISSN 1982-5935 Paraná, 2007.

STÄEL, Madame de. **Da Alemanha**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. Livraria Duas cidades. Editora 34, 2000.

TELES, Idete. **O contrato social de Thomas Hobbes**: alcances e limites. Tese de Doutorado defendido na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina, 2012.

**TITULO 7º. CONSTITUIÇÃO DE 1824.**

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 20 nov. 2017

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**. São Paulo; Martins Fontes, 2005.

TRABALHO CURIOSO. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: p. 1, edição 102, coluna 2, 13 abr. 1870.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_02&pasta=ano%20186&pesq=Eduardo%20Maschek](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Eduardo%20Maschek). Acesso em: 29 mar. 2018.

TRANSCRIÇÕES – RIO GRANDE DO SUL. **Diário do Povo**. Rio de Janeiro: p. 2, edição 066, coluna 4, 20 mar 1869.

Disponível em:

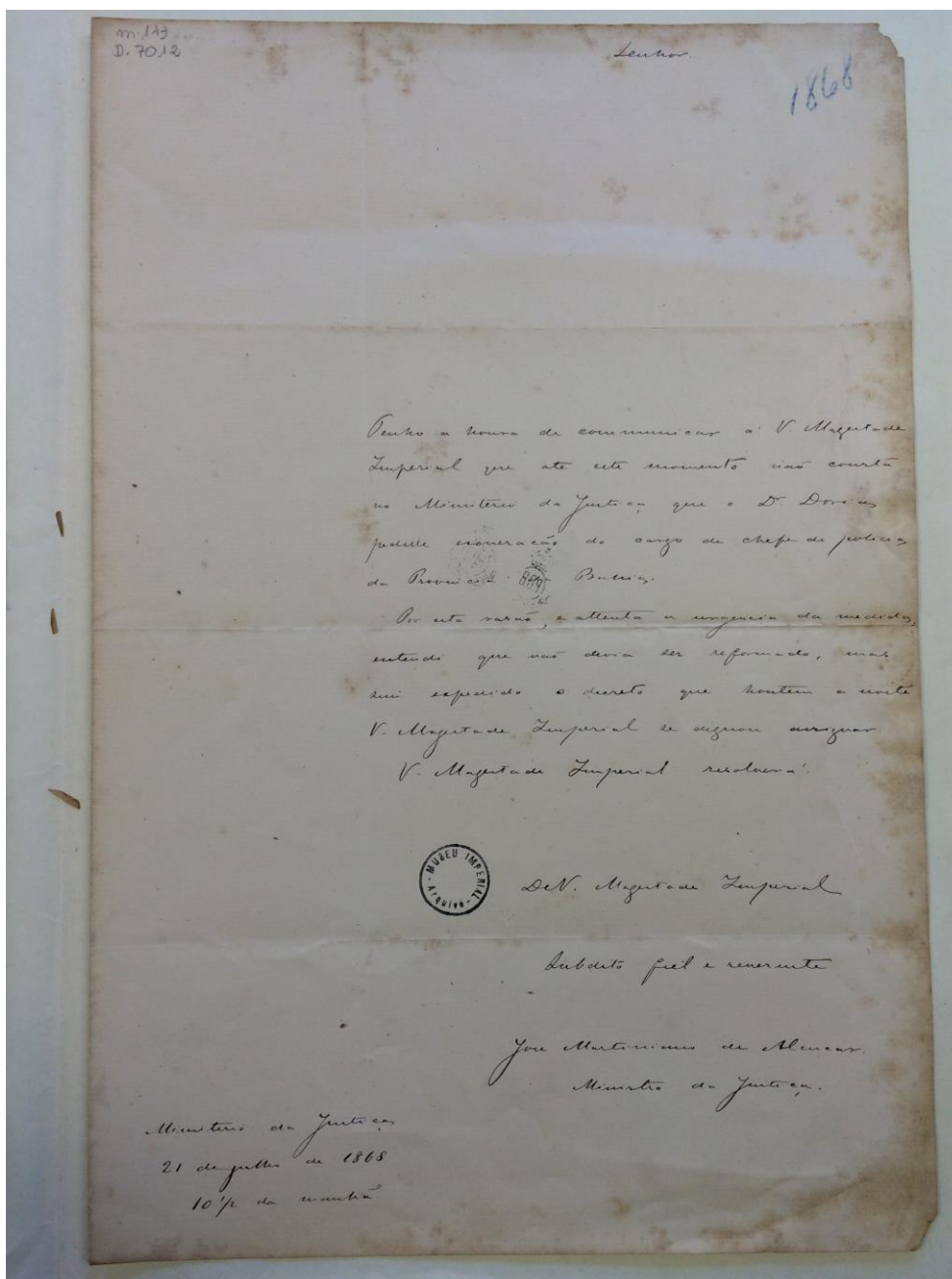
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=367737&PagFis=1710&Pesq=jaguar%C3%A0>. Acesso em: 26 nov. 2017.

VIANA FILHO, Luis. **A vida de José de Alencar**- 2. Ed. São Paulo: editora UNESP; Salvador BA: EDUFBA, 2008.

VICENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade**: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

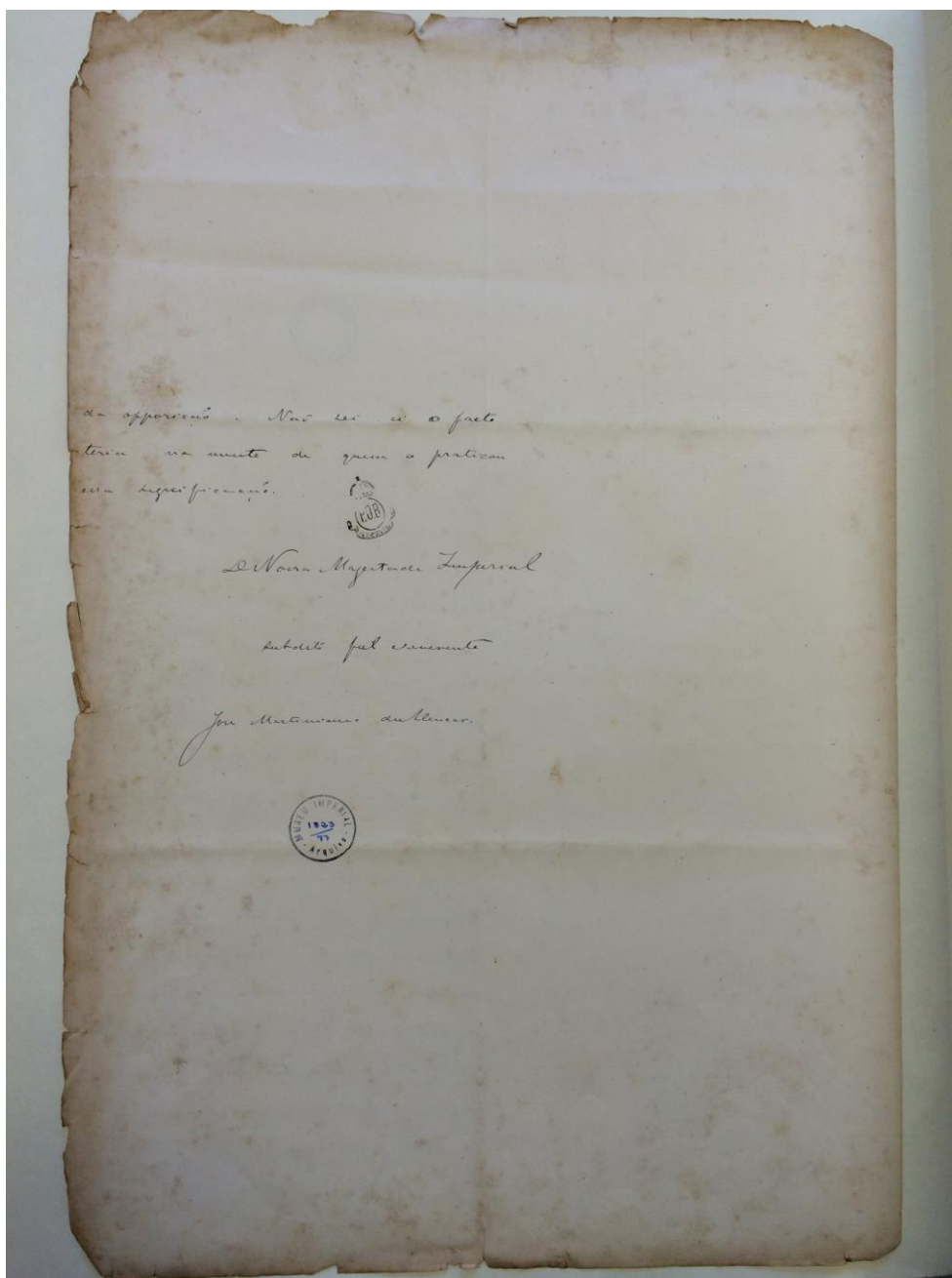
## ANEXOS

## ANEXO A



ALENCAR, José de. Carta 01/32, JA a D.P.II. 21 de jul. de 1868. MI. MAÇO 143  
 DOC 7012 [D.01] 21 jul.1868, Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f

## Anexo B



ALENCAR, José de. Carta 25/32, JA a D.P.II. [186-]e. MI. Maço 143, Doc. 7012 [D09 (P.01 e P.02)]. Rio de Janeiro [para] D.Pedro II. Rio de Janeiro. 1f.